

# DEFICIT HABITACIONAL



INADEQUAÇÃO DE  
DOMICÍLIOS NO BRASIL  
2016 - 2019



GOVERNADOR

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E  
GESTÃO

Otto Alexandre Levy Reis

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Eleonora Cruz Santos (Diretora)

Renato Vale Santos (Coordenador Geral)

Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Núcleo de Editoração

Ana Paula da Silva

Deysiane Marques Franco

Marília Andrade Ayres Frade

INSTITUIÇÃO CONTRATANTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rogério Simonetti Marinho

SECRETÁRIO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Alfredo Eduardo dos Santos

Chefe de Gabinete

Rhaiana Bandeira Santana

Diretora do Departamento de Urbanização

Alessandra D'Avila Vieira

Diretor do Departamento de Produção

Habitacional

Helder Melillo Lopes Cunha Silva

Coordenador-Geral de Gestão Integrada

Paulo Alexandre de Toledo Alves

Coordenadora de Cooperação Técnica

Marina Amorim Cavalcanti de Oliveira

Responsável Técnico

Edson Leite Ribeiro

Equipe Técnica

Julia Rabello Spinelli

Letícia Miguel Teixeira



**INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS NO BRASIL  
2016 - 2019**

Contrato celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Fundação João Pinheiro em  
14 de janeiro de 2020.

CONTATOS E INFORMAÇÕES

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Alameda das Acácias, 70 - Bairro São Luiz/Pampulha

CEP: 31.275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9550 e 3448-9580

[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)

*e-mail:* [comunicacao@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicacao@fjp.mg.gov.br)



**INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS NO BRASIL  
2016 - 2019**

Belo Horizonte  
2020

F981m

Fundação João Pinheiro.

Metodologia do *deficit* habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2020

158p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Habitação – Brasil – 2016-2019. 2. Política Habitacional – Brasil. I. Título.

CDU 333.32(81)



## **EQUIPE TÉCNICA**

### **COORDENAÇÃO**

Frederico Poley Martins Ferreira

### **ELABORAÇÃO**

Eleonora Cruz Santos

Fernanda Antunes

Frederico Poley Martins Ferreira

Gabriel do Carmo Lacerda

Iracly Silva Pimenta

João Pedro Figueira Amorim Parga

Rafael Silva e Sousa

Renato Vale Santos

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS

Gráfico 2:	Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2016.....	21
Gráfico 3:	Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	30
Gráfico 4:	Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	30
Gráfico 5:	Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	31
Gráfico 6:	Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	41
Gráfico 7:	Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	41
Gráfico 8:	Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	42
Gráfico 9:	Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	42
Gráfico 10:	Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	43
Gráfico 11:	Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	47
Gráfico 12:	Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2017 .....	53
Gráfico 13:	Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2017.....	53
Gráfico 14:	Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	64
Gráfico 15:	Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	64

Gráfico 16: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	65
Gráfico 17: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	75
Gráfico 18: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	75
Gráfico 19: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	76
Gráfico 20: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	76
Gráfico 21: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	77
Gráfico 22: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	81
Gráfico 23: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2018.....	87
Gráfico 24: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2018.....	88
Gráfico 25: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	97
Gráfico 26: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	97
Gráfico 27: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	98
Gráfico 28: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	108
Gráfico 29: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	108
Gráfico 30: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	109
Gráfico 31: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	109

Gráfico 32: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	110
Gráfico 33: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	113
Gráfico 34: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2019.....	119
Gráfico 35: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas — Brasil – 2019 .....	120
Gráfico 36: Inadequação de infraestrutura urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	123
Gráfico 37: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	129
Gráfico 38: Inadequação quanto ao esgotamento sanitário, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	130
Gráfico 39: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	130
Gráfico 40: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	131
Gráfico 41: Inadequação edilícia por faixas de renda média domiciliar mensal em salários mínimos (SM) segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	135
Gráfico 42: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	142
Gráfico 43: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	142
Gráfico 44: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	143
Gráfico 45: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	143
Gráfico 46: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	144
Gráfico 47: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	147

Gráfico 48: Domicílios inadequados, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	151
---	-----

## MAPAS

Mapa 1: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2011 .....	24
Mapa 2: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016 .....	29
Mapa 3: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016 .....	34
Mapa 4: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016 .....	40
Mapa 5: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016.....	46
Mapa 6: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	50
Mapa 7: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	57
Mapa 8: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	63
Mapa 9: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	68
Mapa 10: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	74
Mapa 11: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	80
Mapa 12: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	84
Mapa 13: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017 .....	91
Mapa 14: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018 .....	96
Mapa 15: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018 .....	101
Mapa 16: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018 .....	107
Mapa 17: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018 .....	113
Mapa 18: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018 .....	116

Mapa 19:	Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação– 2018	123
Mapa 20:	Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019 .....	129
Mapa 21:	Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019 .....	134
Mapa 22:	Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019 .....	141
Mapa 23:	Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019 .....	147
Mapa 24:	Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação –2019	151

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	19
Tabela 2:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	20
Tabela 3:	Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	22
Tabela 4:	Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	25
Tabela 5:	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	27
Tabela 6:	Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares duráveis permanentes urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	32
Tabela 7:	Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	35
Tabela 8:	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	38
Tabela 9:	Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016.....	44
Tabela 10:	Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016 .....	48
Tabela 11:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	52
Tabela 12:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	52
Tabela 13:	Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	54
Tabela 14:	Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	58

Tabela 15: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	60
Tabela 16: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	66
Tabela 17: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	69
Tabela 18: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	72
Tabela 19: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017.....	78
Tabela 20: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017 .....	82
Tabela 21: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	86
Tabela 22: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	87
Tabela 23: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	89
Tabela 24: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	92
Tabela 25: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	94
Tabela 26: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	99
Tabela 27: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	102
Tabela 28: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	105
Tabela 29: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária,	

	segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018.....	111
Tabela 30:	Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018 .....	114
Tabela 31:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	118
Tabela 32:	Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	119
Tabela 33:	Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	121
Tabela 34:	Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	125
Tabela 35:	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	127
Tabela 36:	Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	132
Tabela 37:	Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia,segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	136
Tabela 38:	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	139
Tabela 39:	Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019.....	145
Tabela 40:	Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	148
Tabela 41:	Domicílios urbanos duráveis (1), segundo componentes da inadequação – Brasil – 2016 a 2019 .....	152
Tabela 42:	Variação percentual no número de domicílios urbanos duráveis (1) em relação ao ano anterior, segundo componentes da inadequação – Brasil – 2016 a 2019 .....	153
Tabela 43:	Domicílios urbanos duráveis (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 201	154
Tabela 44:	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019 .....	156

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PnadC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RM	Região Metropolitana
RMs	Regiões Metropolitanas e Região Integrada de Desenvolvimento
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SM	Salário mínimo
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2016.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Critérios de inadequação dos domicílios.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 Inadequação edilícia .....</b>	<b>31</b>
<b>2.1.3 Inadequação fundiária .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 Domicílios inadequados .....</b>	<b>47</b>
<b>3 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2017 .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 Critérios de inadequação dos domicílios.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana.....</b>	<b>54</b>
<b>3.1.2 Inadequação edilícia .....</b>	<b>65</b>
<b>3.1.3 Inadequação fundiária .....</b>	<b>77</b>
<b>3.2 Domicílios inadequados .....</b>	<b>81</b>
<b>4 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2018.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1 Critérios de inadequação dos domicílios.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana.....</b>	<b>88</b>
<b>4.1.2 Inadequação edilícia .....</b>	<b>98</b>
<b>4.1.3 Inadequação fundiária .....</b>	<b>110</b>
<b>4.2 Domicílios inadequados .....</b>	<b>114</b>
<b>5 INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS 2019 .....</b>	<b>117</b>
<b>5.1 Critérios de inadequação dos domicílios.....</b>	<b>117</b>
<b>5.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana.....</b>	<b>120</b>
<b>5.1.2 Inadequação edilícia .....</b>	<b>131</b>
<b>5.1.3 Inadequação fundiária .....</b>	<b>144</b>
<b>5.2 Domicílios inadequados .....</b>	<b>148</b>
<b>6 Síntese dos indicadores e considerações finais.....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A análise dos domicílios segundo os critérios de inadequação deve considerar alguns aspectos. Primeiro, são objeto de estudo apenas os domicílios não identificados como em situação de *deficit* habitacional. Em segundo lugar, como as variáveis consideradas são características das áreas urbanas, são excluídos da análise os domicílios localizados nas áreas rurais. Desse modo, para o cálculo dos domicílios inadequados, consideram-se apenas os domicílios duráveis urbanos, entendidos como tal aqueles que se situam na área urbana e não compõem o *deficit* habitacional. O terceiro e último aspecto a considerar é que, como um domicílio pode ser inadequado segundo mais de um critério, não é possível sua totalização - soma dos componentes - sob pena de dupla contagem.

Os domicílios são classificados como inadequados segundo três critérios de inadequação: infraestrutura urbana, cujos subindicadores são abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica; inadequação edilícia, composto pelos subindicadores de armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado; e, por último, inadequação fundiária, que corresponde aos imóveis em terrenos não próprios.

Dessa forma, a próxima seção apresenta os totais de cada um desses componentes, seus respectivos subindicadores e os percentuais de domicílios inadequados em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos.

## 2 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2016

### 2.1 Critérios de inadequação dos domicílios

Entre os três grandes indicadores supracitados, a inadequação de infraestrutura urbana foi a que mais afetou os domicílios brasileiros em 2016, seguindo o padrão verificado nos anos anteriores, embora os estudos não sejam exatamente comparáveis devido à mudança metodológica. No âmbito nacional, cerca de 13,92 milhões de domicílios apresentaram inadequação em, pelo menos, um tipo de serviço de infraestrutura, o correspondente a 23,6% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (TABELAS 1 e 2).

Pela perspectiva regional, observou-se para o Nordeste o maior número de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura em 2016, totalizando 6,462 milhões. Em seguida, aparecem as regiões Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste com, respectivamente, 3,487 milhões, 1,999 milhão, 991 mil e 978 mil domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 1 e GRÁFICO 1). Considerando termos relativos, a região Norte mostrou o maior percentual de domicílios com ao menos um serviço de infraestrutura inadequado, representando pouco mais da metade do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (53,2%). Aparecem, em seguida, as regiões Nordeste, com 47,7%; Centro-Oeste, com 20,9%; Sudeste, com 12,4%, e Sul, com 11,1% (TABELA 2 e GRÁFICO 2). Para o recorte metropolitano, por sua vez, verificou-se que a inadequação de infraestrutura é menor nas regiões metropolitanas quando comparadas às demais áreas. Ela atinge, para as primeiras, 21,4% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos; para as últimas, este percentual é de 25,2%.

As inadequações edilícias aparecem em segundo lugar em termos absolutos: em 2016, o indicador somou pouco mais de 10,3 milhões de domicílios no Brasil. Do ponto de vista regional, novamente o Nordeste apresentou os maiores números e chegou a 3,16 milhões de domicílios com ao menos uma carência edilícia. Logo após aparece a região Sul, com 2,70 milhões de domicílios inadequados por esse critério. Vale observar que essa é a única região cujo número de domicílios com inadequação edilícia é superior em relação à inadequação de infraestrutura. Nas tabelas seguintes, será possível verificar a causa desse comportamento. As regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste aparecem em seguida, com, respectivamente, 2,280 milhões, 1,398 milhão e 756 mil domicílios com ao menos uma inadequação edilícia em 2016 (TABELA 1 e GRÁFICO 1).

Analisando a inadequação edilícia em termos relativos, a região Norte foi a que apresentou maior percentual de domicílios para o indicador em questão: 37,2% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 2 e GRÁFICO 2). Posteriormente aparecem as

regiões Sul, com 30,3%; Nordeste, com 23,3%; Centro-Oeste, com 16,2%; e Sudeste, com 8,1%. Do ponto de vista do recorte metropolitano, observa-se novamente que as regiões metropolitanas apresentam menor percentual de domicílios com, pelo menos, uma inadequação edilícia em relação às demais áreas, embora a diferença seja pequena (16,5% para as RM ante 18,2% para as outras áreas).

Por fim, há a inadequação fundiária, que se mostrou presente em cerca de 2,514 milhões de domicílios brasileiros em 2016. Em termos absolutos, o Sudeste apresentou o maior número de domicílios inadequados sob esse aspecto: 1,300 milhão (TABELA 1 e GRÁFICO 1). As regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte aparecem imediatamente após, com, respectivamente, 630 mil, 343 mil, 135 mil e 104 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário. Em termos relativos, as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram os maiores percentuais: 4,6% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação fundiária. Foram seguidas do Sul (3,9%), Centro-Oeste (2,9%) e Norte (2,8%). Ao contrário das inadequações de infraestrutura e edilícia, as regiões metropolitanas apresentaram maior percentual de domicílios com inadequação fundiária em relação às demais áreas: 5,6% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos para as primeiras e 3,2% para as últimas.

Tabela 1: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edilícias (3)	Inadequação Fundiária
Norte	1.999.874	1.398.947	104.647
Nordeste	6.462.873	3.160.371	630.045
Sudeste	3.487.570	2.280.873	1.300.706
Sul	991.731	2.704.946	343.639
Centro-Oeste	978.313	756.216	135.935
<b>Brasil</b>	<b>13.920.361</b>	<b>10.301.353</b>	<b>2.514.972</b>
<i>Total das RM</i>	<i>5.502.187</i>	<i>4.224.422</i>	<i>1.447.126</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>8.418.174</i>	<i>6.076.931</i>	<i>1.067.846</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edilícia.

Tabela 2: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

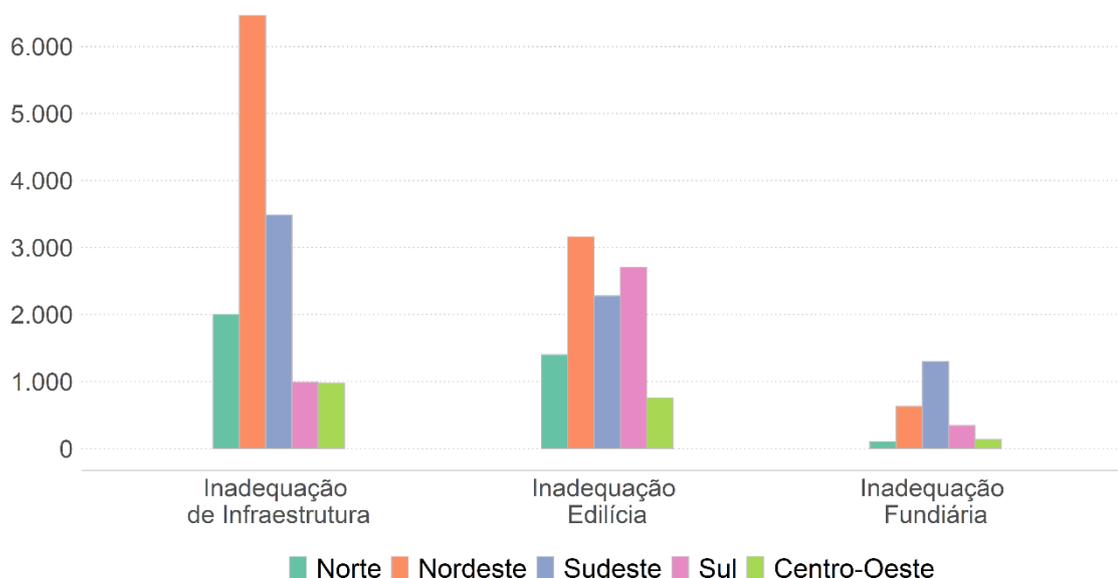
Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edículas (3)	Inadequação Fundiária
Norte	53,19	37,21	2,78
Nordeste	47,65	23,30	4,63
Sudeste	12,40	8,11	4,63
Sul	11,10	30,28	3,85
Centro-Oeste	20,89	16,15	2,90
Brasil	23,57	17,44	4,26
<i>Total das RM</i>	21,45	16,47	5,64
Demais áreas	25,20	18,19	3,20

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edícula.

Gráfico 1: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2016

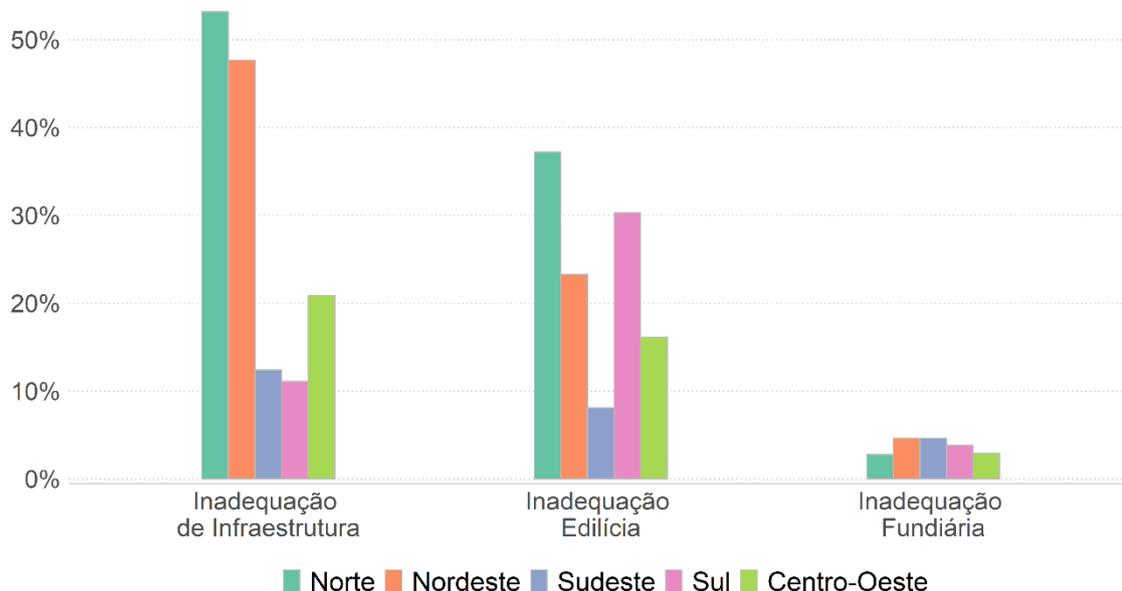


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Gráfico 2: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

### 2.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana

Nesta seção, apresenta-se mais detalhadamente os dados da inadequação de infraestrutura urbana e seus subindicadores para 2016. Como exposto anteriormente, a região Nordeste é a que apresenta o maior número de domicílios com pelo menos uma inadequação desse tipo, chegando a 6,462 milhões. Esse resultado se deve, principalmente, aos números de Pernambuco e Bahia, as unidades federativas com os maiores valores absolutos na região e também no país: 1,590 milhão e 1,550 milhão de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura (TABELA 3). Em seguida, aparecem Rio de Janeiro e São Paulo com, respectivamente, 1,506 milhão e 1,271 milhão de domicílios inadequados, contribuindo para que a região Sudeste fosse a segunda em termos absolutos de domicílios com alguma inadequação de infraestrutura em 2016.

Ao se analisar os dados da inadequação de infraestrutura pela perspectiva relativa, observa-se uma distribuição bem delineada geograficamente (MAPA 1). Destaca-se, aqui, Acre e Rio Grande do Norte, ambos com percentuais de domicílios com alguma inadequação de infraestruturas

superiores a 70% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 3). O Rio de Janeiro também chama atenção por ser o único estado do eixo Sul-Sudeste a apresentar um percentual acima dos 15%. Por outro lado, Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo foram as unidades da Federação com menores percentuais de domicílios inadequados sob o critério em análise.

Tabela 3: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Norte</b>	<b>1.999.874</b>	<b>53,19</b>
Rondônia	247.279	61,80
Acre	141.179	79,27
Amazonas	363.943	42,69
<i>RM Manaus</i>	<i>215.904</i>	<i>33,83</i>
Roraima	31.264	28,42
Pará	978.625	59,79
<i>RM Belém</i>	<i>298.541</i>	<i>47,44</i>
Amapá	111.570	59,45
<i>RM Macapá</i>	<i>86.896</i>	<i>59,40</i>
Tocantins	126.015	31,93
<b>Nordeste</b>	<b>6.462.873</b>	<b>47,65</b>
Maranhão	747.740	57,82
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>201.315</i>	<i>60,79</i>
Piauí	130.870	19,70
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>57.090</i>	<i>18,41</i>
Ceará	742.063	33,67
<i>RM Fortaleza</i>	<i>222.950</i>	<i>18,59</i>
Rio Grande do Norte	624.254	73,31
<i>RM Natal</i>	<i>207.795</i>	<i>49,13</i>
Paraíba	556.367	56,99
<i>RM João Pessoa</i>	<i>76.002</i>	<i>19,99</i>
Pernambuco	1.590.326	61,88
<i>RM Recife</i>	<i>641.751</i>	<i>49,29</i>
Alagoas	367.302	47,26
<i>RM Maceió</i>	<i>165.149</i>	<i>40,81</i>

Tabela 3: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Conclusão)

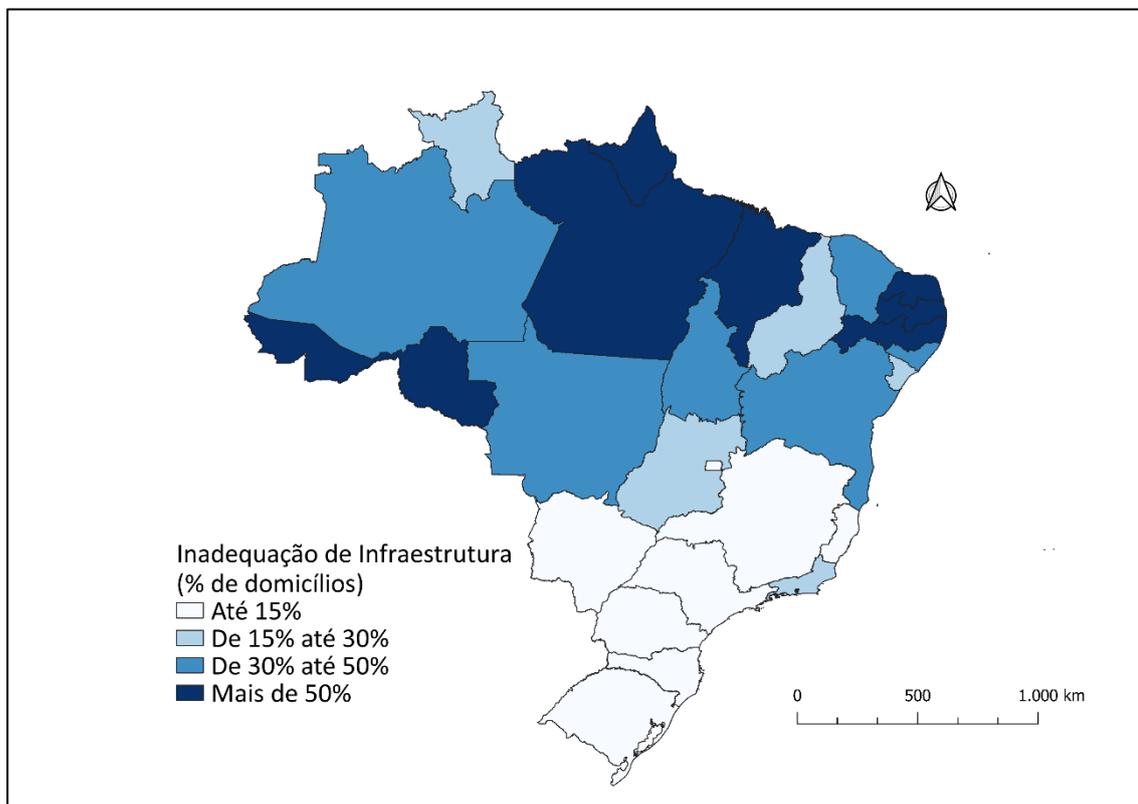
Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Nordeste</b>		
Sergipe	153.477	27,17
<i>RM Aracaju</i>	24.567	7,91
Bahia	1.550.473	42,35
<i>RM Salvador</i>	368.632	27,72
<b>Sudeste</b>	<b>3.487.570</b>	<b>12,40</b>
Minas Gerais	608.747	9,86
<i>RM Belo Horizonte</i>	118.779	6,90
Espírito Santo	100.870	8,69
<i>RM Grande Vitória</i>	49.275	7,51
Rio de Janeiro	1.506.190	24,93
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.232.103	26,70
São Paulo	1.271.763	8,63
<i>RM São Paulo</i>	1.001.753	13,92
<b>Sul</b>	<b>991.731</b>	<b>11,10</b>
Paraná	365.310	10,82
<i>RM Curitiba</i>	40.636	3,60
Santa Catarina	272.305	13,47
<i>RM Florianópolis</i>	32.426	9,29
Rio Grande do Sul	354.116	10,01
<i>RM Porto Alegre</i>	116.877	7,78
<b>Centro-Oeste</b>	<b>978.313</b>	<b>20,89</b>
Mato Grosso do Sul	105.912	13,35
Mato Grosso	328.209	35,42
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	166.958	59,31
Goiás	510.938	24,87
<i>RM Goiânia</i>	176.788	22,11
Distrito Federal	33.253	3,66
<b>Brasil</b>	<b>13.920.361</b>	<b>23,57</b>
<i>Total das RM</i>	<i>5.502.187</i>	<i>21,45</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>8.418.174</i>	<i>25,20</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 1: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação de infraestrutura urbana: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e provisão de energia elétrica. Entre eles, a inadequação quanto ao abastecimento de água foi a que atingiu o maior número de domicílios em 2016. Chegou a 10,524 milhões, o correspondente a 17,8% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (tabelas 4 e 5). Pernambuco (1,531 milhão), Rio de Janeiro (1,402 milhão) e Bahia (1,217 milhão) foram os estados com os maiores números absolutos. Em termos relativos, a inadequação quanto ao abastecimento de água se mostrou mais incidente no Acre (75,2%), em Pernambuco (59,6%) e na Paraíba (52,5%).

A inadequação relacionada ao esgotamento sanitário foi a segunda mais frequente no Brasil em 2016. No ano em questão, 4,543 milhões de domicílios estavam inadequados por esse critério, o equivalente a 7,7% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos. Bahia (449 mil), Rio Grande do Norte (423 mil) e Goiás (383 mil) apresentaram os maiores números absolutos.

Por sua vez, os maiores percentuais relativos foram observados no Rio Grande do Norte (49,7%), Amapá (31,5%) e em Tocantins (28,2%) (tabelas 4 e 5).

Enquanto a inadequação relacionada ao abastecimento e ao esgotamento se mostram como problemas importantes no país, ainda que em magnitudes distintas, a provisão de energia elétrica e a coleta de lixo são problemas mais localizados (MAPA 2). Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se que a inadequação pelo abastecimento foi mais incidente nas faixas até três salários mínimos, mas principalmente para a região Nordeste (GRÁFICO 3). Já a inadequação quanto à energia elétrica também se mostrou presente em estratos de renda domiciliar mais elevados, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país (GRÁFICO 4). A inadequação pela coleta de lixo, por sua vez, predominou nas faixas de renda domiciliar mais baixas. (GRÁFICO 5).

Tabela 4: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>1.472.664</b>	<b>881.962</b>	<b>106.380</b>	<b>48.259</b>
Rondônia	192.818	90.068	7.066	2.559
Acre	133.829	41.894	3.536	441
Amazonas	219.774	190.343	34.567	14.677
<i>RM Manaus</i>	<i>146.472</i>	<i>78.784</i>	<i>3.024</i>	<i>11.663</i>
Roraima	6.268	26.095	1.188	4.381
Pará	819.489	363.083	56.423	25.154
<i>RM Belém</i>	<i>261.554</i>	<i>72.609</i>	<i>16.142</i>	<i>12.348</i>
Amapá	71.892	59.206	1.529	547
<i>RM Macapá</i>	<i>61.114</i>	<i>37.396</i>	<i>815</i>	<i>547</i>
Tocantins	28.594	111.273	2.070	499
<b>Nordeste</b>	<b>5.199.839</b>	<b>1.948.349</b>	<b>473.839</b>	<b>80.402</b>
Maranhão	591.402	190.564	153.161	9.202
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>196.401</i>	<i>17.761</i>	<i>18.373</i>	<i>887</i>
Piauí	65.609	59.035	21.338	7.854
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>24.183</i>	<i>30.352</i>	<i>5.266</i>	<i>2.440</i>
Ceará	591.016	223.080	66.306	7.147
<i>RM Fortaleza</i>	<i>178.631</i>	<i>60.073</i>	<i>21.911</i>	<i>2.474</i>
Rio Grande do Norte	355.474	423.317	6.932	1.054
<i>RM Natal</i>	<i>52.480</i>	<i>182.996</i>	<i>3.413</i>	<i>781</i>
Paraíba	512.433	82.292	19.189	3.139
<i>RM João Pessoa</i>	<i>59.657</i>	<i>12.834</i>	<i>10.380</i>	<i>1.454</i>

Tabela 4: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Nordeste</b>				
Pernambuco	1.531.804	232.047	72.700	5.822
<i>RM Recife</i>	599.397	165.819	29.566	3.398
Alagoas	225.894	213.964	6.883	2.444
<i>RM Maceió</i>	87.909	101.625	2.529	495
Sergipe	108.815	74.776	6.614	13.413
<i>RM Aracaju</i>	14.018	9.625	3.539	-
Bahia	1.217.392	449.273	120.717	30.327
<i>RM Salvador</i>	298.955	42.597	47.233	6.466
<b>Sudeste</b>	<b>2.875.145</b>	<b>623.843</b>	<b>168.113</b>	<b>181.161</b>
Minas Gerais	327.303	318.266	46.948	22.352
<i>RM Belo Horizonte</i>	34.224	75.538	19.677	5.269
Espírito Santo	59.629	40.532	8.322	2.281
<i>RM Grande Vitória</i>	25.262	22.632	5.486	1.077
Rio de Janeiro	1.402.756	184.616	87.354	26.796
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.166.748	133.754	75.898	26.049
São Paulo	1.085.457	80.429	25.490	129.732
<i>RM São Paulo</i>	872.982	46.476	16.992	94.567
<b>Sul</b>	<b>462.499</b>	<b>553.130</b>	<b>18.315</b>	<b>62.690</b>
Paraná	115.101	255.771	10.472	28.357
<i>RM Curitiba</i>	31.375	10.068	485	23.969
Santa Catarina	189.273	90.971	3.651	12.603
<i>RM Florianópolis</i>	19.865	9.887	-	4.353
Rio Grande do Sul	158.125	206.389	4.191	21.731
<i>RM Porto Alegre</i>	87.958	32.606	2.132	11.032
<b>Centro-Oeste</b>	<b>514.740</b>	<b>536.546</b>	<b>35.083</b>	<b>27.894</b>
Mato Grosso do Sul	45.852	65.456	4.072	3.808
Mato Grosso	263.509	78.236	20.254	2.944
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	165.878	2.269	5.526	-
Goiás	186.620	383.724	5.625	18.703
<i>RM Goiânia</i>	94.835	115.031	431	6.141
Distrito Federal	18.760	9.130	5.132	2.439
<b>Brasil</b>	<b>10.524.887</b>	<b>4.543.831</b>	<b>801.730</b>	<b>400.407</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.479.899</i>	<i>1.260.732</i>	<i>288.819</i>	<i>215.410</i>
Demais áreas	6.044.988	3.283.099	512.911	184.997

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 5: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>39,17</b>	<b>23,46</b>	<b>2,83</b>	<b>1,28</b>
Rondônia	48,19	22,51	1,77	0,64
Acre	75,15	23,52	1,99	0,25
Amazonas	25,78	22,32	4,05	1,72
<i>RM Manaus</i>	22,95	12,34	0,47	1,83
Roraima	5,70	23,72	1,08	3,98
Pará	50,07	22,18	3,45	1,54
<i>RM Belém</i>	41,56	11,54	2,56	1,96
Amapá	38,31	31,55	0,81	0,29
<i>RM Macapá</i>	41,77	25,56	0,56	0,37
Tocantins	7,25	28,20	0,52	0,13
<b>Nordeste</b>	<b>38,34</b>	<b>14,37</b>	<b>3,49</b>	<b>0,59</b>
Maranhão	45,73	14,74	11,84	0,71
<i>RM Grande São Luís</i>	59,31	5,36	5,55	0,27
Piauí	9,88	8,89	3,21	1,18
<i>RIDE Grande Teresina</i>	7,80	9,79	1,70	0,79
Ceará	26,82	10,12	3,01	0,32
<i>RM Fortaleza</i>	14,90	5,01	1,83	0,21
Rio Grande do Norte	41,74	49,71	0,81	0,12
<i>RM Natal</i>	12,41	43,27	0,81	0,18
Paraíba	52,49	8,43	1,97	0,32
<i>RM João Pessoa</i>	15,69	3,38	2,73	0,38
Pernambuco	59,60	9,03	2,83	0,23
<i>RM Recife</i>	46,04	12,74	2,27	0,26
Alagoas	29,07	27,53	0,89	0,31
<i>RM Maceió</i>	21,72	25,11	0,62	0,12
Sergipe	19,26	13,24	1,17	2,37
<i>RM Aracaju</i>	4,52	3,10	1,14	-
Bahia	33,25	12,27	3,30	0,83
<i>RM Salvador</i>	22,48	3,20	3,55	0,49

Tabela 5: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Conclusão)

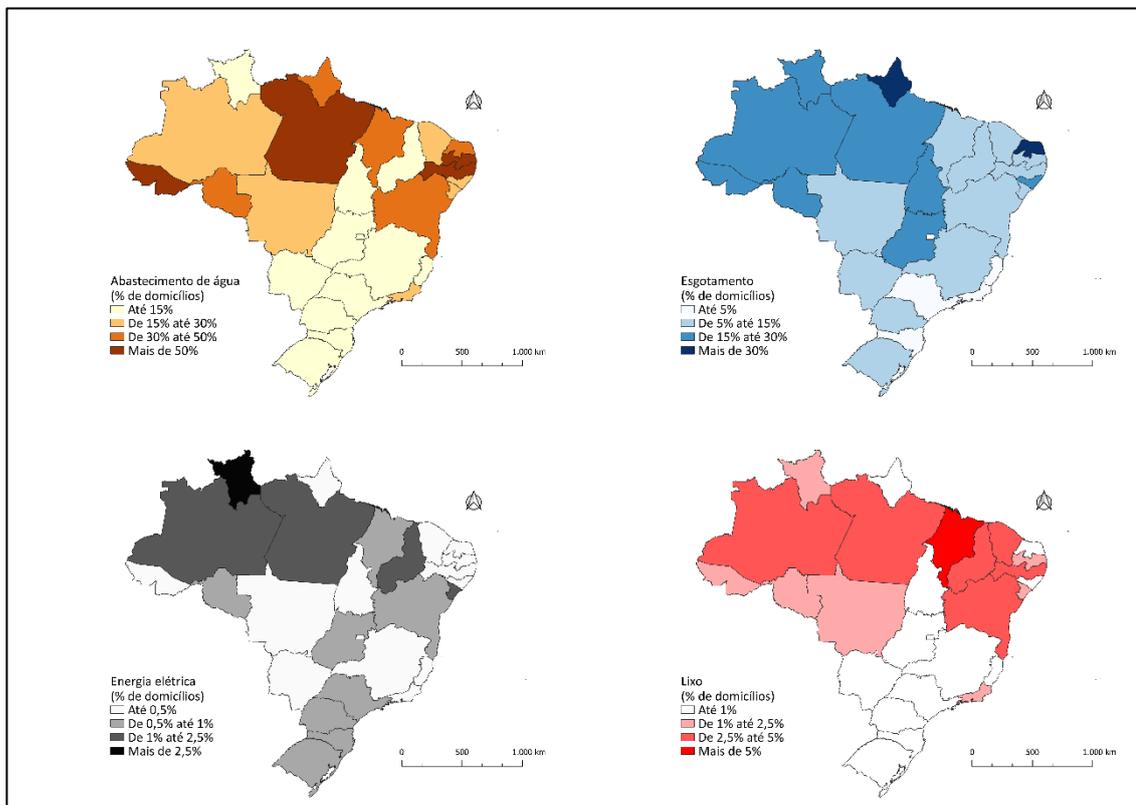
Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Sudeste</b>	<b>10,23</b>	<b>2,22</b>	<b>0,60</b>	<b>0,64</b>
Minas Gerais	5,30	5,16	0,76	0,36
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>1,99</i>	<i>4,39</i>	<i>1,14</i>	<i>0,31</i>
Espírito Santo	5,13	3,49	0,72	0,20
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>3,85</i>	<i>3,45</i>	<i>0,84</i>	<i>0,16</i>
Rio de Janeiro	23,22	3,06	1,45	0,44
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>25,28</i>	<i>2,90</i>	<i>1,64</i>	<i>0,56</i>
São Paulo	7,36	0,55	0,17	0,88
<i>RM São Paulo</i>	<i>12,13</i>	<i>0,65</i>	<i>0,24</i>	<i>1,31</i>
<b>Sul</b>	<b>5,18</b>	<b>6,19</b>	<b>0,21</b>	<b>0,70</b>
Paraná	3,41	7,58	0,31	0,84
<i>RM Curitiba</i>	<i>2,78</i>	<i>0,89</i>	<i>0,04</i>	<i>2,12</i>
Santa Catarina	9,36	4,50	0,18	0,62
<i>RM Florianópolis</i>	<i>5,69</i>	<i>2,83</i>	-	<i>1,25</i>
Rio Grande do Sul	4,47	5,84	0,12	0,61
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>5,86</i>	<i>2,17</i>	<i>0,14</i>	<i>0,73</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>10,99</b>	<b>11,46</b>	<b>0,75</b>	<b>0,60</b>
Mato Grosso do Sul	5,78	8,25	0,51	0,48
Mato Grosso	28,44	8,44	2,19	0,32
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>58,93</i>	<i>0,81</i>	<i>1,96</i>	-
Goiás	9,08	18,68	0,27	0,91
<i>RM Goiânia</i>	<i>11,86</i>	<i>14,39</i>	<i>0,05</i>	<i>0,77</i>
Distrito Federal	2,06	1,00	0,56	0,27
<b>Brasil</b>	<b>17,82</b>	<b>7,69</b>	<b>1,36</b>	<b>0,68</b>
<i>Total das RM</i>	<i>17,46</i>	<i>4,91</i>	<i>1,13</i>	<i>0,84</i>
Demais áreas	18,10	9,83	1,54	0,55

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

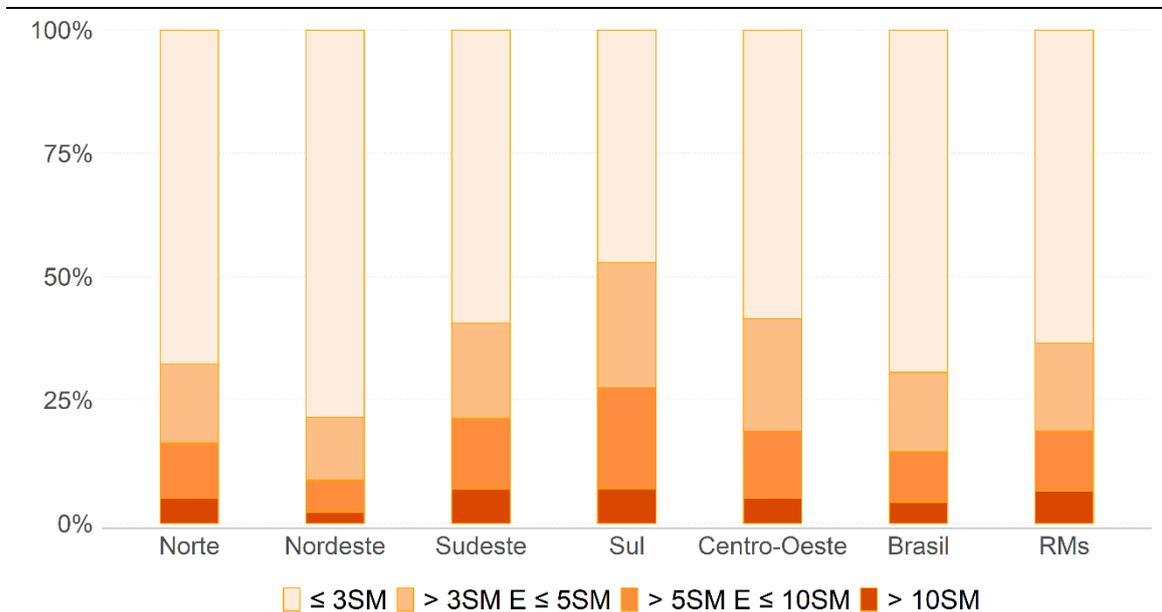
Mapa 2: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

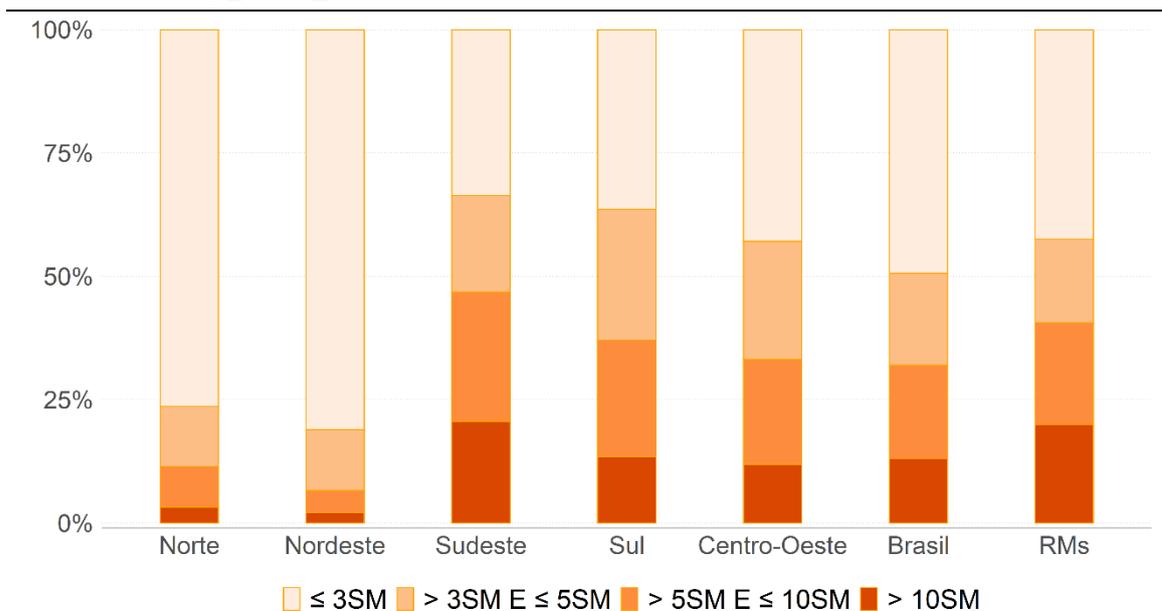
Gráfico 3: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

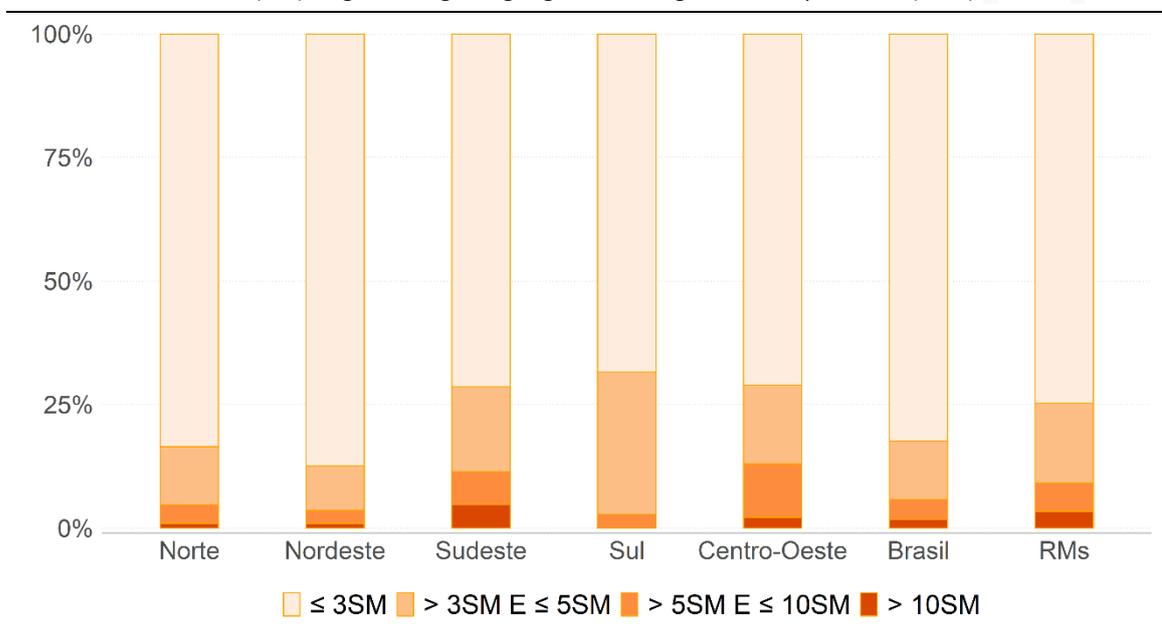
Gráfico 4: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Gráfico 5: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 2.1.2 Inadequação edilícia

A presente seção aborda os dados referentes às inadequações edilícias. A respeito do indicador geral, a região Nordeste foi a que apresentou o maior número de domicílios com ao menos uma carência edilícia: 3,160 milhões em 2016. Os estados que mais contribuíram para este resultado foram Ceará e Bahia; respectivamente, 628 mil e 581 mil domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 6). Em seguida, aparece a região Sul, com 2,704 milhões de domicílios inadequados do ponto de vista da edificação. Deles, mais da metade (1,596 milhão) estão localizados no Rio Grande do Sul.

Pela perspectiva relativa, a região Norte é a que apresentou o maior percentual de domicílios com alguma inadequação edilícia em 2016, o que corresponde a 37,2% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 6). Destaca-se, nessa região, Roraima, o único estado do país onde mais da metade dos domicílios possuem alguma inadequação edilícia (MAPA 3): 70,9% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos. A região Sul aparece em seguida, com 30,3% dos domicílios considerados inadequados pelo indicador em análise, resultado influenciado

pele Rio Grande do Sul, onde 45,1% dos domicílios apresentaram alguma inadequação edilícia. Já os estados com menores percentuais se localizam na região Sudeste: Minas Gerais (5,1%) e Rio de Janeiro (6,3%).

Tabela 6: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares duráveis permanentes urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Norte</b>	<b>1.398.947</b>	<b>37,21</b>
Rondônia	44.918	11,23
Acre	61.582	34,58
Amazonas	414.797	48,65
<i>RM Manaus</i>	282.875	44,32
Roraima	78.035	70,94
Pará	629.396	38,45
<i>RM Belém</i>	317.050	50,38
Amapá	76.801	40,92
<i>RM Macapá</i>	58.476	39,97
Tocantins	93.418	23,67
<b>Nordeste</b>	<b>3.160.371</b>	<b>23,30</b>
Maranhão	478.741	37,02
<i>RM Grande São Luís</i>	101.479	30,64
Piauí	248.184	37,37
<i>RIDE Grande Teresina</i>	128.701	41,50
Ceará	628.430	28,52
<i>RM Fortaleza</i>	389.306	32,47
Rio Grande do Norte	106.325	12,49
<i>RM Natal</i>	58.024	13,72
Paraíba	302.079	30,94
<i>RM João Pessoa</i>	161.423	42,46
Pernambuco	425.618	16,56
<i>RM Recife</i>	210.801	16,19
Alagoas	235.365	30,29
<i>RM Maceió</i>	130.249	32,18
Sergipe	153.639	27,19
<i>RM Aracaju</i>	98.927	31,87
Bahia	581.991	15,90
<i>RM Salvador</i>	308.656	23,21

Tabela 6: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares duráveis permanentes urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Conclusão)

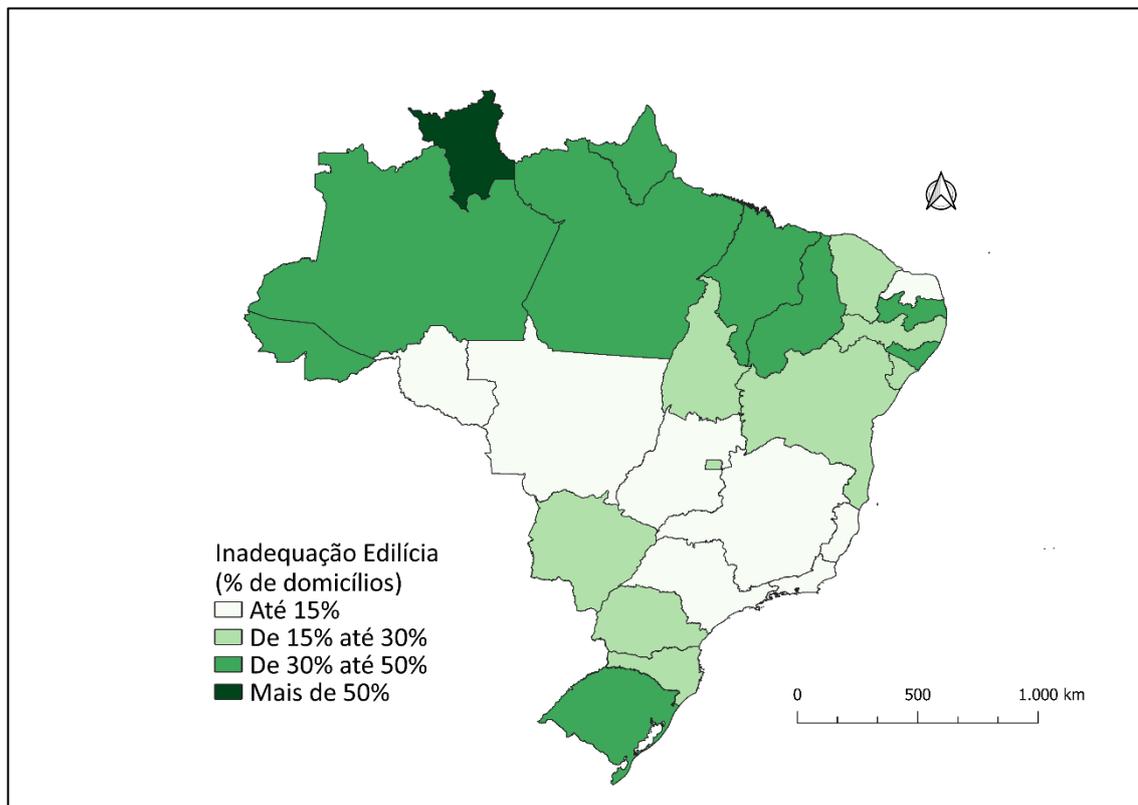
Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Sudeste</b>	<b>2.280.873</b>	<b>8,11</b>
Minas Gerais	314.889	5,10
<i>RM Belo Horizonte</i>	70.701	4,11
Espírito Santo	110.206	9,49
<i>RM Grande Vitória</i>	63.632	9,70
Rio de Janeiro	379.550	6,28
<i>RM Rio de Janeiro</i>	272.443	5,90
São Paulo	1.476.227	10,01
<i>RM São Paulo</i>	642.035	8,92
<b>Sul</b>	<b>2.704.946</b>	<b>30,28</b>
Paraná	761.156	22,55
<i>RM Curitiba</i>	135.175	11,97
Santa Catarina	347.675	17,20
<i>RM Florianópolis</i>	30.382	8,70
Rio Grande do Sul	1.596.116	45,13
<i>RM Porto Alegre</i>	632.401	42,12
<b>Centro-Oeste</b>	<b>756.216</b>	<b>16,15</b>
Mato Grosso do Sul	190.512	24,01
Mato Grosso	122.038	13,17
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	19.852	7,05
Goiás	261.015	12,71
<i>RM Goiânia</i>	111.835	13,99
Distrito Federal	182.652	20,10
<b>Brasil</b>	<b>10.301.353</b>	<b>17,44</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.224.422</i>	<i>16,47</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>6.076.931</i>	<i>18,19</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 3: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação edilícia: armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado. Em 2016, observou-se que o armazenamento foi a inadequação mais presente entre os domicílios brasileiros tanto em termos absolutos como relativos. Foram contabilizados no país 8,283 milhões de domicílios sem caixa d'água, o equivalente a cerca de 14% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELAS 7 e 8).

Ainda sobre o indicador de armazenamento, observou-se uma delimitação geográfica desse tipo de inadequação, que abrange principalmente as regiões Norte e Nordeste (MAPA 4). As exceções são Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, em termos absolutos, é a unidade da Federação com o maior número de domicílios inadequados para o componente em questão – 1,493 milhão. Faz-se necessário ressaltar, que, apesar de ser considerada uma inadequação, a ausência de caixa d'água no domicílio não necessariamente implica perda de bem estar para os moradores, caso o abastecimento tenha frequência adequada. Esse parece ser o caso do

Rio Grande do Sul. Apenas 4,4% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do estado apresentaram inadequação quanto ao abastecimento em 2016, um dos menores percentuais do país (TABELA 5). Ademais, apenas 1,9% (28 mil) dos domicílios com inadequação de armazenamento possuem também a inadequação de abastecimento no Rio Grande do Sul. O mesmo não ocorreu com os estados do Norte e do Nordeste, regiões onde a inadequação pelo abastecimento é mais grave (MAPA 2), por exemplo, 18,5% (195 mil) e 30,3% (842 mil) respectivamente possuem inadequação de armazenamento e de abastecimento.

Após o armazenamento de água, o componente de cômodos servindo como dormitórios foi o segundo tipo de inadequação edilícia mais presente entre os domicílios brasileiros, totalizando 1,766 milhão, aproximadamente 3% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Nota-se para esse indicador uma frequência mais distribuída entre as unidades federativas, ao contrário de outros componentes da carência edilícia, que se concentram principalmente nas regiões Norte e Nordeste, como ausência de banheiro e piso (MAPA 4). Configuração parecida se verifica nos gráficos por faixas de renda domiciliar: embora os domicílios com baixa renda predominem em todos os componentes da inadequação, a ausência de banheiro exclusivo e o piso inadequado são problemas majoritariamente incidentes sobre domicílios com renda domiciliar mensal menor que cinco salários mínimos. Para os demais componentes, verifica-se maior distribuição dos domicílios pelas faixas de renda em análise (GRÁFICOS 6 a 10).

Tabela 7: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	1.055.771	305.716	223.522	55.405	16.865
Rondônia	23.733	19.802	3.814	358	1.083
Acre	9.406	21.293	37.693	7.180	99
Amazonas	269.588	94.508	134.892	15.978	3.665
<i>RM Manaus</i>	214.440	69.135	46.097	10.076	1.699
Roraima	73.840	12.162	8.321	388	456

Tabela 7: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>					
Pará	534.636	126.765	33.350	27.731	9.383
<i>RM Belém</i>	287.851	64.111	2.310	7.684	3.803
Amapá	62.141	18.358	2.543	2.444	181
<i>RM Macapá</i>	47.834	12.541	2.543	1.024	181
Tocantins	82.425	12.828	2.910	1.327	1.998
<b>Nordeste</b>	2.780.579	365.714	109.066	129.937	39.245
Maranhão	419.986	58.245	7.378	31.676	15.037
<i>RM Grande São Luís</i>	83.711	22.836	436	6.072	1.123
Piauí	237.664	9.665	911	9.178	1.951
<i>RIDE Grande Teresina</i>	125.645	3.251	3.561	825	343
Ceará	532.480	114.742	10.873	46.761	8.525
<i>RM Fortaleza</i>	330.705	63.620	7.135	35.058	5.239
Rio Grande do Norte	82.940	13.504	11.808	1.027	1.137
<i>RM Natal</i>	47.911	6.314	5.258	-	775
Paraíba	289.496	17.531	1.577	3.764	402
<i>RM João Pessoa</i>	157.739	6.057	105	1.092	-
Pernambuco	359.676	57.397	26.768	7.937	3.702
<i>RM Recife</i>	189.183	32.403	4.970	2.679	3.304
Alagoas	216.442	18.275	6.664	5.251	883
<i>RM Maceió</i>	121.023	11.638	3.265	775	655
Sergipe	148.168	7.219	1.272	1.450	614
<i>RM Aracaju</i>	94.880	4.996	-	1.089	614
Bahia	493.727	69.137	41.815	22.894	7.397
<i>RM Salvador</i>	278.595	35.679	14.313	5.654	2.060
<b>Sudeste</b>	1.468.153	792.736	96.978	37.513	8.657
Minas Gerais	243.883	48.371	24.642	7.830	3.460
<i>RM Belo Horizonte</i>	53.208	18.243	772	1.535	1.295
Espírito Santo	76.046	27.664	9.254	3.865	335
<i>RM Grande Vitória</i>	42.645	19.527	3.417	2.164	-
Rio de Janeiro	258.537	105.682	25.691	8.076	789
<i>RM Rio de Janeiro</i>	192.948	72.549	15.335	6.167	-
São Paulo	889.687	611.019	37.391	17.743	4.073
<i>RM São Paulo</i>	268.442	397.282	1.857	11.536	1.265

Tabela 7: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sul</b>	2.385.037	159.869	378.253	14.053	3.609
Paraná	669.586	68.091	74.914	4.573	834
<i>RM Curitiba</i>	102.809	26.448	15.046	1.175	-
Santa Catarina	222.098	26.143	125.648	2.774	178
<i>RM Florianópolis</i>	16.664	6.645	9.937	266	178
Rio Grande do Sul	1.493.353	65.635	177.691	6.706	2.596
<i>RM Porto Alegre</i>	604.998	31.104	20.954	2.196	1.031
<b>Centro-Oeste</b>	594.198	142.664	55.013	7.396	5.429
Mato Grosso do Sul	177.630	14.842	3.828	544	2.145
Mato Grosso	66.301	47.474	19.377	3.413	2.266
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	3.492	14.529	1.907	185	1.206
Goiás	185.544	53.187	30.640	2.991	690
<i>RM Goiânia</i>	74.615	29.320	10.387	2.071	349
Distrito Federal	164.723	27.161	1.167	449	329
<b>Brasil</b>	<b>8.283.738</b>	<b>1.766.699</b>	<b>862.832</b>	<b>244.304</b>	<b>74.207</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.339.340</i>	<i>948.229</i>	<i>169.604</i>	<i>99.324</i>	<i>25.122</i>
Demais áreas	4.944.398	818.470	693.228	144.980	49.085

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) - 2016.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 8: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>28,08</b>	<b>8,13</b>	<b>5,94</b>	<b>1,47</b>	<b>0,45</b>
Rondônia	5,93	4,95	0,95	0,09	0,27
Acre	5,28	11,96	21,16	4,03	0,06
Amazonas	31,62	11,08	15,82	1,87	0,43
<i>RM Manaus</i>	<i>33,60</i>	<i>10,83</i>	<i>7,22</i>	<i>1,58</i>	<i>0,27</i>
Roraima	67,12	11,06	7,56	0,35	0,41
Pará	32,66	7,74	2,04	1,69	0,57
<i>RM Belém</i>	<i>45,74</i>	<i>10,19</i>	<i>0,37</i>	<i>1,22</i>	<i>0,60</i>
Amapá	33,11	9,78	1,35	1,30	0,10
<i>RM Macapá</i>	<i>32,70</i>	<i>8,57</i>	<i>1,74</i>	<i>0,70</i>	<i>0,12</i>
Tocantins	20,89	3,25	0,74	0,34	0,51
<b>Nordeste</b>	<b>20,50</b>	<b>2,70</b>	<b>0,80</b>	<b>0,96</b>	<b>0,29</b>
Maranhão	32,48	4,50	0,57	2,45	1,16
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>25,28</i>	<i>6,90</i>	<i>0,13</i>	<i>1,83</i>	<i>0,34</i>
Piauí	35,78	1,46	0,14	1,38	0,29
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>40,51</i>	<i>1,05</i>	<i>1,15</i>	<i>0,27</i>	<i>0,11</i>
Ceará	24,16	5,21	0,49	2,12	0,39
<i>RM Fortaleza</i>	<i>27,58</i>	<i>5,31</i>	<i>0,60</i>	<i>2,92</i>	<i>0,44</i>
Rio Grande do Norte	9,74	1,59	1,39	0,12	0,13
<i>RM Natal</i>	<i>11,33</i>	<i>1,49</i>	<i>1,24</i>	-	<i>0,18</i>
Paraíba	29,65	1,80	0,16	0,39	0,04
<i>RM João Pessoa</i>	<i>41,49</i>	<i>1,59</i>	<i>0,03</i>	<i>0,29</i>	-
Pernambuco	14,00	2,23	1,04	0,31	0,14
<i>RM Recife</i>	<i>14,53</i>	<i>2,49</i>	<i>0,38</i>	<i>0,21</i>	<i>0,25</i>
Alagoas	27,85	2,35	0,86	0,68	0,11
<i>RM Maceió</i>	<i>29,90</i>	<i>2,88</i>	<i>0,81</i>	<i>0,19</i>	<i>0,16</i>
Sergipe	26,23	1,28	0,23	0,26	0,11
<i>RM Aracaju</i>	<i>30,57</i>	<i>1,61</i>	-	<i>0,35</i>	<i>0,20</i>
Bahia	13,49	1,89	1,14	0,63	0,20
<i>RM Salvador</i>	<i>20,95</i>	<i>2,68</i>	<i>1,08</i>	<i>0,43</i>	<i>0,15</i>

Tabela 8: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(conclusão)

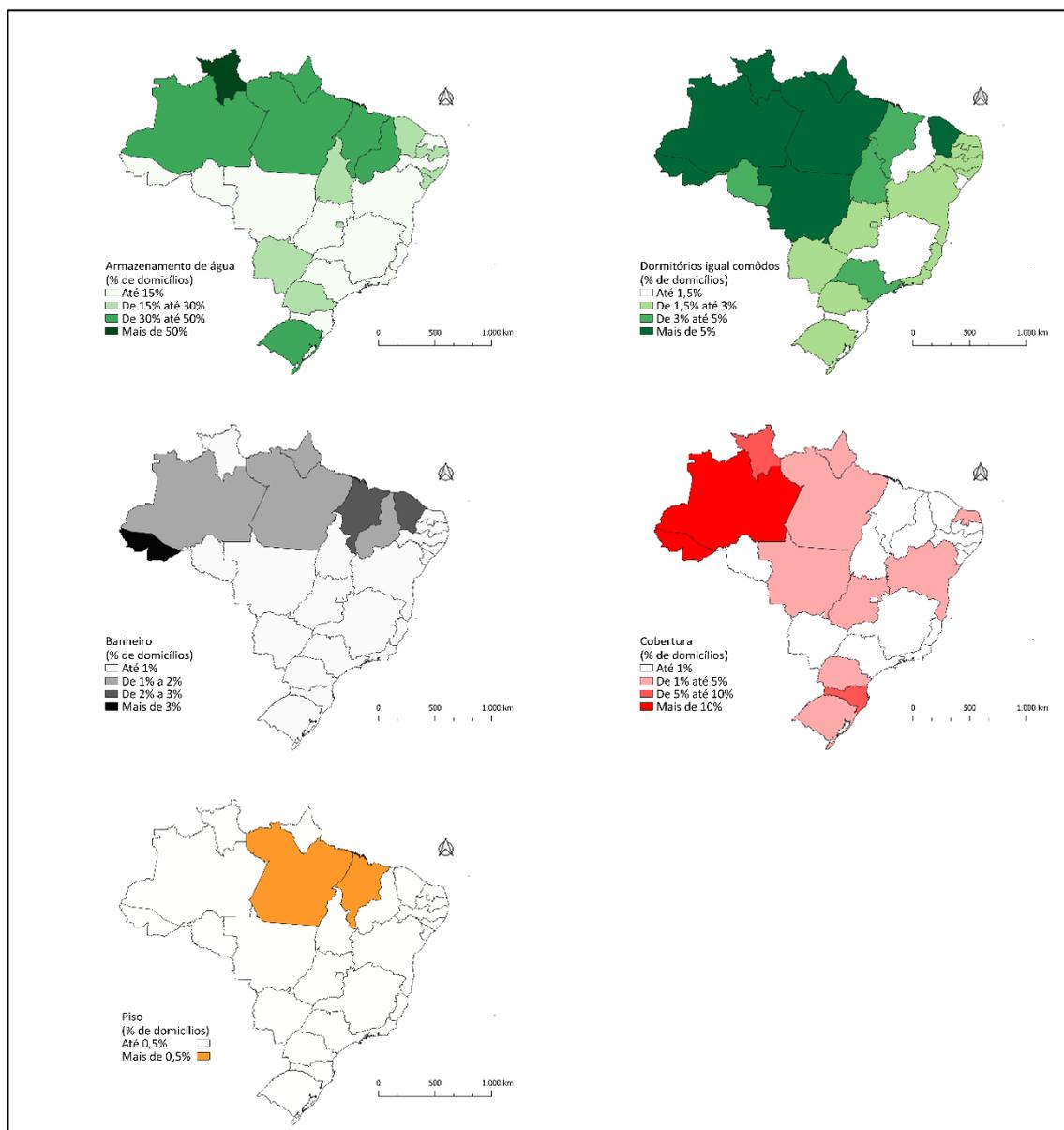
Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sudeste</b>	<b>5,22</b>	<b>2,82</b>	<b>0,34</b>	<b>0,13</b>	<b>0,03</b>
Minas Gerais	3,95	0,78	0,40	0,13	0,06
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>3,09</i>	<i>1,06</i>	<i>0,04</i>	<i>0,09</i>	<i>0,08</i>
Espírito Santo	6,55	2,38	0,80	0,33	0,03
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>6,50</i>	<i>2,98</i>	<i>0,52</i>	<i>0,33</i>	-
Rio de Janeiro	4,28	1,75	0,43	0,13	0,01
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>4,18</i>	<i>1,57</i>	<i>0,33</i>	<i>0,13</i>	-
São Paulo	6,04	4,14	0,25	0,12	0,03
<i>RM São Paulo</i>	<i>3,73</i>	<i>5,52</i>	<i>0,03</i>	<i>0,16</i>	<i>0,02</i>
<b>Sul</b>	<b>26,70</b>	<b>1,79</b>	<b>4,23</b>	<b>0,16</b>	<b>0,04</b>
Paraná	19,84	2,02	2,22	0,14	0,02
<i>RM Curitiba</i>	<i>9,10</i>	<i>2,34</i>	<i>1,33</i>	<i>0,10</i>	-
Santa Catarina	10,99	1,29	6,22	0,14	0,01
<i>RM Florianópolis</i>	<i>4,77</i>	<i>1,90</i>	<i>2,85</i>	<i>0,08</i>	<i>0,05</i>
Rio Grande do Sul	42,22	1,86	5,02	0,19	0,07
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>40,29</i>	<i>2,07</i>	<i>1,40</i>	<i>0,15</i>	<i>0,07</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>12,69</b>	<b>3,05</b>	<b>1,17</b>	<b>0,16</b>	<b>0,12</b>
Mato Grosso do Sul	22,38	1,87	0,48	0,07	0,27
Mato Grosso	7,16	5,12	2,09	0,37	0,24
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>1,24</i>	<i>5,16</i>	<i>0,68</i>	<i>0,07</i>	<i>0,43</i>
Goiás	9,03	2,59	1,49	0,15	0,03
<i>RM Goiânia</i>	<i>9,33</i>	<i>3,67</i>	<i>1,30</i>	<i>0,26</i>	<i>0,04</i>
Distrito Federal	18,13	2,99	0,13	0,05	0,04
<b>Brasil</b>	<b>14,03</b>	<b>2,99</b>	<b>1,46</b>	<b>0,41</b>	<b>0,13</b>
<i>Total das RM</i>	<i>13,02</i>	<i>3,70</i>	<i>0,66</i>	<i>0,39</i>	<i>0,10</i>
Demais áreas	14,80	2,45	2,08	0,43	0,15

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

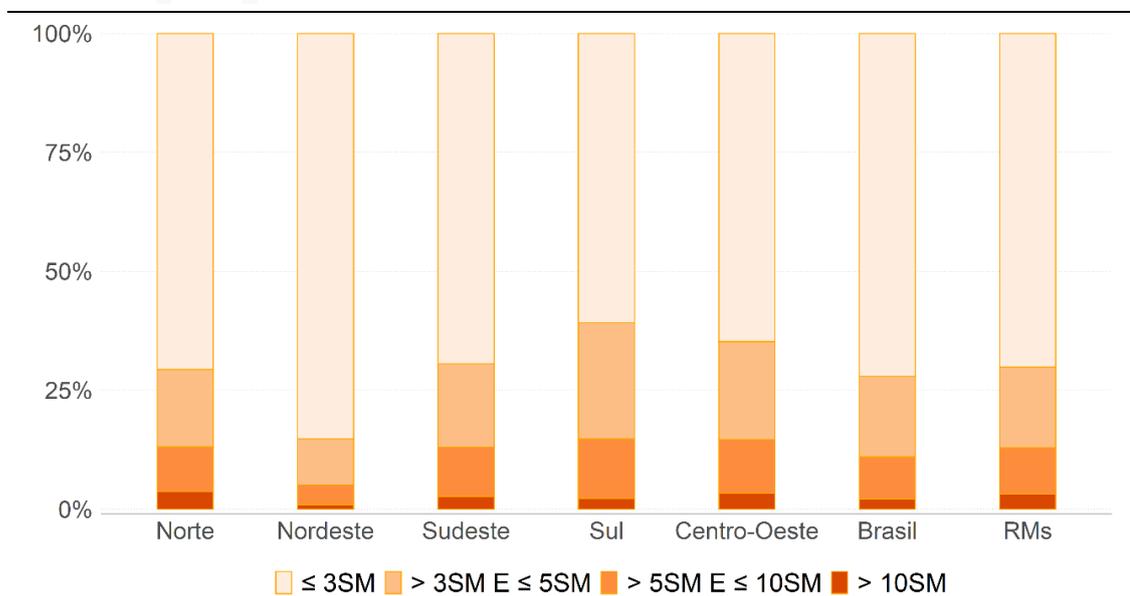
Mapa 4: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

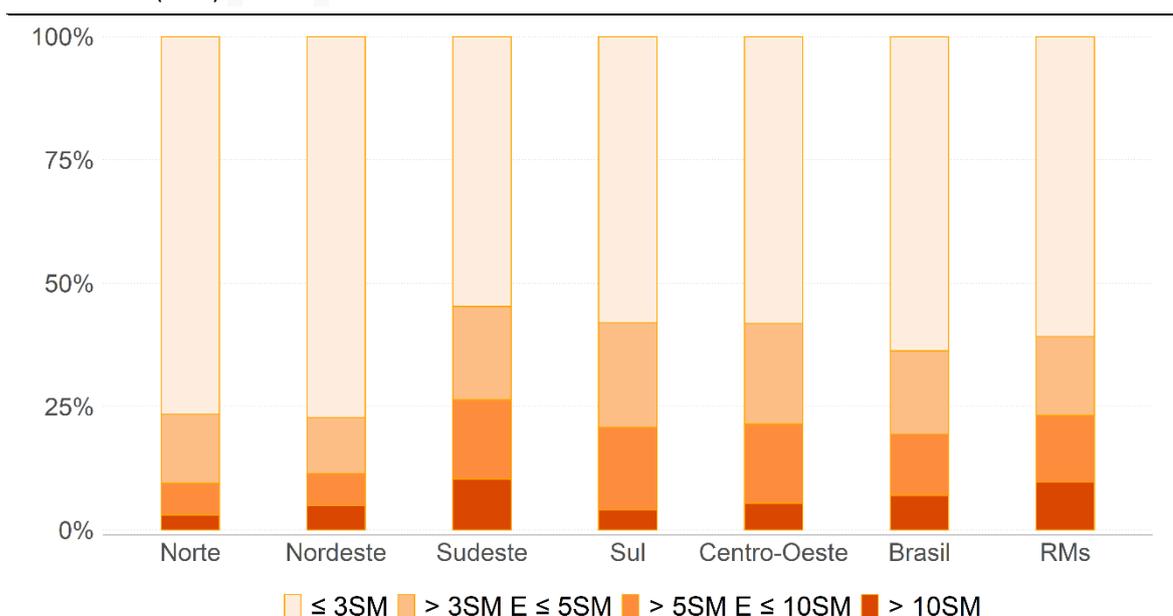
Gráfico 6: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

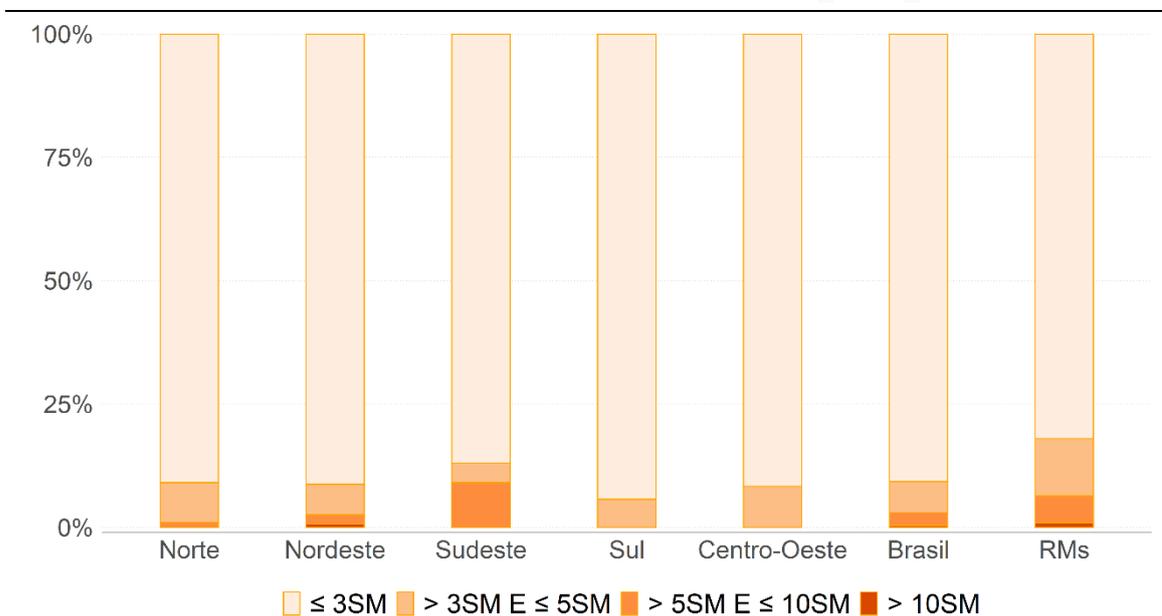
Gráfico 7: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

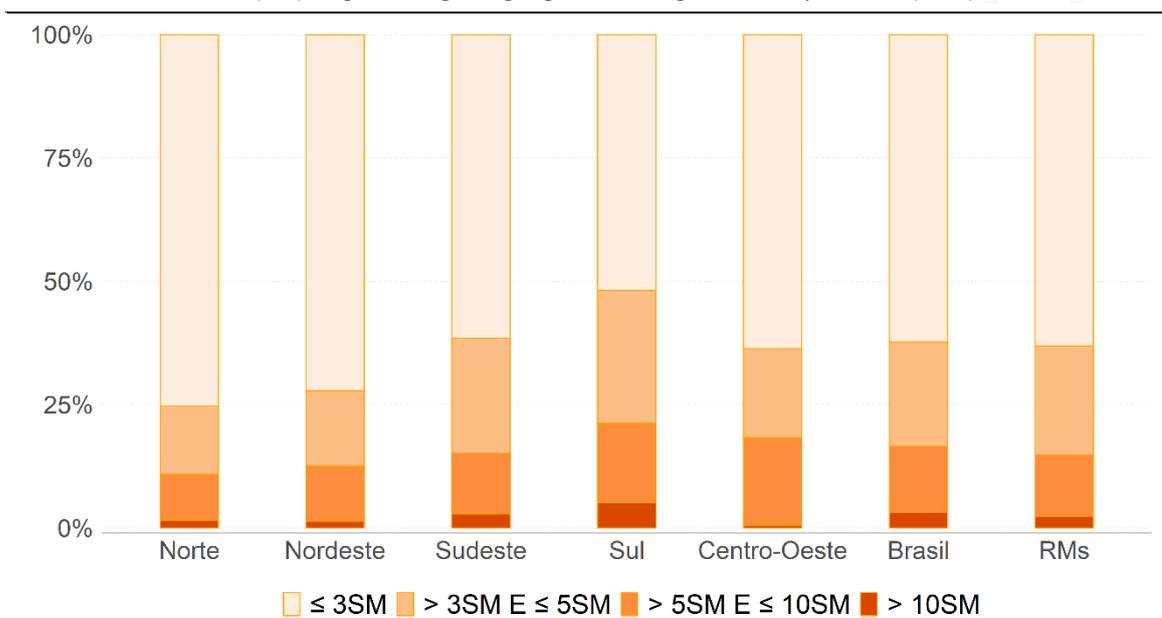
Gráfico 8: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

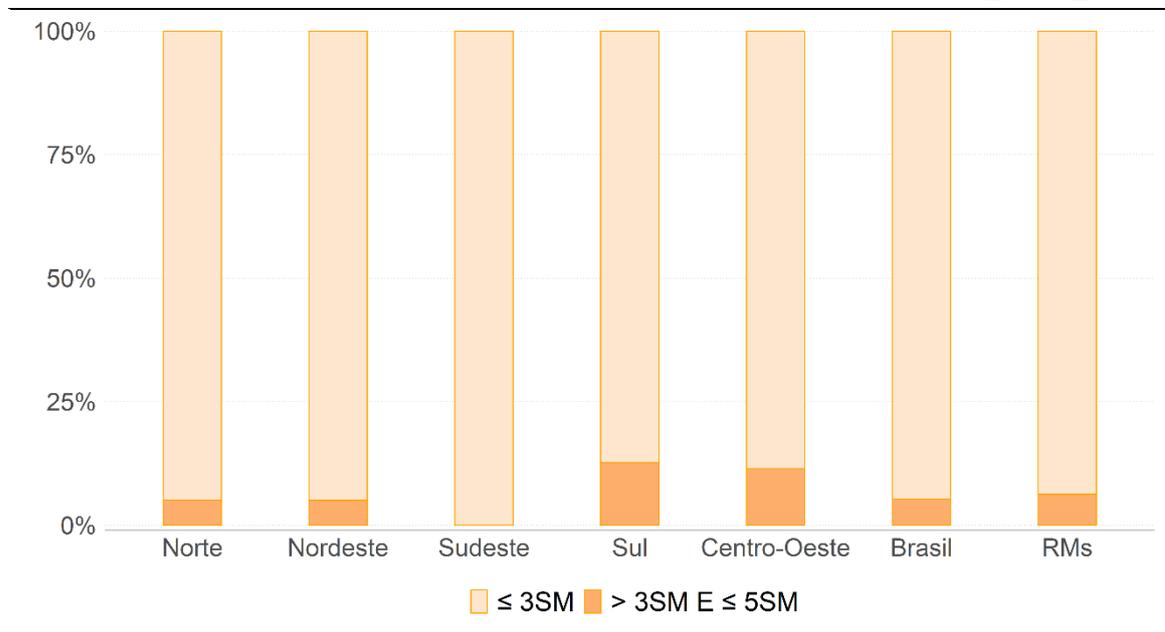
Gráfico 9: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Gráfico 10: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 2.1.3 Inadequação fundiária

Em 2016, 2,514 milhões de domicílios apresentaram inadequação quanto à situação do terreno onde se localizam, o que corresponde a cerca de 4,2% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Considerando-se valores absolutos, os maiores números foram observados na região Sudeste, com 1,300 milhão de domicílios afetados (TABELA 9), a maioria deles localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro (529 mil e 499 mil respectivamente). Em seguida, aparece a região Nordeste, com aproximadamente 630 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário, desempenho influenciado principalmente por Bahia (228 mil) e Pernambuco (147 mil).

Em termos relativos (MAPA 5 e TABELA 9), destacam-se o Amapá, na região Norte, com cerca de 10% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados – o maior percentual entre as unidades federativas; Rio de Janeiro, na região Sudeste (8,2%); Bahia, no Nordeste (6,2%); Santa Catarina, na região Sul (5%); Goiás, no Centro-Oeste (3,8%). Com relação às regiões metropolitanas, observa-se que o percentual de domicílios com inadequação fundiária é maior que nas demais áreas. Destaque para as regiões metropolitanas de Macapá (11,8%) e do Rio de Janeiro (9,6%).

Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se em âmbito nacional que quase metade dos domicílios inadequados em termos fundiários concentram-se na faixa de renda de até três salários mínimos. Nas regiões Norte e Nordeste, a inadequação em questão é ainda mais incidente sobre domicílios nessa faixa de renda, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é maior a distribuição entre as demais faixas (GRÁFICO 11).

Tabela 9: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil –2016

(Continua)

Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Norte</b>	<b>104.647</b>	<b>2,78</b>
Rondônia	8.226	2,06
Acre	6.859	3,85
Amazonas	19.228	2,26
<i>RM Manaus</i>	15.054	2,36
Roraima	1.439	1,31
Pará	45.376	2,77
<i>RM Belém</i>	31.186	4,96
Amapá	18.733	9,98
<i>RM Macapá</i>	17.187	11,75
Tocantins	4.786	1,21
<b>Nordeste</b>	<b>630.045</b>	<b>4,65</b>
Maranhão	34.842	2,69
<i>RM Grande São Luís</i>	11.756	3,55
Piauí	9.983	1,50
<i>RIDE Grande Teresina</i>	5.475	1,77
Ceará	104.393	4,74
<i>RM Fortaleza</i>	67.882	5,66
Rio Grande do Norte	41.428	4,86
<i>RM Natal</i>	37.390	8,84
Paraíba	23.201	2,38
<i>RM João Pessoa</i>	12.824	3,37

Tabela 9: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil –2016

(Conclusão)

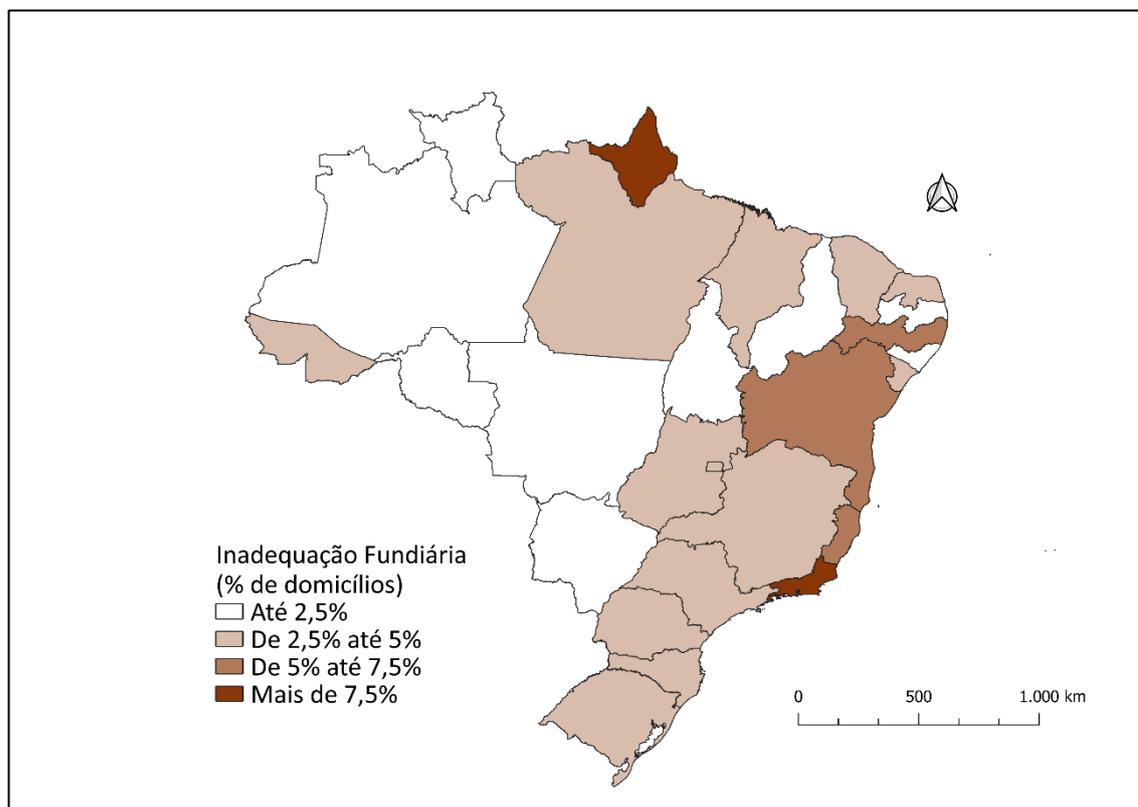
Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Nordeste</b>		
Pernambuco	147.269	5,73
<i>RM Recife</i>	113.540	8,72
Alagoas	19.619	2,52
<i>RM Maceió</i>	15.084	3,73
Sergipe	21.136	3,74
<i>RM Aracaju</i>	17.152	5,53
Bahia	228.174	6,23
<i>RM Salvador</i>	95.770	7,20
<b>Sudeste</b>	<b>1.300.706</b>	<b>4,63</b>
Minas Gerais	201.230	3,26
<i>RM Belo Horizonte</i>	91.700	5,33
Espírito Santo	70.484	6,07
<i>RM Grande Vitória</i>	46.360	7,07
Rio de Janeiro	499.802	8,27
<i>RM Rio de Janeiro</i>	442.844	9,60
São Paulo	529.191	3,59
<i>RM São Paulo</i>	280.524	3,90
<b>Sul</b>	<b>343.639</b>	<b>3,85</b>
Paraná	108.371	3,21
<i>RM Curitiba</i>	29.669	2,63
Santa Catarina	100.894	4,99
<i>RM Florianópolis</i>	23.511	6,73
Rio Grande do Sul	134.374	3,80
<i>RM Porto Alegre</i>	44.184	2,94
<b>Centro-Oeste</b>	<b>135.935</b>	<b>2,90</b>
Mato Grosso do Sul	13.182	1,66
Mato Grosso	15.846	1,71
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	9.371	3,33
Goiás	77.894	3,79
<i>RM Goiânia</i>	38.662	4,84
Distrito Federal	29.013	3,19
<b>Brasil</b>	<b>2.514.972</b>	<b>4,26</b>
<i>Total das RM</i>	<i>1.447.126</i>	<i>5,64</i>
Demais áreas	1.067.846	3,20

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

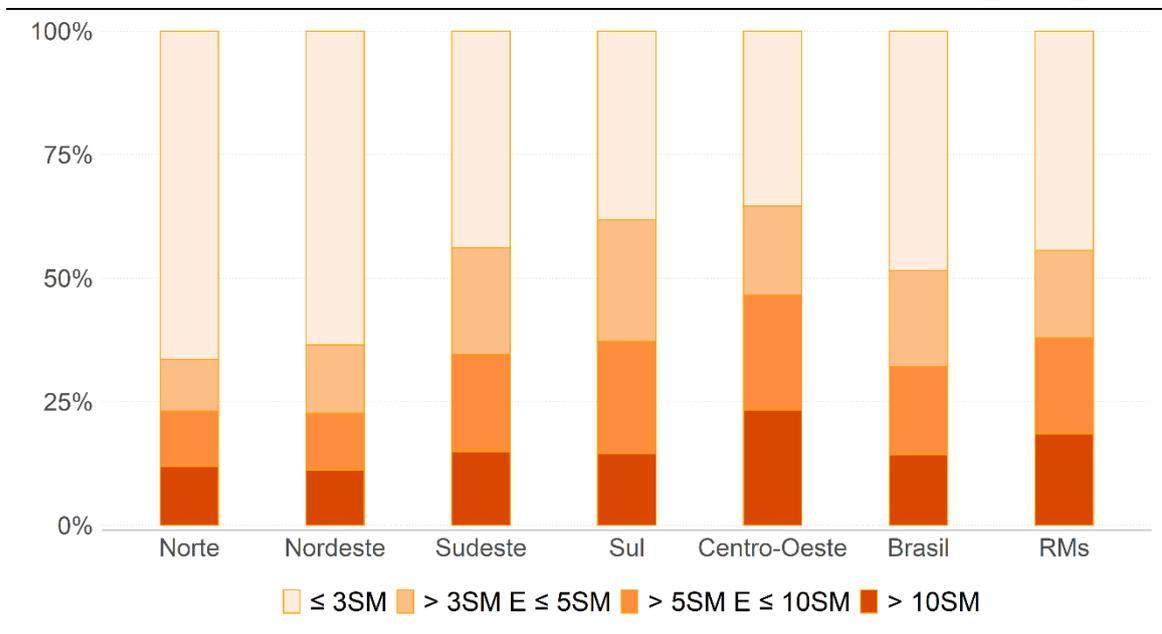
Mapa 5: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 11: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 2.2 Domicílios inadequados

Uma vez apresentados os dados dos componentes da inadequação de domicílios, mostra-se a seguir o indicador geral de domicílios inadequados. Em 2016, cerca de 23,072 milhões de domicílios exibiram ao menos um tipo de inadequação no Brasil, o equivalente a 39% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Em termos absolutos, as regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram os maiores números de domicílios inadequados: 8,568 milhões e 6,462 milhões respectivamente (TABELA 10).

Do ponto de vista relativo, Norte e Nordeste foram as regiões mais afetadas: respectivamente, 74,2% e 63,2% dos domicílios tendo apresentado algum tipo de inadequação (TABELA 10 e MAPA 6). Em quase todas as unidades federativas de ambas as regiões, é possível observar um percentual de inadequação superior a 50%. Exceções: Tocantins, Piauí e Sergipe (MAPA 6). Fora das regiões Norte e Nordeste, o Rio Grande do Sul é a única unidade da Federação com percentual de domicílios superior a 50%, mas, como explicado anteriormente, esse resultado se deve ao indicador de armazenamento de água, e não necessariamente constitui um problema em termos de bem estar, já que o estado apresenta um dos menores percentuais de inadequação quanto ao abastecimento. É possível que a própria ausência de caixa d'água se deva à frequência do abastecimento, fazendo com que muitos domicílios dispensem esse item. Apesar dessa exceção, observou-se, conforme esperado, maior incidência da inadequação sobre as regiões menos desenvolvidas do país.

Tabela 10: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

(Continua)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Norte</b>	<b>2.790.142</b>	<b>74,21</b>
Rondônia	273.832	68,44
Acre	155.051	87,06
Amazonas	587.578	68,92
<i>RM Manaus</i>	412.243	64,59
Roraima	90.045	81,85
Pará	1.347.728	82,34
<i>RM Belém</i>	516.170	82,02
Amapá	157.545	83,95
<i>RM Macapá</i>	123.949	84,72
Tocantins	178.362	45,20
<b>Nordeste</b>	<b>8.568.273</b>	<b>63,18</b>
Maranhão	967.508	74,82
<i>RM Grande São Luís</i>	239.538	72,33
Piauí	328.642	49,48
<i>RIDE Grande Teresina</i>	159.357	51,38
Ceará	1.198.977	54,41
<i>RM Fortaleza</i>	558.666	46,59
Rio Grande do Norte	684.461	80,38
<i>RM Natal</i>	264.654	62,57
Paraíba	727.882	74,55
<i>RM João Pessoa</i>	206.623	54,35
Pernambuco	1.852.355	72,08
<i>RM Recife</i>	801.854	61,59
Alagoas	502.664	64,68
<i>RM Maceió</i>	236.415	58,41
Sergipe	280.024	49,56
<i>RM Aracaju</i>	127.899	41,21
Bahia	2.025.760	55,33
<i>RM Salvador</i>	641.098	48,20

Tabela 10: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2016

Conclusão

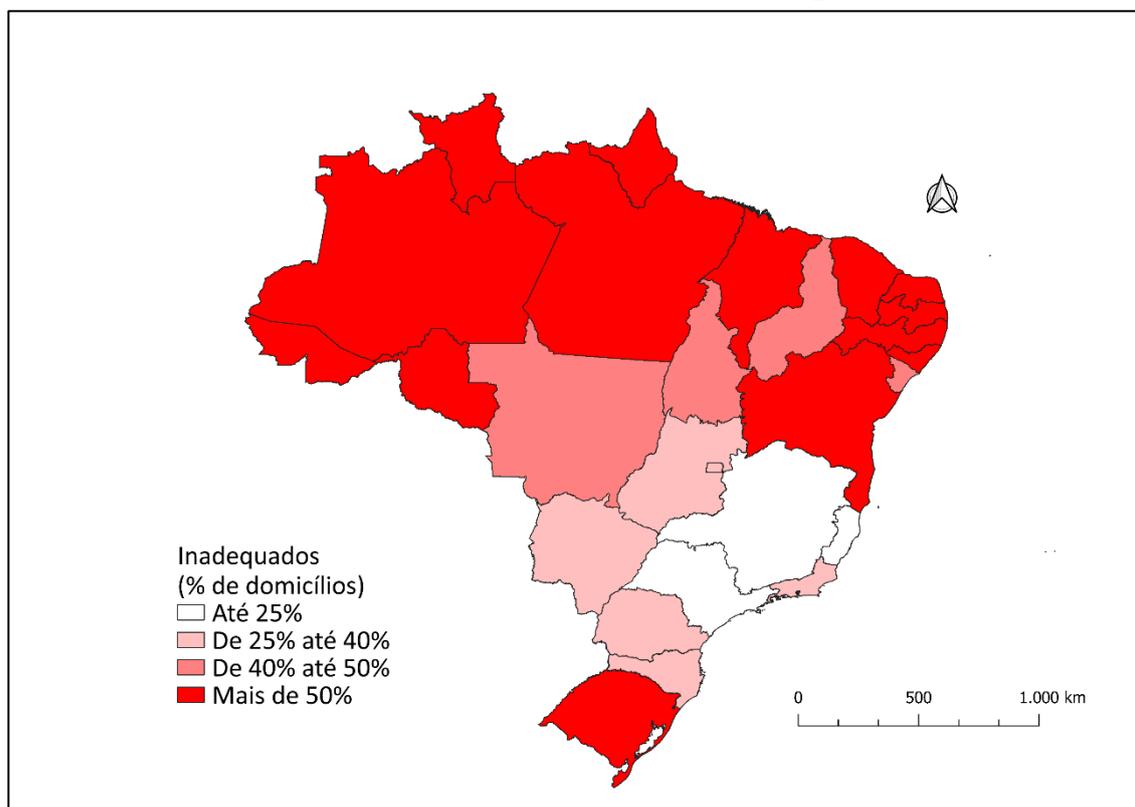
Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Sudeste</b>	<b>6.462.988</b>	<b>22,99</b>
Minas Gerais	1.015.737	16,46
<i>RM Belo Horizonte</i>	247.555	14,39
Espírito Santo	253.585	21,84
<i>RM Grande Vitória</i>	140.413	21,41
Rio de Janeiro	2.153.988	35,65
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.761.796	38,18
São Paulo	3.039.677	20,62
<i>RM São Paulo</i>	1.747.807	24,29
<b>Sul</b>	<b>3.574.015</b>	<b>40,01</b>
Paraná	1.105.720	32,76
<i>RM Curitiba</i>	193.999	17,18
Santa Catarina	621.966	30,77
<i>RM Florianópolis</i>	77.892	22,31
Rio Grande do Sul	1.846.329	52,20
<i>RM Porto Alegre</i>	726.175	48,36
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.677.452</b>	<b>35,82</b>
Mato Grosso do Sul	268.998	33,90
Mato Grosso	416.844	44,99
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	178.310	63,34
Goiás	762.100	37,10
<i>RM Goiânia</i>	292.200	36,55
Distrito Federal	229.510	25,26
<b>Brasil</b>	<b>23.072.869</b>	<b>39,07</b>
<i>Total das RM</i>	<i>9.654.616</i>	<i>37,64</i>
Demais áreas	13.418.253	40,17

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 6: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### **3 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2017**

#### **3.1 Critérios de inadequação dos domicílios**

Considerando-se os três grandes indicadores que constituem a mensuração da inadequação de domicílios, o componente de infraestrutura urbana foi o mais presente nos domicílios brasileiros em 2017. No ano em questão, 14,225 milhões de moradias apresentaram alguma inadequação de infraestrutura, o que representa 23,8% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos no país (TABELAS 11 e 12). Do ponto de vista regional (GRÁFICOS 12 e 13), o Nordeste se destacou em termos absolutos e totalizou 6,521 milhões de domicílios inadequados sob o critério em análise. Em seguida, aparecem, respectivamente, as regiões Sudeste (2,968 milhões), Norte (2,072 milhões), Centro-Oeste (1,637 milhão) e Sul (1,026 milhão). Em termos relativos, o Norte apresentou o maior percentual de domicílios inadequados pela ótica da infraestrutura. Atinge pouco mais da metade do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (53,4%). Em seguida, vem as regiões Nordeste (47,6%), Centro-Oeste (34,2%), Sul (11,4%) e Sudeste (10,5%). Pela perspectiva das regiões metropolitanas, observou-se menor incidência da inadequação de infraestrutura em relação às demais áreas: 18,9% para as primeiras ante 27,6% para as últimas.

Seguidamente às inadequações de infraestrutura urbana aparecem as carências edilícias. Em termos absolutos, elas atingiram 10,433 milhões de domicílios brasileiros em 2017 – 17,5% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (TABELAS 11 e 12). Também para tal indicador, o Nordeste é a região que apresentou os maiores números absolutos (3,068 milhões), seguido das regiões Sul (2,688 milhões), Sudeste (2,371 milhões), Norte (1,438 milhão) e Centro-Oeste (865 mil). Em termos relativos, verificou-se na região Norte o maior percentual de domicílios inadequados do ponto de vista edilício: 37,1% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos. Em seguida vem as regiões Sul (29,9%), Nordeste (22,4%), Centro-Oeste (18,1%) e Sudeste (8,4%). Para o recorte metropolitano, as regiões metropolitanas apresentaram menor percentual de domicílios com, pelo menos, uma inadequação edilícia em relação às demais áreas: 15,7% ante 18,8% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos dos respectivos locais.

Em menor magnitude aparece a inadequação fundiária. Em 2017, ela se mostrou presente em cerca de 2,884 milhões de domicílios brasileiros, o que representa 4,8% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. O Sudeste foi a região que apresentou o maior número absoluto de domicílios inadequados (1,393 milhão) para o indicador em questão, seguido pelas regiões Nordeste (769 mil), Sul (416 mil), Centro-Oeste (186 mil) e Norte (119 mil). Já em termos relativos, observou-se para a região Nordeste o maior percentual de domicílios inadequados pelo aspecto fundiário (5,6%). Depois aparecem Sudeste (4,9%), Sul (4,6%), Centro-Oeste (3,9%) e Norte (3,1%). Ao contrário das inadequações de infraestrutura e edilícia, a inadequação fundiária se mostrou

mais incidente nas regiões metropolitanas comparativamente às demais áreas: 6,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos para as primeiras, 3,3% para as últimas.

Tabela 11: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edificações (3)	Inadequação Fundiária
Norte	2.072.059	1.438.340	119.070
Nordeste	6.521.802	3.068.622	769.342
Sudeste	2.968.058	2.371.341	1.393.074
Sul	1.026.228	2.688.960	416.429
Centro-Oeste	1.637.343	865.951	186.434
<b>Brasil</b>	<b>14.225.490</b>	<b>10.433.213</b>	<b>2.884.350</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.925.274</i>	<i>4.092.021</i>	<i>1.753.371</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>9.300.216</i>	<i>6.341.192</i>	<i>1.130.979</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edificação.

Tabela 12: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

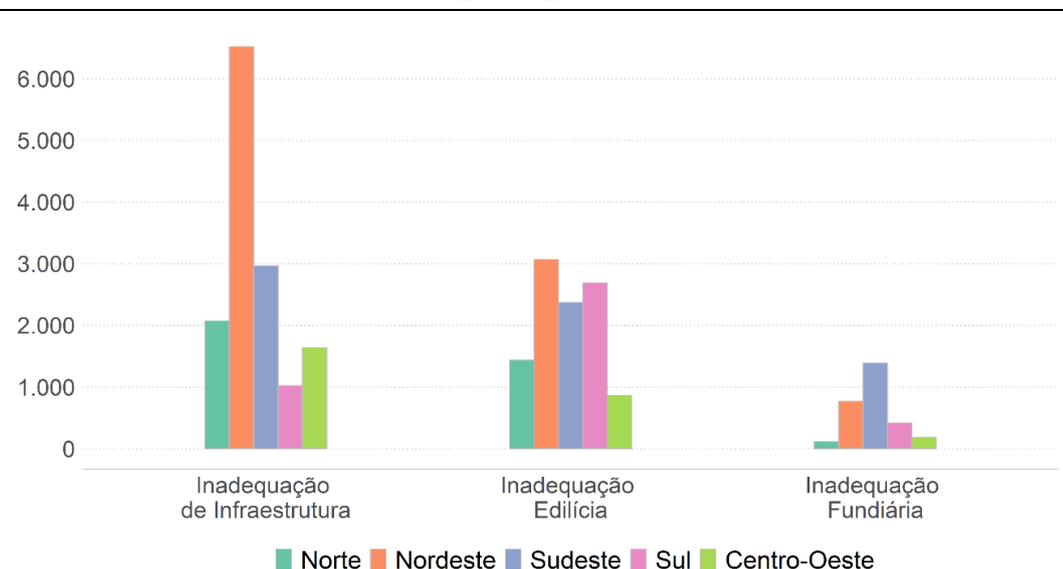
Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edificações (3)	Inadequação Fundiária
Norte	53,40	37,07	3,07
Nordeste	47,64	22,42	5,62
Sudeste	10,49	8,38	4,92
Sul	11,39	29,84	4,62
Centro-Oeste	34,15	18,06	3,89
<b>Brasil</b>	<b>23,84</b>	<b>17,49</b>	<b>4,83</b>
<i>Total das RM</i>	<i>18,96</i>	<i>15,75</i>	<i>6,75</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>27,60</i>	<i>18,82</i>	<i>3,36</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edificação.

Gráfico 12: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2017

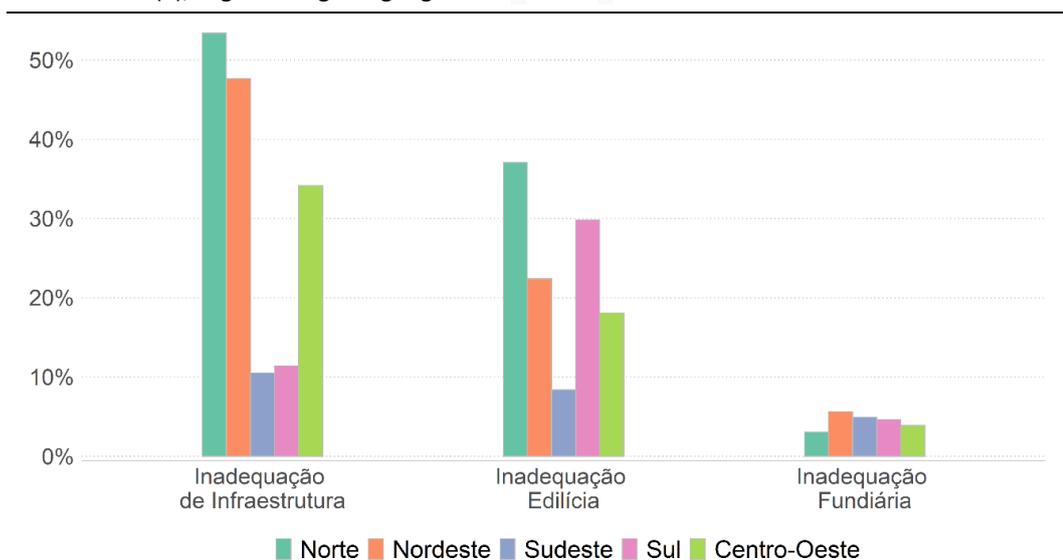


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Gráfico 13: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

### 3.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana

A presente seção aborda de forma mais detalhada os dados da inadequação de infraestrutura urbana e seus subindicadores para 2017. A região Nordeste, conforme já destacado, apresentou os maiores números absolutos quanto a esse tipo de inadequação: 6,521 milhões de domicílios. Desses, 1,744 milhão pertencem ao estado de Pernambuco; 1,526 milhão, à Bahia, as duas unidades federativas com os maiores valores absolutos na região e também no país (TABELA 13). Posteriormente aparecem Rio de Janeiro (1,345 milhão) e Pará (1,048 milhão), ambos representando aproximadamente a metade dos domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura em suas respectivas regiões.

Em termos relativos, verifica-se marcada distribuição geográfica da inadequação de infraestrutura urbana no país (MAPA 7). Acre e Rio Grande do Norte são os únicos estados cujo percentual de domicílios com alguma inadequação de infraestrutura ultrapassou 70% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 13). O Rio de Janeiro, repetindo o desempenho do ano anterior, foi a única unidade federativa do eixo Sul-Sudeste a apresentar um percentual superior acima dos 15%. Por outro lado, os demais estados da região tiveram os menores percentuais do país: Minas Gerais, com 10,3%; Espírito Santo, com 7,3%; São Paulo, com 6,1% de domicílios com alguma inadequação de infraestrutura em relação ao total de domicílios particulares permanentes urbanos.

Tabela 13: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Norte</b>	<b>2.072.059</b>	<b>53,40</b>
Rondônia	256.431	60,56
Acre	138.636	77,65
Amazonas	324.376	36,89
<i>RM Manaus</i>	<i>174.322</i>	<i>26,44</i>
Roraima	30.980	26,71
Pará	1.048.741	61,82
<i>RM Belém</i>	<i>302.394</i>	<i>47,37</i>
Amapá	123.351	64,82
<i>RM Macapá</i>	<i>92.124</i>	<i>61,87</i>
Tocantins	149.545	37,73

Tabela 13: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continuação)

Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Nordeste</b>	<b>6.521.802</b>	<b>47,64</b>
Maranhão	684.609	52,03
<i>RM Grande São Luís</i>	193.307	57,27
Piauí	143.941	21,15
<i>RIDE Grande Teresina</i>	57.177	17,70
Ceará	693.238	31,15
<i>RM Fortaleza</i>	190.453	15,62
Rio Grande do Norte	651.345	76,06
<i>RM Natal</i>	248.108	57,06
Paraíba	507.929	51,53
<i>RM João Pessoa</i>	53.116	13,86
Pernambuco	1.744.992	67,94
<i>RM Recife</i>	688.021	51,91
Alagoas	380.123	47,24
<i>RM Maceió</i>	137.240	31,79
Sergipe	189.577	32,59
<i>RM Aracaju</i>	27.104	8,69
Bahia	1.526.048	41,58
<i>RM Salvador</i>	373.311	27,21
<b>Sudeste</b>	<b>2.968.058</b>	<b>10,49</b>
Minas Gerais	641.344	10,25
<i>RM Belo Horizonte</i>	116.650	6,46
Espírito Santo	84.338	7,28
<i>RM Grande Vitória</i>	45.495	7,03
Rio de Janeiro	1.345.576	22,06
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.036.840	22,40
São Paulo	896.800	6,07
<i>RM São Paulo</i>	574.518	8,00

Tabela 13: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

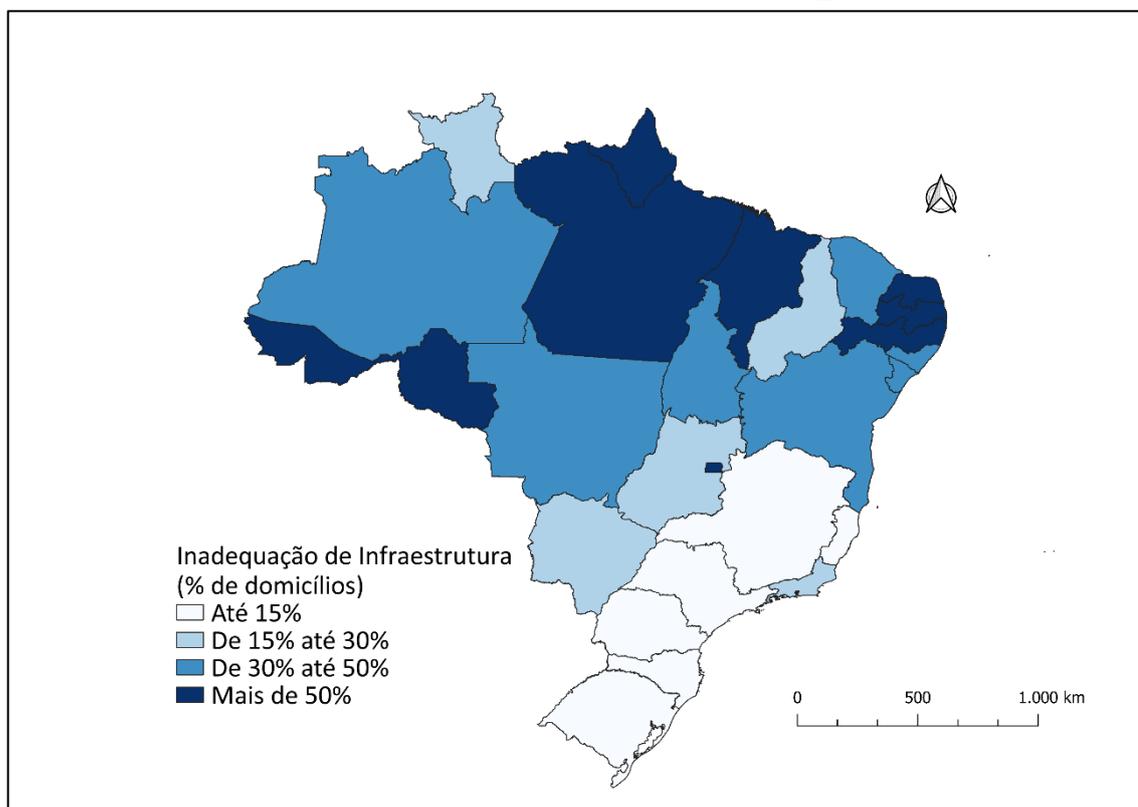
Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Sul</b>	<b>1.026.228</b>	<b>11,39</b>
Paraná	392.883	11,64
<i>RM Curitiba</i>	54.547	4,82
Santa Catarina	245.123	11,80
<i>RM Florianópolis</i>	24.704	6,83
Rio Grande do Sul	388.221	10,91
<i>RM Porto Alegre</i>	129.593	8,63
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.637.343</b>	<b>34,15</b>
Mato Grosso do Sul	131.726	16,39
Mato Grosso	325.376	34,93
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	163.200	55,97
Goiás	619.637	29,23
<i>RM Goiânia</i>	243.050	28,85
Distrito Federal	560.604	59,69
<b>Brasil</b>	<b>14.225.490</b>	<b>23,84</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.925.274</i>	<i>18,96</i>
Demais áreas	9.300.216	27,60

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 7: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação — 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação de infraestrutura urbana: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e provisão de energia elétrica (TABELAS 14 e 15 e MAPA 8). Entre eles, a inadequação quanto ao abastecimento foi a que atingiu o maior número de domicílios em 2017, 10,929 milhões, o que representa 18,3% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Os estados que mais contribuíram para esse resultado, em termos absolutos, foram Pernambuco (1,693 milhão), Bahia (1,229 milhão) e Rio de Janeiro (1,193 milhões). Em termos relativos, por sua vez, constata-se que a inadequação quanto ao abastecimento de água foi mais incidente no Acre (73,1%), em Pernambuco (65,9%) e no Distrito Federal (58,6%). Cabe destacar que, em 2017, o Distrito Federal passava por uma crise hídrica, o que certamente influenciou no resultado observado.

Em seguida ao abastecimento, surge a inadequação do esgotamento sanitário como a segunda mais frequente no Brasil em 2017. No ano, foram 4,551 milhões de domicílios inadequados por esse critério, o equivalente a 7,6% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos.

Bahia (476 mil), Goiás (404 mil) e Rio Grande do Norte (404 mil) apresentaram os maiores números absolutos. O último estado também apresentou os maiores percentuais relativos (47,2%), seguido por Tocantins (29,6%) e Amapá (26,7%). Enquanto as questões relacionadas ao abastecimento e ao esgotamento foram as inadequações de infraestrutura de maior magnitude no âmbito nacional, as deficiências quanto à provisão de energia elétrica e à coleta de lixo se mostraram menos frequentes. Ambas ficaram próximas de 1% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país.

Analisando-se os subindicadores em estratos da renda domiciliar, observa-se predominância das inadequações de infraestrutura nas faixas de até três salários mínimos, principalmente na região Nordeste (GRÁFICOS 14, 15 e 16). A exceção mais nítida é a inadequação de energia elétrica na região Sul, que se mostrou mais distribuída entre as faixas de rendimento. Para os demais subindicadores e regiões, mesmo em casos que é maior a distribuição entre os estratos, a faixa de até três salários mínimos representa pelo menos cerca da metade dos domicílios inadequados.

Tabela 14: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>1.556.036</b>	<b>907.207</b>	<b>108.581</b>	<b>33.584</b>
Rondônia	198.315	99.461	4.616	931
Acre	130.447	44.842	3.021	91
Amazonas	193.588	180.962	37.209	14.676
<i>RM Manaus</i>	<i>117.185</i>	<i>67.417</i>	<i>6.827</i>	<i>13.509</i>
Roraima	5.420	27.870	1.719	1.248
Pará	881.903	385.908	54.462	12.009
<i>RM Belém</i>	<i>258.062</i>	<i>83.593</i>	<i>19.514</i>	<i>1.924</i>
Amapá	101.089	50.801	1.325	739
<i>RM Macapá</i>	<i>74.219</i>	<i>35.103</i>	<i>610</i>	<i>739</i>
Tocantins	45.275	117.362	6.229	3.890
<b>Nordeste</b>	<b>5.349.644</b>	<b>1.939.857</b>	<b>378.028</b>	<b>70.631</b>
Maranhão	542.697	193.176	120.164	6.552
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>185.011</i>	<i>19.980</i>	<i>18.512</i>	<i>763</i>

Tabela 14: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Nordeste</b>				
Piauí	77.473	59.976	22.191	3.028
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>23.580</i>	<i>30.809</i>	<i>3.826</i>	<i>2.353</i>
Ceará	535.291	236.393	59.314	4.295
<i>RM Fortaleza</i>	<i>141.916</i>	<i>58.321</i>	<i>30.582</i>	<i>2.675</i>
Rio Grande do Norte	394.783	404.343	6.935	1.604
<i>RM Natal</i>	<i>83.314</i>	<i>196.549</i>	<i>3.224</i>	<i>1.149</i>
Paraíba	475.528	88.670	12.071	764
<i>RM João Pessoa</i>	<i>43.387</i>	<i>14.169</i>	<i>4.518</i>	<i>237</i>
Pernambuco	1.693.029	205.757	64.901	12.813
<i>RM Recife</i>	<i>649.579</i>	<i>146.346</i>	<i>31.236</i>	<i>8.972</i>
Alagoas	259.250	188.331	8.308	2.822
<i>RM Maceió</i>	<i>72.008</i>	<i>87.683</i>	<i>2.711</i>	<i>1.609</i>
Sergipe	142.382	86.968	9.025	4.120
<i>RM Aracaju</i>	<i>11.953</i>	<i>15.209</i>	<i>6.869</i>	<i>239</i>
Bahia	1.229.211	476.243	75.119	34.633
<i>RM Salvador</i>	<i>338.655</i>	<i>43.648</i>	<i>23.318</i>	<i>8.335</i>
<b>Sudeste</b>	<b>2.369.941</b>	<b>599.176</b>	<b>154.629</b>	<b>184.619</b>
Minas Gerais	419.196	246.551	46.660	14.371
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>58.434</i>	<i>57.601</i>	<i>17.090</i>	<i>2.585</i>
Espírito Santo	42.535	41.166	11.837	982
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>22.190</i>	<i>20.729</i>	<i>6.734</i>	<i>436</i>
Rio de Janeiro	1.193.616	175.548	51.944	79.813
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>932.783</i>	<i>106.979</i>	<i>45.347</i>	<i>77.243</i>
São Paulo	714.594	135.911	44.188	89.453
<i>RM São Paulo</i>	<i>456.023</i>	<i>88.141</i>	<i>20.794</i>	<i>55.790</i>
<b>Sul</b>	<b>524.023</b>	<b>532.078</b>	<b>24.330</b>	<b>59.667</b>
Paraná	163.650	240.038	11.506	28.138
<i>RM Curitiba</i>	<i>43.136</i>	<i>11.138</i>	<i>2.264</i>	<i>23.831</i>
Santa Catarina	171.775	79.557	6.122	9.053
<i>RM Florianópolis</i>	<i>15.898</i>	<i>7.608</i>	<i>415</i>	<i>1.856</i>
Rio Grande do Sul	188.598	212.483	6.702	22.476
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>97.359</i>	<i>40.293</i>	<i>706</i>	<i>11.431</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.129.770</b>	<b>573.118</b>	<b>24.749</b>	<b>70.788</b>
Mato Grosso do Sul	70.042	67.781	1.657	5.756

Tabela 14: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Centro-Oeste</b>				
Mato Grosso	250.658	90.325	6.109	6.201
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>			-	787
Goiás	258.561	404.866	11.025	56.952
<i>RM Goiânia</i>	146.518	124.680	1.151	32.712
Distrito Federal	550.509	10.146	5.957	1.880
<b>Brasil</b>	<b>10.929.414</b>	<b>4.551.437</b>	<b>690.316</b>	<b>419.290</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.932.802</i>	<i>1.259.418</i>	<i>246.250</i>	<i>249.177</i>
Demais áreas	6.996.612	3.292.019	444.066	170.113

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 15: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>40,10</b>	<b>23,38</b>	<b>2,80</b>	<b>0,87</b>
Rondônia	46,83	23,49	1,09	0,22
Acre	73,07	25,12	1,69	0,05
Amazonas	22,02	20,58	4,23	1,67
<i>RM Manaus</i>	17,78	10,23	1,04	2,05
Roraima	4,67	24,03	1,48	1,08
Pará	51,98	22,75	3,21	0,71
<i>RM Belém</i>	40,43	13,10	3,06	0,30
Amapá	53,12	26,69	0,70	0,39
<i>RM Macapá</i>	49,85	23,58	0,41	0,50
Tocantins	11,42	29,61	1,57	0,98

Tabela 15: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Nordeste</b>	<b>39,08</b>	<b>14,17</b>	<b>2,76</b>	<b>0,52</b>
Maranhão	41,25	14,68	9,13	0,50
<i>RM Grande São Luís</i>	54,81	5,92	5,48	0,23
Piauí	11,38	8,81	3,26	0,44
<i>RIDE Grande Teresina</i>	7,30	9,54	1,18	0,73
Ceará	24,05	10,62	2,66	0,19
<i>RM Fortaleza</i>	11,64	4,78	2,51	0,22
Rio Grande do Norte	46,10	47,22	0,81	0,19
<i>RM Natal</i>	19,16	45,21	0,74	0,26
Paraíba	48,24	9,00	1,22	0,08
<i>RM João Pessoa</i>	11,32	3,70	1,18	0,06
Pernambuco	65,92	8,01	2,53	0,50
<i>RM Recife</i>	49,01	11,04	2,36	0,68
Alagoas	32,22	23,40	1,03	0,35
<i>RM Maceió</i>	16,68	20,31	0,63	0,37
Sergipe	24,48	14,95	1,55	0,71
<i>RM Aracaju</i>	3,83	4,88	2,20	0,08
Bahia	33,49	12,98	2,05	0,94
<i>RM Salvador</i>	24,68	3,18	1,70	0,61
<b>Sudeste</b>	<b>8,38</b>	<b>2,12</b>	<b>0,55</b>	<b>0,65</b>
Minas Gerais	6,70	3,94	0,75	0,23
<i>RM Belo Horizonte</i>	3,24	3,19	0,95	0,14
Espírito Santo	3,67	3,56	1,02	0,08
<i>RM Grande Vitória</i>	3,43	3,20	1,04	0,07
Rio de Janeiro	19,57	2,88	0,85	1,31
<i>RM Rio de Janeiro</i>	20,15	2,31	0,98	1,67
São Paulo	4,83	0,92	0,30	0,61
<i>RM São Paulo</i>	6,35	1,23	0,29	0,78
<b>Sul</b>	<b>5,82</b>	<b>5,90</b>	<b>0,27</b>	<b>0,66</b>
Paraná	4,85	7,11	0,34	0,83
<i>RM Curitiba</i>	3,82	0,99	0,20	2,11
Santa Catarina	8,27	3,83	0,29	0,44
<i>RM Florianópolis</i>	4,39	2,10	0,11	0,51
Rio Grande do Sul	5,30	5,97	0,19	0,63
<i>RM Porto Alegre</i>	6,49	2,68	0,05	0,76

Tabela 15: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

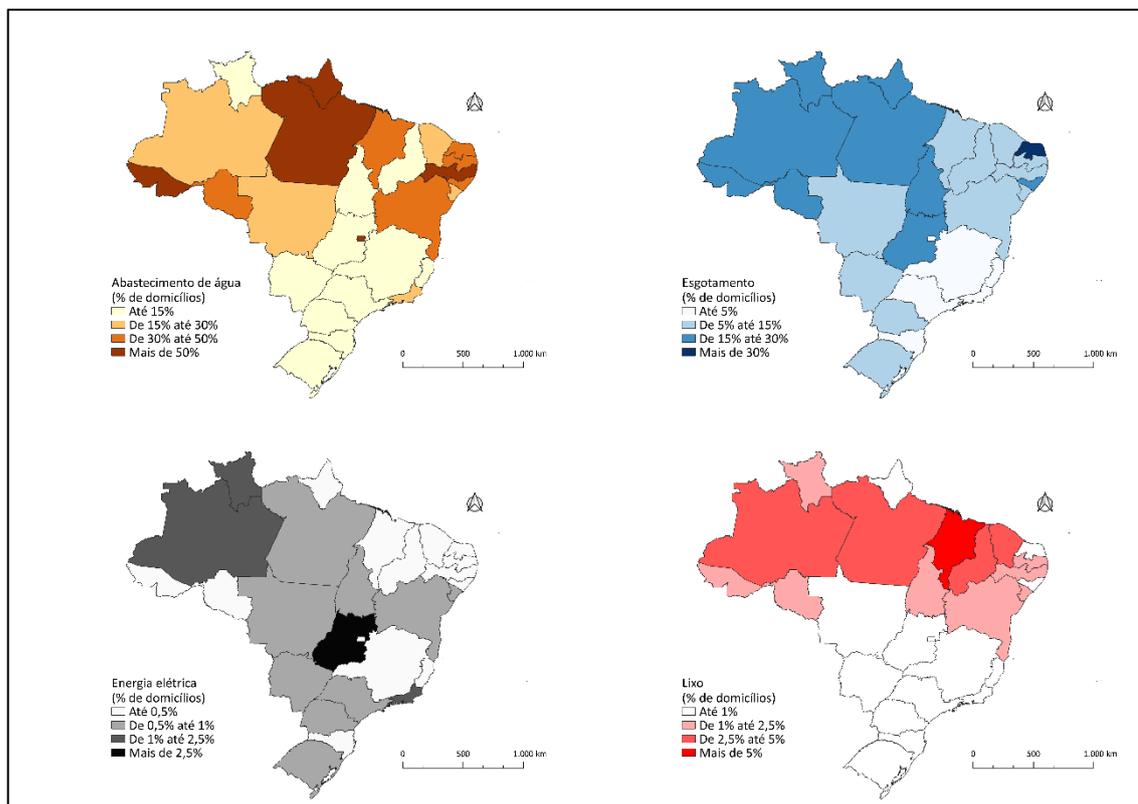
Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Centro-Oeste</b>	<b>23,57</b>	<b>11,95</b>	<b>0,52</b>	<b>1,48</b>
Mato Grosso do Sul	8,71	8,43	0,21	0,72
Mato Grosso	26,91	9,70	0,66	0,67
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>55,42</i>	<i>1,17</i>	-	<i>0,27</i>
Goiás	12,20	19,10	0,52	2,69
<i>RM Goiânia</i>	<i>17,39</i>	<i>14,80</i>	<i>0,14</i>	<i>3,88</i>
Distrito Federal	58,62	1,08	0,63	0,20
<b>Brasil</b>	<b>18,32</b>	<b>7,63</b>	<b>1,16</b>	<b>0,70</b>
<i>Total das RM</i>	<i>15,14</i>	<i>4,85</i>	<i>0,95</i>	<i>0,96</i>
Demais áreas	20,77	9,77	1,32	0,50

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

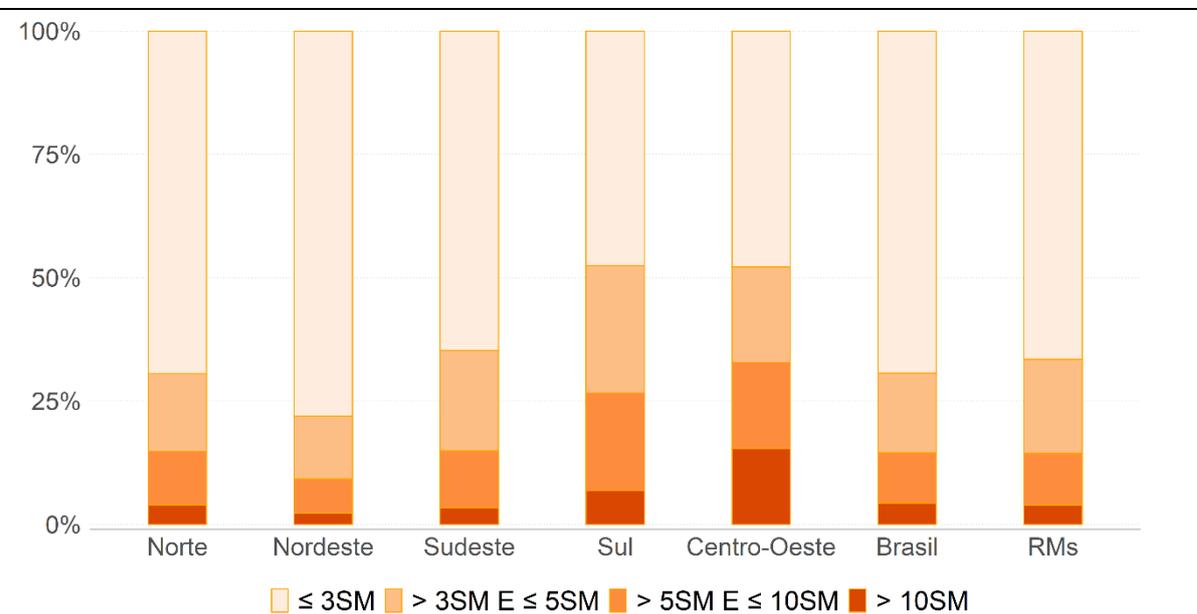
Mapa 8: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

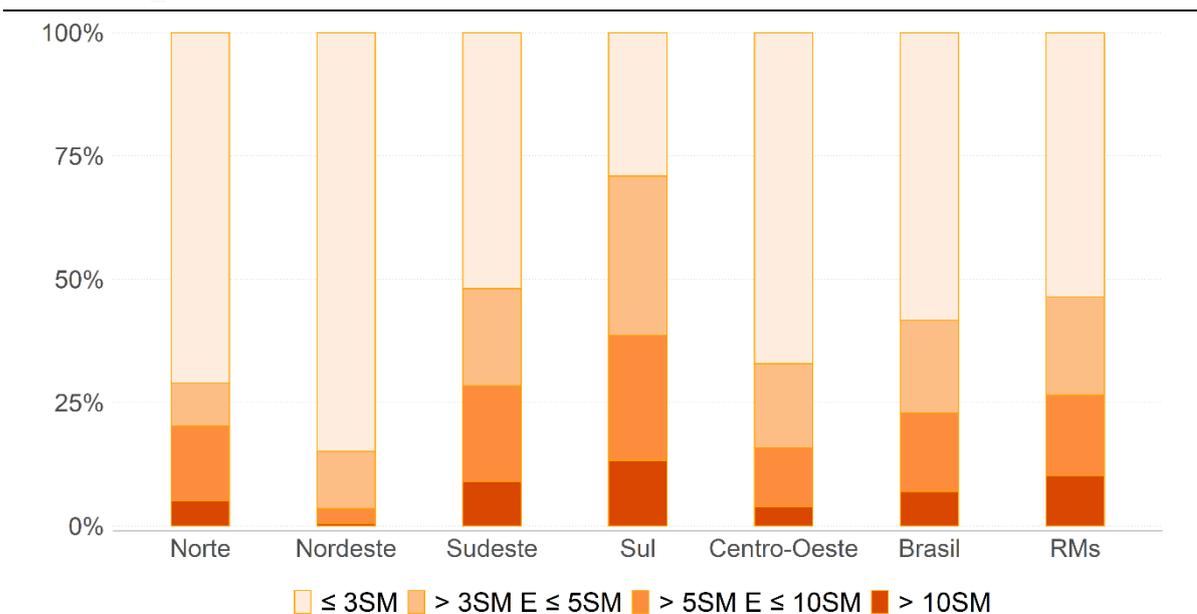
Gráfico 14: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

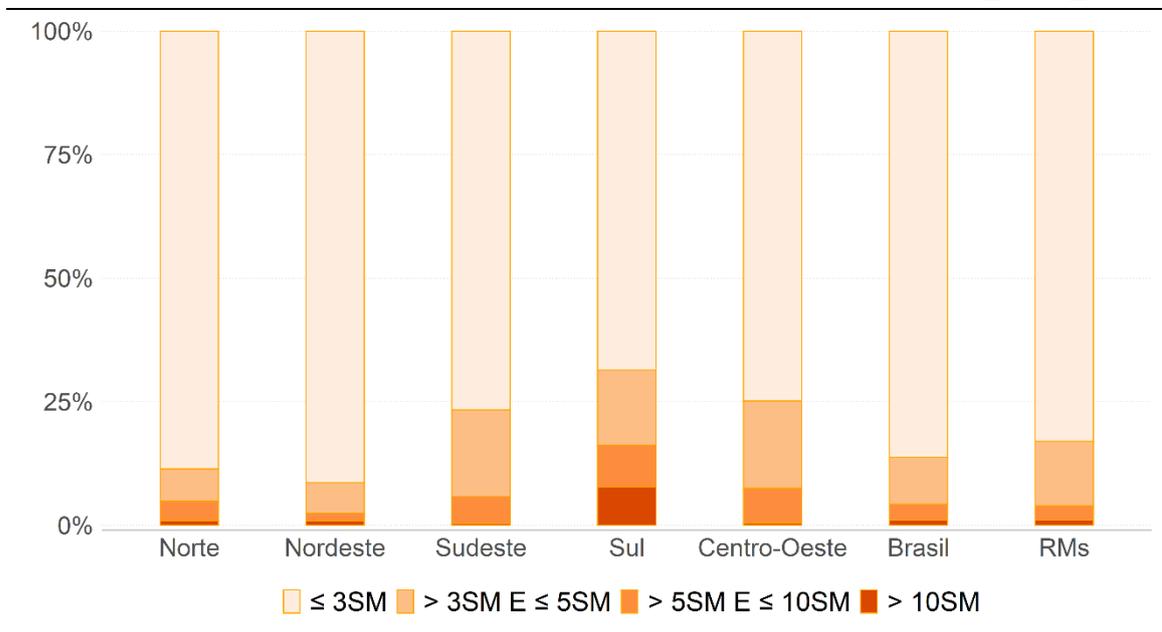
Gráfico 15: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 16: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 3.1.2 Inadequação edilícia

A seguir expõe-se os dados referentes às inadequações edilícias. Em relação ao indicador geral, o Nordeste foi a região com maior número de domicílios inadequados sob esse critério em 2017 (3,068 milhões). Os estados que mais contribuíram para semelhante resultado foram Ceará e Bahia: respectivamente, 624 mil e 598 mil domicílios inadequados do ponto de vista edilício (TABELA 16). A região Sul aparece em seguida: 2,688 milhões de domicílios apresentam ao menos uma carência edilícia em 2017. Tal como no ano anterior, a maior parte desses domicílios está localizada no Rio Grande do Sul (1,592 milhão).

Os resultados observados em 2017 também se assemelham aos do ano anterior ao se analisar pela perspectiva relativa (TABELA 16 e MAPA 9): o Norte apresenta o maior percentual de domicílios com alguma inadequação edilícia (37,1%). Dos cinco estados com os maiores percentuais de domicílios inadequados pela edificação, quatro pertencem a essa região: Roraima (64,9%), Amazonas (44,3%), Pará (40,5%) e Amapá (39,9%). O Rio Grande do Sul é o outro estado a compor os cinco maiores percentuais (44,7%), o que faz com que o Sul seja a segunda região com maior percentual de domicílios inadequados nesse critério em 2017 (29,8%). Os estados com menores percentuais, por sua vez, se localizam na região Sudeste: Rio de Janeiro (5,1%) e Minas Gerais (5,5%).

Tabela 16: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Norte</b>	<b>1.438.340</b>	<b>37,07</b>
Rondônia	55.669	13,15
Acre	50.125	28,08
Amazonas	389.836	44,33
<i>RM Manaus</i>	<i>243.078</i>	<i>36,87</i>
Roraima	75.318	64,94
Pará	687.397	40,52
<i>RM Belém</i>	<i>342.131</i>	<i>53,60</i>
Amapá	76.105	39,99
<i>RM Macapá</i>	<i>68.712</i>	<i>46,15</i>
Tocantins	103.891	26,21
<b>Nordeste</b>	<b>3.068.622</b>	<b>22,42</b>
Maranhão	475.082	36,11
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>76.627</i>	<i>22,70</i>
Piauí	269.661	39,61
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>133.706</i>	<i>41,40</i>
Ceará	624.336	28,05
<i>RM Fortaleza</i>	<i>415.804</i>	<i>34,11</i>
Rio Grande do Norte	107.005	12,50
<i>RM Natal</i>	<i>67.143</i>	<i>15,44</i>
Paraíba	266.888	27,08
<i>RM João Pessoa</i>	<i>162.391</i>	<i>42,37</i>
Pernambuco	335.070	13,05
<i>RM Recife</i>	<i>161.466</i>	<i>12,18</i>
Alagoas	253.432	31,49
<i>RM Maceió</i>	<i>155.448</i>	<i>36,01</i>
Sergipe	138.545	23,82
<i>RM Aracaju</i>	<i>73.309</i>	<i>23,50</i>
Bahia	598.602	16,31
<i>RM Salvador</i>	<i>293.827</i>	<i>21,41</i>

Tabela 16: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

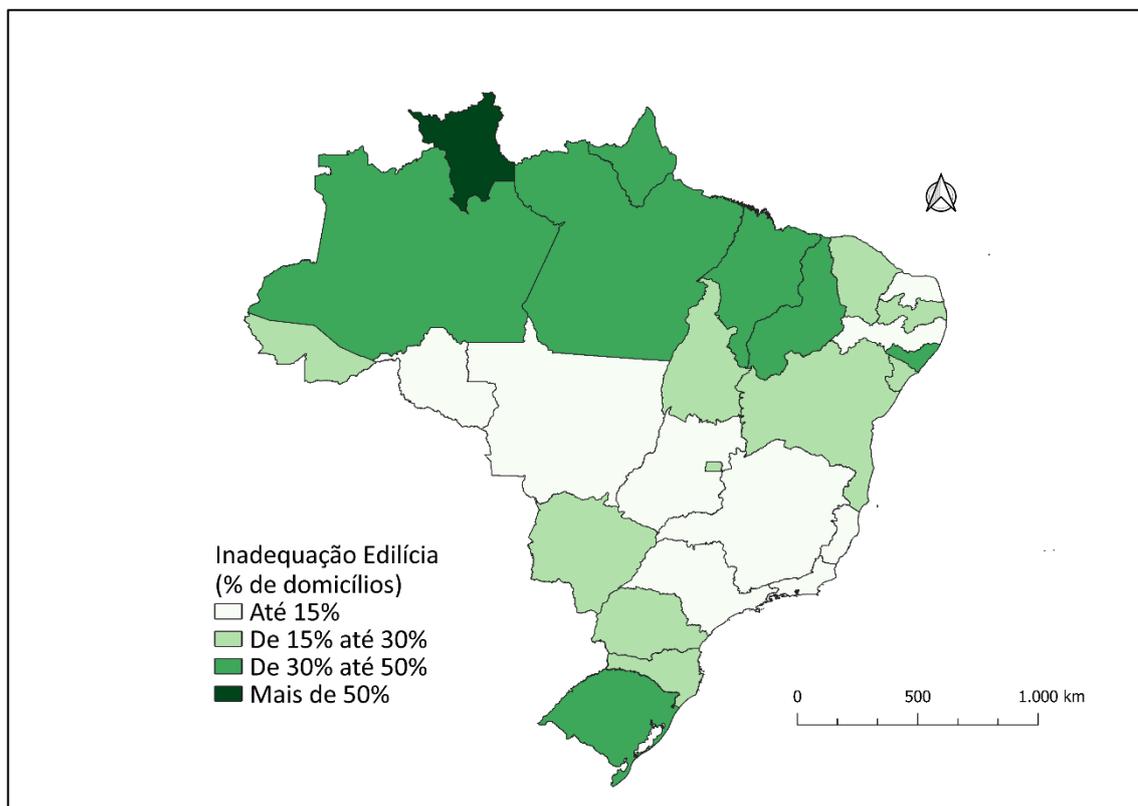
Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Sudeste</b>	<b>2.371.341</b>	<b>8,38</b>
Minas Gerais	344.675	5,51
<i>RM Belo Horizonte</i>	79.432	4,40
Espírito Santo	106.322	9,18
<i>RM Grande Vitória</i>	45.820	7,08
Rio de Janeiro	310.847	5,10
<i>RM Rio de Janeiro</i>	232.589	5,03
São Paulo	1.609.497	10,89
<i>RM São Paulo</i>	661.608	9,21
<b>Sul</b>	<b>2.688.960</b>	<b>29,84</b>
Paraná	747.242	22,14
<i>RM Curitiba</i>	149.584	13,23
Santa Catarina	349.089	16,81
<i>RM Florianópolis</i>	33.254	9,19
Rio Grande do Sul	1.592.629	44,75
<i>RM Porto Alegre</i>	571.125	38,04
<b>Centro-Oeste</b>	<b>865.951</b>	<b>18,06</b>
Mato Grosso do Sul	207.752	25,85
Mato Grosso	134.648	14,45
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	23.609	8,10
Goiás	308.092	14,53
<i>RM Goiânia</i>	101.357	12,03
Distrito Federal	215.459	22,94
<b>Brasil</b>	<b>10.433.213</b>	<b>17,49</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.092.021</i>	<i>15,75</i>
Demais áreas	6.341.192	18,82

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 9: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Apresentam-se agora os subindicadores da inadequação edilícia: armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado. A inadequação quanto ao armazenamento se mostrou a mais presente entre os domicílios brasileiros em 2017 tanto em termos absolutos como relativos. Foram contabilizados no país 8,341 milhões de domicílios sem caixa d'água, o equivalente a cerca de 14% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELAS 17 e 18).

Do ponto de vista geográfico, observou-se que a inadequação pelo armazenamento predominou nas regiões Norte e Nordeste (MAPA 10). As exceções são Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. O último, em termos absolutos, é a unidade da Federação com o maior número de domicílios inadequados para o componente em questão – 1,437 milhão. Deles, 45 mil também são inadequados pelo critério de abastecimento, o que representa 3,2% dos domicílios sem caixa d'água. Para as regiões Norte e Nordeste, esses percentuais são 20,2% (219 mil) e 23,9% (711 mil)

respectivamente. Assim, infere-se que a ausência de caixa d'água não representa prejuízo de bem estar para os domicílios do Sul, mas isso não se aplica ao Norte nem ao Nordeste.

Após o armazenamento de água, o componente de cômodos servindo como dormitórios foi o segundo tipo de inadequação edilícia mais presente entre os domicílios brasileiros, totalizando 1,757 milhão, aproximadamente 3% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Esse indicador não apresenta uma delimitação geográfica, assim como de cobertura. Já as inadequações por ausência de banheiro e piso incidem exclusivamente sobre os estados do Norte e Nordeste (MAPA 10). A análise por faixas de renda domiciliar também evidencia tal padrão, dado o elevado percentual de domicílios com renda até três salários mínimos que não possuem banheiro ou têm piso inadequado. Para os demais componentes, é maior a distribuição de domicílios pelas faixas de rendimento domiciliar (GRÁFICOS 17 a 18).

Tabela 17: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>1.086.040</b>	<b>307.835</b>	<b>178.837</b>	<b>104.183</b>	<b>20.960</b>
Rondônia	23.027	24.986	12.465	1.626	138
Acre	5.303	20.353	27.217	8.646	-
Amazonas	265.233	72.923	111.547	15.770	4.791
<i>RM Manaus</i>	<i>201.632</i>	<i>50.806</i>	<i>22.641</i>	<i>3.108</i>	<i>1.177</i>
Roraima	71.395	12.100	1.867	768	95
Pará	568.010	146.330	18.032	68.082	12.682
<i>RM Belém</i>	<i>307.990</i>	<i>71.949</i>	<i>1.757</i>	<i>15.203</i>	<i>5.425</i>
Amapá	60.989	18.101	5.498	7.549	283
<i>RM Macapá</i>	<i>55.981</i>	<i>16.406</i>	<i>5.498</i>	<i>6.483</i>	<i>283</i>
Tocantins	92.082	13.041	2.212	1.741	2.973
<b>Nordeste</b>	<b>2.647.888</b>	<b>378.272</b>	<b>135.496</b>	<b>181.476</b>	<b>30.570</b>
Maranhão	410.951	45.906	6.066	78.894	13.532
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>60.491</i>	<i>16.268</i>	<i>857</i>	<i>12.316</i>	<i>958</i>

Tabela 17: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Nordeste</b>					
Piauí	266.154	6.742	400	8.505	906
<i>RIDE Grande Teresina</i>	131.112	3.372	1.030	4.795	583
Ceará	543.067	113.476	11.959	23.757	4.553
<i>RM Fortaleza</i>	377.285	74.537	2.017	7.248	3.056
Rio Grande do Norte	83.945	14.094	10.009	3.729	908
<i>RM Natal</i>	59.293	6.778	3.058	694	298
Paraíba	256.870	17.135	-	3.111	414
<i>RM João Pessoa</i>	161.889	4.370	-	946	414
Pernambuco	257.797	56.202	28.514	12.856	3.340
<i>RM Recife</i>	128.135	35.870	6.576	1.355	2.263
Alagoas	224.315	28.920	8.828	5.045	1.589
<i>RM Maceió</i>	142.256	18.333	3.078	667	508
Sergipe	131.287	8.410	2.329	4.100	-
<i>RM Aracaju</i>	70.485	3.968	-	-	-
Bahia	473.501	87.387	67.391	41.480	5.327
<i>RM Salvador</i>	257.054	45.169	13.837	9.278	1.092
<b>Sudeste</b>	<b>1.585.019</b>	<b>741.651</b>	<b>166.210</b>	<b>36.470</b>	<b>12.274</b>
Minas Gerais	228.604	64.780	58.136	16.777	8.498
<i>RM Belo Horizonte</i>	51.058	25.042	5.363	5.705	1.831
Espírito Santo	76.245	21.268	15.294	1.947	-
<i>RM Grande Vitória</i>	32.077	14.093	3.747	1.505	-
Rio de Janeiro	166.111	131.396	20.962	7.265	626
<i>RM Rio de Janeiro</i>	124.477	97.972	14.457	5.570	626
São Paulo	1.114.060	524.206	71.819	10.481	3.150
<i>RM São Paulo</i>	359.953	329.450	10.523	8.243	2.144
<b>Sul</b>	<b>2.332.917</b>	<b>174.598</b>	<b>507.690</b>	<b>15.495</b>	<b>3.375</b>
Paraná	651.580	70.035	79.095	3.370	3.375
<i>RM Curitiba</i>	123.416	23.918	16.086	1.211	653
Santa Catarina	244.076	30.224	99.723	2.758	-
<i>RM Florianópolis</i>	21.180	9.184	4.314	418	-

Tabela 17: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sul</b>					
Rio Grande do Sul	1.437.262	74.338	328.872	9.367	-
<i>RM Porto Alegre</i>	531.745	35.031	46.719	5.897	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>689.728</b>	<b>155.513</b>	<b>69.828</b>	<b>4.345</b>	<b>4.044</b>
Mato Grosso do Sul	186.042	23.577	13.633	1.405	281
Mato Grosso do Rio	75.075	47.359	18.634	1.303	442
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	14.608	8.481	797	893	-
Goiás	240.671	46.265	33.001	486	1.976
<i>RM Goiânia</i>	74.292	17.732	12.419	-	1.505
Distrito Federal	187.940	38.312	4.560	1.152	1.345
<b>Brasil</b>	<b>8.341.592</b>	<b>1.757.868</b>	<b>1.058.061</b>	<b>341.969</b>	<b>71.223</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.286.409</i>	<i>908.728</i>	<i>174.775</i>	<i>91.536</i>	<i>22.818</i>
Demais áreas	5.055.182	849.140	883.286	250.432	48.405

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 18: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>27,99</b>	<b>7,93</b>	<b>4,61</b>	<b>2,68</b>	<b>0,54</b>
Rondônia	5,44	5,90	2,94	0,38	0,03
Acre	2,97	11,40	15,24	4,84	-
Amazonas	30,16	8,29	12,69	1,79	0,54
<i>RM Manaus</i>	<i>30,59</i>	<i>7,71</i>	<i>3,43</i>	<i>0,47</i>	<i>0,18</i>
Roraima	61,56	10,43	1,61	0,66	0,08
Pará	33,48	8,63	1,06	4,01	0,75
<i>RM Belém</i>	<i>48,25</i>	<i>11,27</i>	<i>0,28</i>	<i>2,38</i>	<i>0,85</i>
Amapá	32,05	9,51	2,89	3,97	0,15
<i>RM Macapá</i>	<i>37,60</i>	<i>11,02</i>	<i>3,69</i>	<i>4,35</i>	<i>0,19</i>
Tocantins	23,23	3,29	0,56	0,44	0,75
<b>Nordeste</b>	<b>19,34</b>	<b>2,76</b>	<b>0,99</b>	<b>1,33</b>	<b>0,22</b>
Maranhão	31,23	3,49	0,46	6,00	1,03
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>17,92</i>	<i>4,82</i>	<i>0,25</i>	<i>3,65</i>	<i>0,28</i>
Piauí	39,10	0,99	0,06	1,25	0,13
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>40,60</i>	<i>1,04</i>	<i>0,32</i>	<i>1,48</i>	<i>0,18</i>
Ceará	24,40	5,10	0,54	1,07	0,20
<i>RM Fortaleza</i>	<i>30,95</i>	<i>6,11</i>	<i>0,17</i>	<i>0,59</i>	<i>0,25</i>
Rio Grande do Norte	9,80	1,65	1,17	0,44	0,11
<i>RM Natal</i>	<i>13,64</i>	<i>1,56</i>	<i>0,70</i>	<i>0,16</i>	<i>0,07</i>
Paraíba	26,06	1,74	-	0,32	0,04
<i>RM João Pessoa</i>	<i>42,24</i>	<i>1,14</i>	-	<i>0,25</i>	<i>0,11</i>
Pernambuco	10,04	2,19	1,11	0,50	0,13
<i>RM Recife</i>	<i>9,67</i>	<i>2,71</i>	<i>0,50</i>	<i>0,10</i>	<i>0,17</i>
Alagoas	27,88	3,59	1,10	0,63	0,20
<i>RM Maceió</i>	<i>32,96</i>	<i>4,25</i>	<i>0,71</i>	<i>0,15</i>	<i>0,12</i>
Sergipe	22,57	1,45	0,40	0,70	-
<i>RM Aracaju</i>	<i>22,60</i>	<i>1,27</i>	-	-	-
Bahia	12,90	2,38	1,84	1,13	0,15
<i>RM Salvador</i>	<i>18,73</i>	<i>3,29</i>	<i>1,01</i>	<i>0,68</i>	<i>0,08</i>

Tabela 18: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

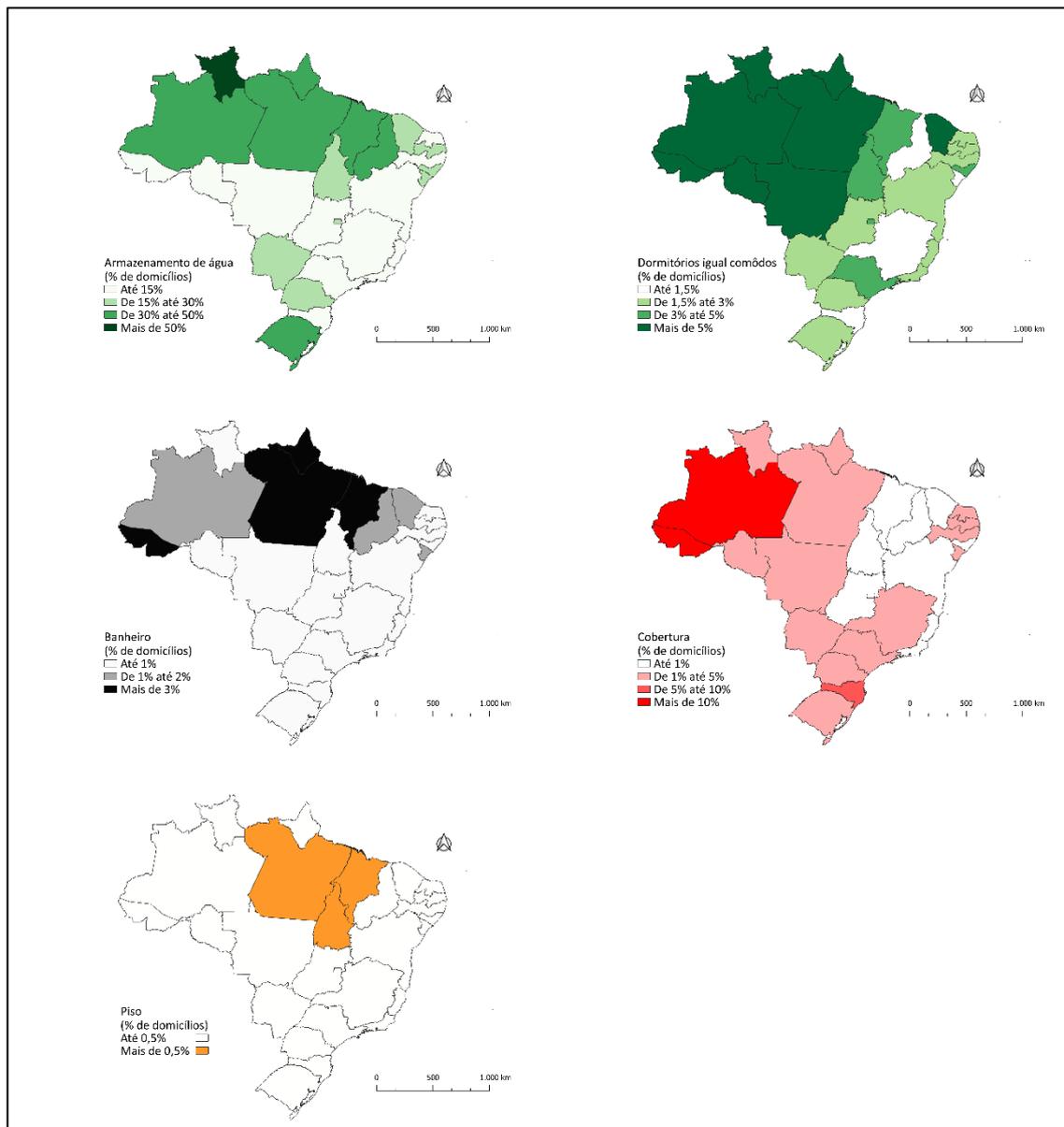
Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sudeste</b>	<b>5,60</b>	<b>2,62</b>	<b>0,59</b>	<b>0,13</b>	<b>0,04</b>
Minas Gerais	3,65	1,04	0,93	0,27	0,14
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>2,83</i>	<i>1,39</i>	<i>0,30</i>	<i>0,32</i>	<i>0,10</i>
Espírito Santo	6,59	1,84	1,32	0,17	-
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>4,95</i>	<i>2,18</i>	<i>0,58</i>	<i>0,23</i>	-
Rio de Janeiro	2,72	2,15	0,34	0,12	0,01
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>2,69</i>	<i>2,12</i>	<i>0,31</i>	<i>0,12</i>	<i>0,01</i>
São Paulo	7,54	3,55	0,49	0,07	0,02
<i>RM São Paulo</i>	<i>5,01</i>	<i>4,59</i>	<i>0,15</i>	<i>0,11</i>	<i>0,03</i>
<b>Sul</b>	<b>25,89</b>	<b>1,94</b>	<b>5,63</b>	<b>0,17</b>	<b>0,04</b>
Paraná	19,31	2,08	2,34	0,10	0,10
<i>RM Curitiba</i>	<i>10,92</i>	<i>2,12</i>	<i>1,42</i>	<i>0,11</i>	<i>0,06</i>
Santa Catarina	11,75	1,46	4,80	0,13	-
<i>RM Florianópolis</i>	<i>5,85</i>	<i>2,54</i>	<i>1,19</i>	<i>0,12</i>	-
Rio Grande do Sul	40,38	2,09	9,24	0,26	-
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>35,42</i>	<i>2,33</i>	<i>3,11</i>	<i>0,39</i>	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>14,39</b>	<b>3,24</b>	<b>1,46</b>	<b>0,09</b>	<b>0,08</b>
Mato Grosso do Sul	23,14	2,93	1,70	0,17	0,03
Mato Grosso	8,06	5,08	2,00	0,14	0,05
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>5,01</i>	<i>2,91</i>	<i>0,27</i>	<i>0,31</i>	-
Goiás	11,35	2,18	1,56	0,02	0,09
<i>RM Goiânia</i>	<i>8,82</i>	<i>2,10</i>	<i>1,47</i>	-	<i>0,18</i>
Distrito Federal	20,01	4,08	0,49	0,12	0,14
<b>Brasil</b>	<b>13,98</b>	<b>2,95</b>	<b>1,77</b>	<b>0,57</b>	<b>0,12</b>
<i>Total das RM</i>	<i>12,65</i>	<i>3,50</i>	<i>0,67</i>	<i>0,35</i>	<i>0,09</i>
Demais áreas	15,00	2,52	2,62	0,74	0,14

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

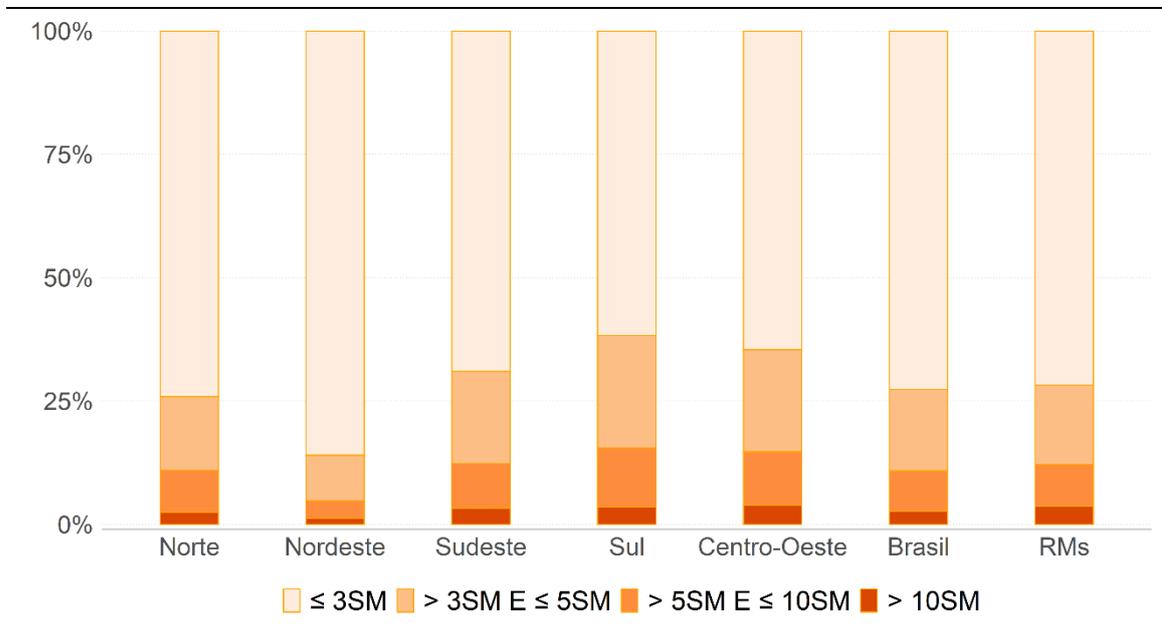
Mapa 10: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

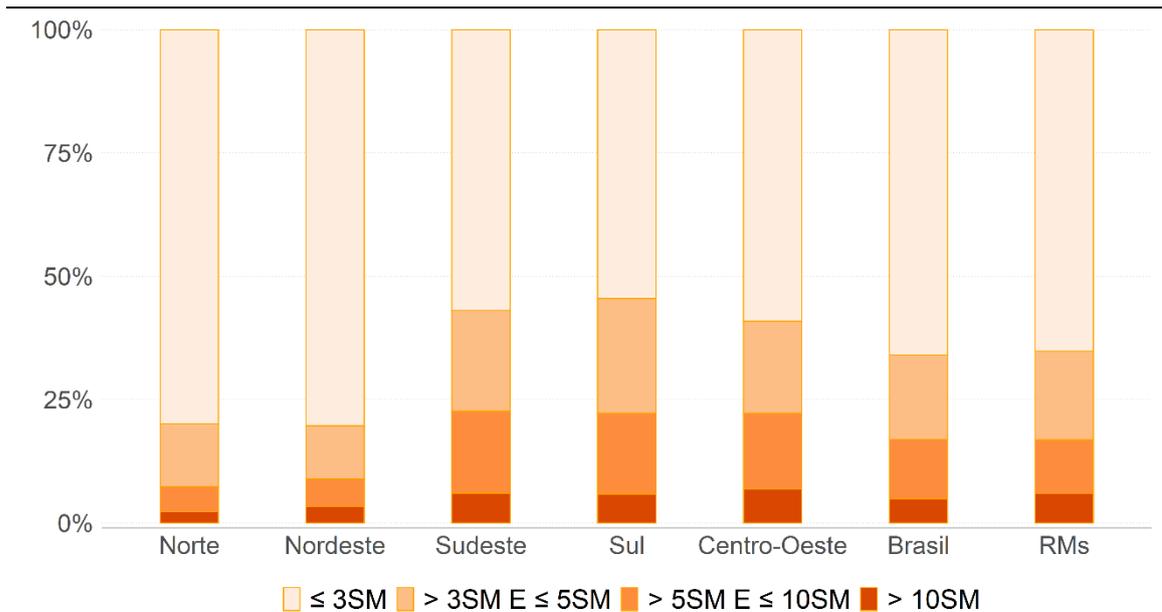
Gráfico 17: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

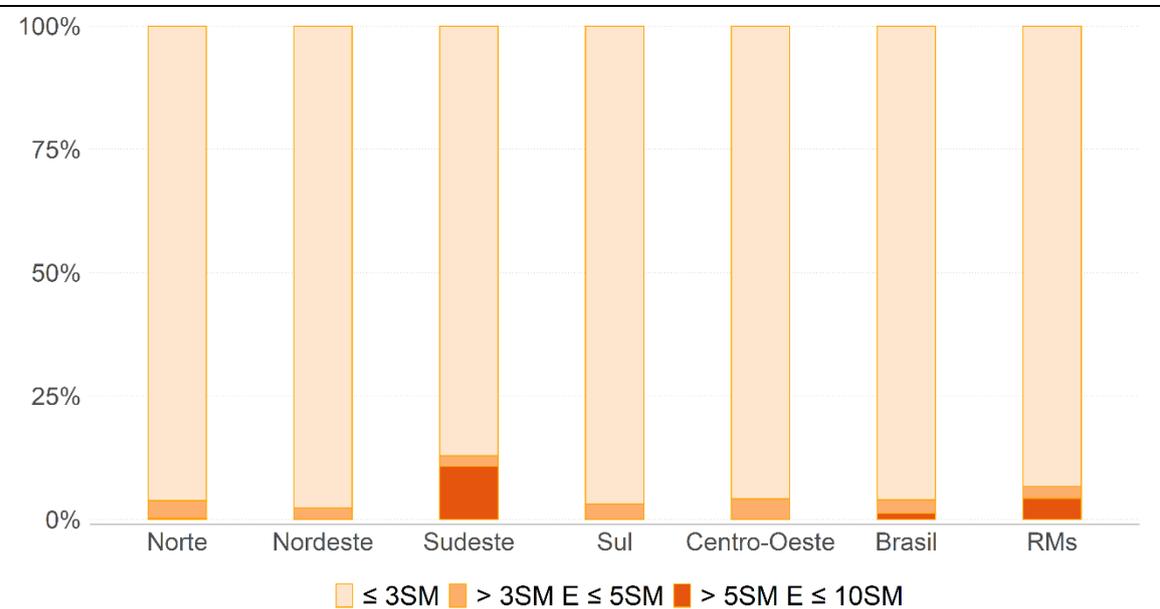
Gráfico 18: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

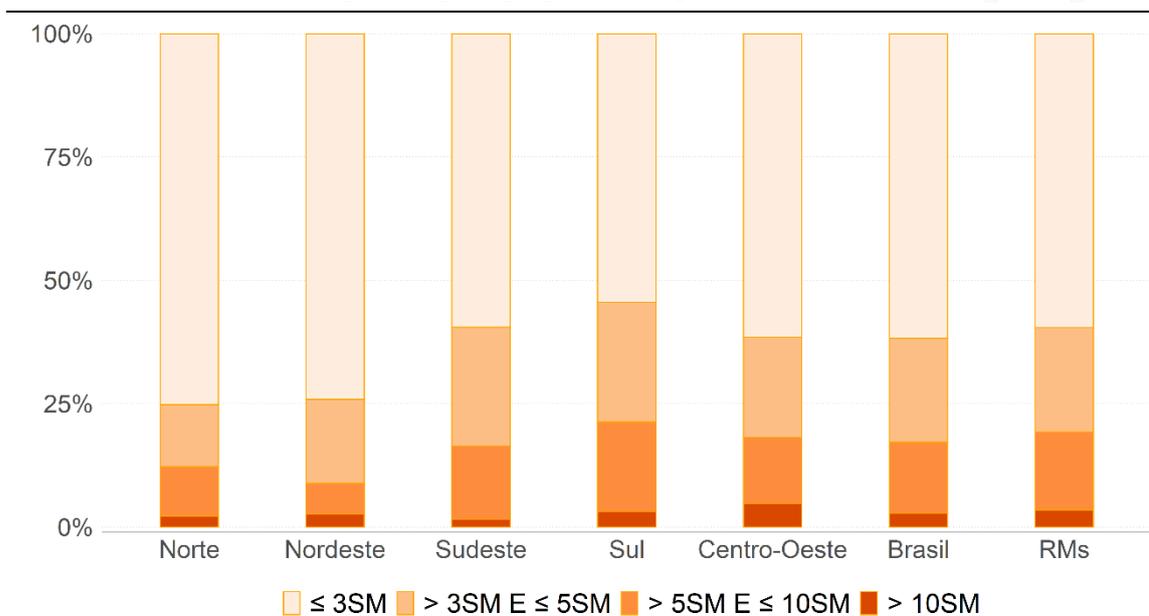
Gráfico 19: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

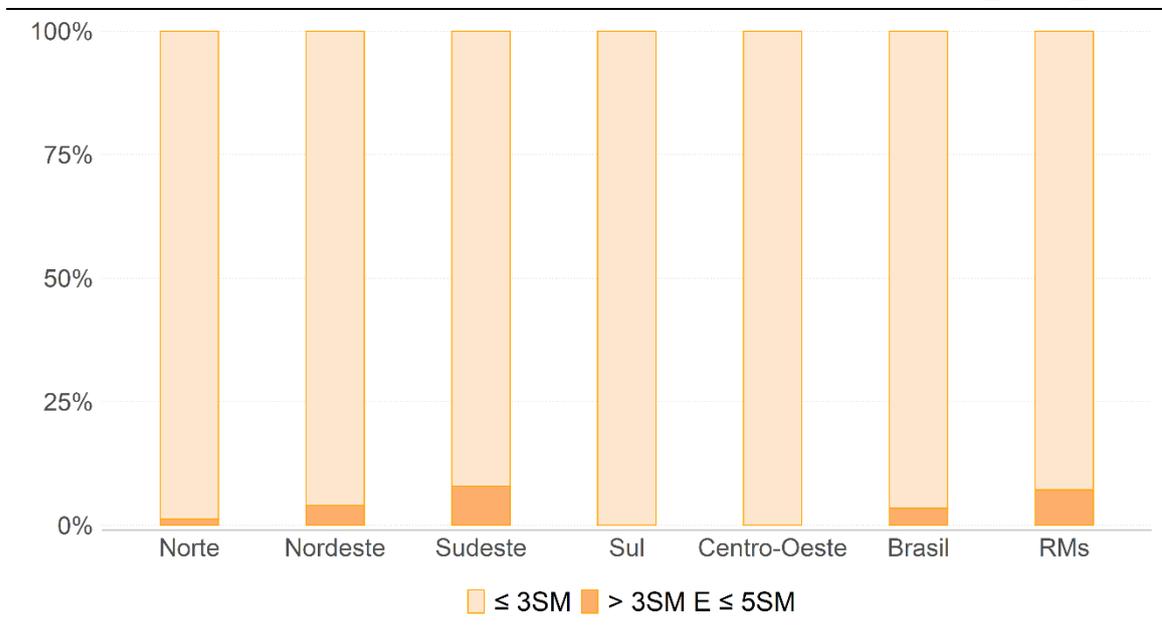
Gráfico 20: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 21: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 3.1.3 Inadequação fundiária

Em 2017, 2,884 milhões de domicílios eram inadequados quanto à situação do terreno onde se localizam, o que corresponde a cerca de 4,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. A região Sudeste apresentou os maiores números absolutos, com 1,393 milhão de domicílios afetados (TABELA 19), a maioria localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro (610 mil e 513 mil respectivamente). Em seguida, aparece a região Nordeste, com aproximadamente 769 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário, desempenho influenciado principalmente por Bahia (290 mil) e Ceará (154 mil).

Em termos relativos (MAPA 11 e TABELA 19), destacam-se o Amapá, na região Norte, com o maior percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados (9,7%); Rio de Janeiro, na região Sudeste (8,4%); Distrito Federal, no Centro-Oeste (8,1%); Bahia, no Nordeste (7,9%); Rio Grande do Sul, na região Sul (5,2%). Com relação às regiões metropolitanas, observam-se maiores percentuais de domicílios com inadequação fundiária em relação às demais áreas. Destaque para as regiões metropolitanas de Salvador (12,6%) e Florianópolis (11,6%).

Do ponto de vista da renda domiciliar, quase metade dos domicílios brasileiros com inadequação fundiária concentra-se na faixa de renda de até três salários mínimos. Esse percentual é ainda maior nas regiões Norte e Nordeste, principalmente na primeira, onde ele se aproxima de 75%. Por sua vez, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior distribuição entre as demais faixas. Chama a atenção o comportamento da última, na qual a inadequação fundiária possui elevada incidência na faixa de renda mais elevada (GRÁFICO 22).

Tabela 19: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Norte</b>	<b>119.070</b>	<b>3,07</b>
Rondônia	7.905	1,87
Acre	5.532	3,10
Amazonas	27.742	3,15
<i>RM Manaus</i>	<i>21.638</i>	<i>3,28</i>
Roraima	2.784	2,40
Pará	49.374	2,91
<i>RM Belém</i>	<i>27.856</i>	<i>4,36</i>
Amapá	18.443	9,69
<i>RM Macapá</i>	<i>14.749</i>	<i>9,91</i>
Tocantins	7.289	1,84
<b>Nordeste</b>	<b>769.342</b>	<b>5,62</b>
Maranhão	41.973	3,19
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>15.326</i>	<i>4,54</i>
Piauí	11.793	1,73
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>9.014</i>	<i>2,79</i>
Ceará	154.021	6,92
<i>RM Fortaleza</i>	<i>105.891</i>	<i>8,69</i>
Rio Grande do Norte	24.749	2,89
<i>RM Natal</i>	<i>20.742</i>	<i>4,77</i>
Paraíba	50.168	5,09
<i>RM João Pessoa</i>	<i>30.026</i>	<i>7,83</i>
Pernambuco	142.776	5,56

Tabela 19: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continuação)

Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Nordeste</b>		
<i>RM Recife</i>	109.789	8,28
Alagoas	29.648	3,68
<i>RM Maceió</i>	21.556	4,99
Sergipe	24.097	4,14
<i>RM Aracaju</i>	17.443	5,59
Bahia	290.117	7,91
<i>RM Salvador</i>	173.488	12,64
<b>Sudeste</b>	<b>1.393.074</b>	<b>4,92</b>
Minas Gerais	194.389	3,11
<i>RM Belo Horizonte</i>	55.292	3,06
Espírito Santo	74.346	6,42
<i>RM Grande Vitória</i>	48.895	7,55
Rio de Janeiro	513.574	8,42
<i>RM Rio de Janeiro</i>	455.365	9,84
São Paulo	610.765	4,13
<i>RM São Paulo</i>	378.521	5,27
<b>Sul</b>	<b>416.429</b>	<b>4,62</b>
Paraná	131.221	3,89
<i>RM Curitiba</i>	50.861	4,50
Santa Catarina	99.999	4,81
<i>RM Florianópolis</i>	41.949	11,59
Rio Grande do Sul	185.209	5,20
<i>RM Porto Alegre</i>	85.925	5,72
<b>Centro-Oeste</b>	<b>186.434</b>	<b>3,89</b>
Mato Grosso do Sul	19.479	2,42
Mato Grosso	20.283	2,18
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	15.588	5,35
Goiás	70.481	3,33
<i>RM Goiânia</i>	53.458	6,35
Distrito Federal	76.191	8,11

Tabela 19: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017  
(Conclusão)

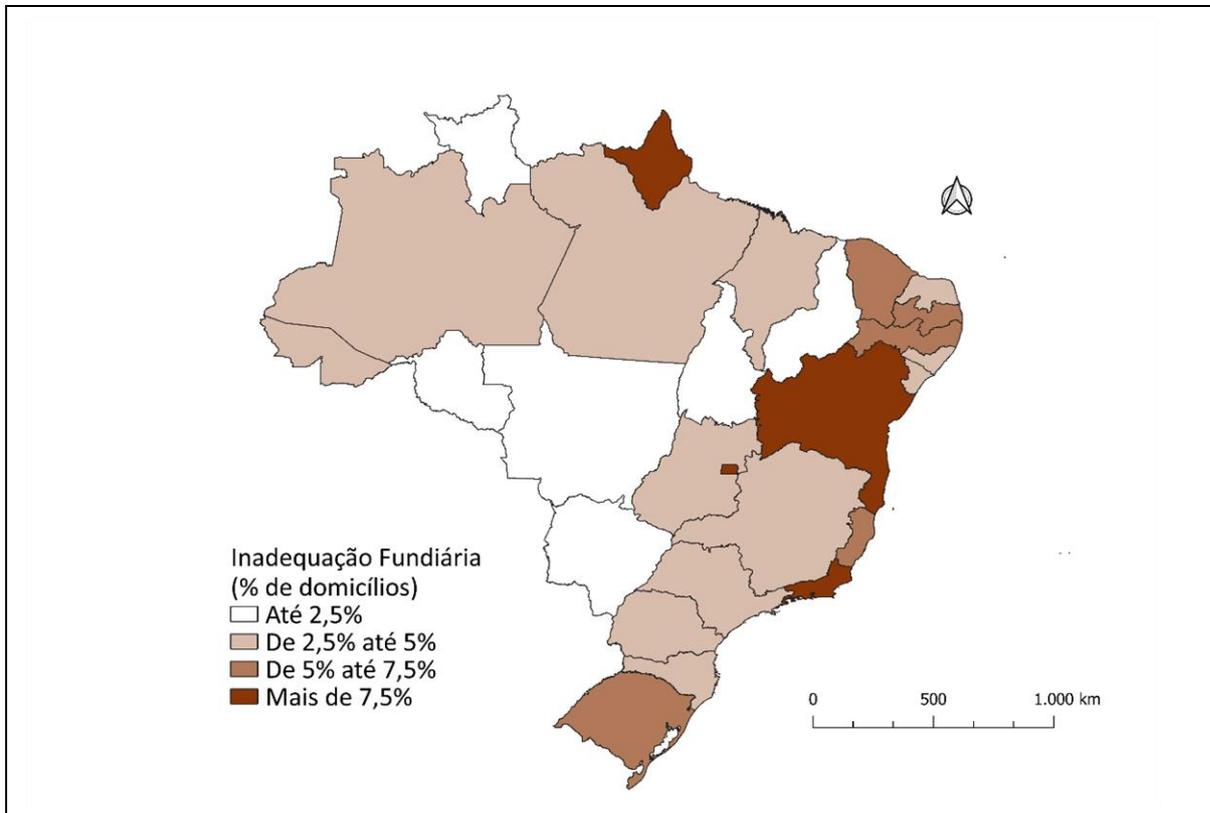
Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Brasil</b>	<b>2.884.350</b>	<b>4,83</b>
<i>Total das RM</i>	<i>1.753.371</i>	<i>6,75</i>
Demais áreas	1.130.979	3,36

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

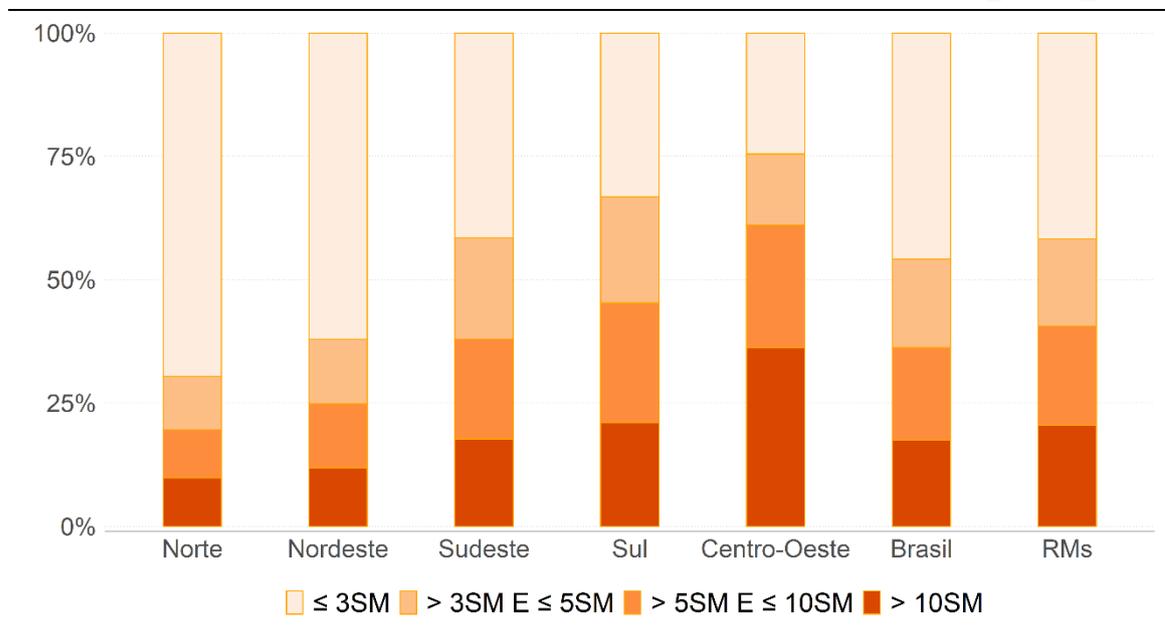
Mapa 11: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 22: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 3.2 Domicílios inadequados

A respeito do indicador geral de inadequação, cerca de 23,665 milhões de domicílios exibiram ao menos um tipo de inadequação no Brasil em 2017, o equivalente a 40% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Em termos absolutos, as regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram os maiores números de domicílios inadequados: 8,695 milhões e 6,112 milhões respectivamente (TABELA 20).

Do ponto de vista relativo, as regiões mais afetadas foram Norte e Nordeste: respectivamente, 73,9% e 63,5% dos domicílios apresentam algum tipo de inadequação (TABELA 20 e MAPA 12). Em todas as unidades federativas dessas regiões, à exceção de Sergipe, observa-se um percentual de inadequação superior a 50% (MAPA 12). Fora das regiões Norte e Nordeste, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul são as únicas unidades da Federação com percentual de domicílios superior a 50%. No contexto do Distrito Federal, o percentual observado se deve principalmente devido ao aumento do número de domicílios com abastecimento de água inadequado em decorrência da crise hídrica. Para o Rio Grande do Sul, o elevado percentual de domicílios inadequados reflete a ausência de caixa d'água em muitas residências, compensada pela baixa inadequação quanto ao abastecimento.

Tabela 20: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Continua)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Norte</b>	<b>2.869.254</b>	<b>73,94</b>
Rondônia	291.396	68,82
Acre	152.038	85,16
Amazonas	543.327	61,79
<i>RM Manaus</i>	353.036	53,55
Roraima	89.835	77,45
Pará	1.422.804	83,86
<i>RM Belém</i>	526.627	82,50
Amapá	162.990	85,65
<i>RM Macapá</i>	128.397	86,24
Tocantins	206.863	52,20
<b>Nordeste</b>	<b>8.695.990</b>	<b>63,53</b>
Maranhão	938.814	71,35
<i>RM Grande São Luís</i>	228.614	67,72
Piauí	367.484	53,98
<i>RIDE Grande Teresina</i>	172.292	53,35
Ceará	1.170.189	52,58
<i>RM Fortaleza</i>	556.983	45,68
Rio Grande do Norte	687.621	80,30
<i>RM Natal</i>	287.052	66,02
Paraíba	701.641	71,18
<i>RM João Pessoa</i>	207.682	54,19
Pernambuco	1.943.090	75,66
<i>RM Recife</i>	835.492	63,03
Alagoas	528.813	65,72
<i>RM Maceió</i>	241.978	56,06
Sergipe	286.638	49,28
<i>RM Aracaju</i>	98.518	31,59
Bahia	2.071.700	56,45
<i>RM Salvador</i>	722.564	52,66

Tabela 20: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2017

(Conclusão)

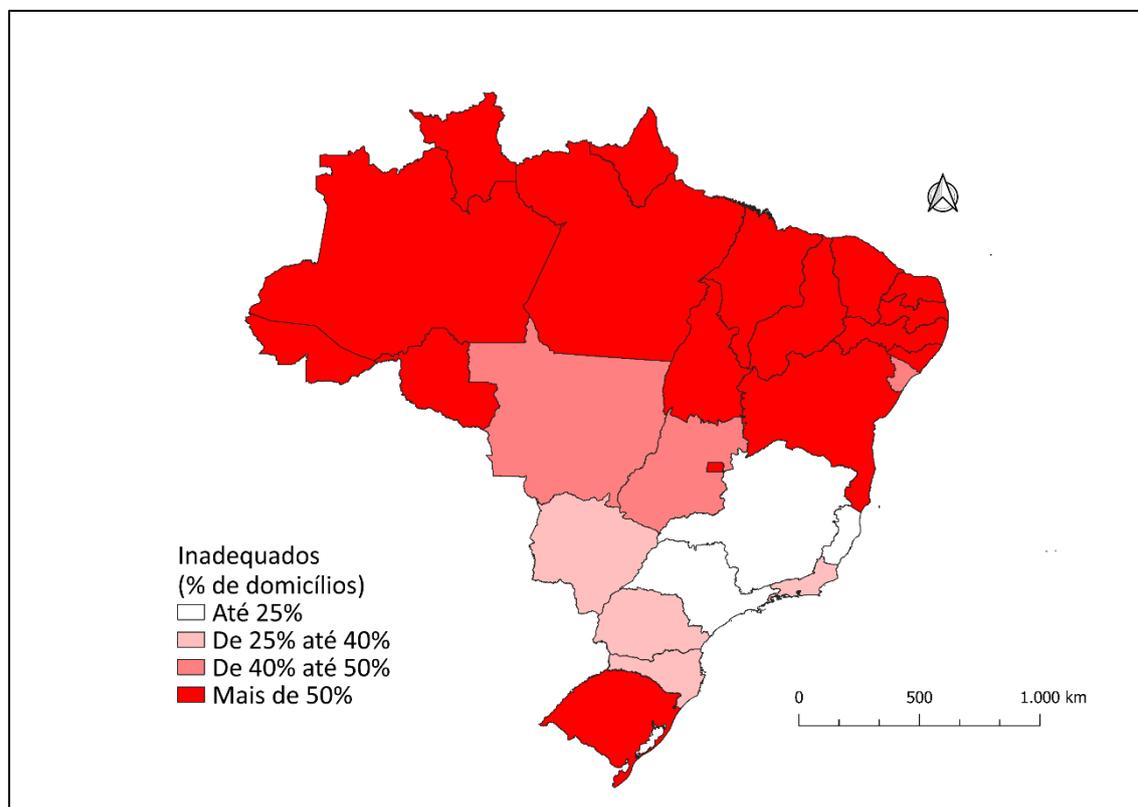
Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Sudeste</b>	<b>6.112.822</b>	<b>21,61</b>
Minas Gerais	1.075.838	17,20
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>228.409</i>	<i>12,65</i>
Espírito Santo	244.277	21,10
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>126.126</i>	<i>19,48</i>
Rio de Janeiro	1.981.539	32,49
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>1.569.953</i>	<i>33,92</i>
São Paulo	2.811.167	19,02
<i>RM São Paulo</i>	<i>1.419.950</i>	<i>19,77</i>
<b>Sul</b>	<b>3.657.890</b>	<b>40,59</b>
Paraná	1.115.103	33,04
<i>RM Curitiba</i>	<i>233.635</i>	<i>20,66</i>
Santa Catarina	617.383	29,73
<i>RM Florianópolis</i>	<i>94.521</i>	<i>26,12</i>
Rio Grande do Sul	1.925.404	54,10
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>724.828</i>	<i>48,28</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.329.095</b>	<b>48,58</b>
Mato Grosso do Sul	313.838	39,04
Mato Grosso	430.752	46,24
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>178.469</i>	<i>61,21</i>
Goiás	887.928	41,89
<i>RM Goiânia</i>	<i>355.352</i>	<i>42,18</i>
Distrito Federal	696.577	74,17
<b>Brasil</b>	<b>23.665.050</b>	<b>39,66</b>
<i>Total das RM</i>	<i>9.360.513</i>	<i>35,77</i>
Demais áreas	14.304.537	42,66

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 12: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2017).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 4 A INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM 2018

### 4.1 Critérios de inadequação dos domicílios

Entre os três grandes indicadores supracitados, a inadequação de infraestrutura urbana foi a que mais afetou os domicílios brasileiros em 2018 seguindo o padrão verificado nos anos anteriores. No âmbito nacional, cerca de 13,683 milhões de domicílios apresentaram inadequação em, pelo menos, um tipo de serviço de infraestrutura, o correspondente a 22,4% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país.

Pela perspectiva regional, observou-se para o Nordeste o maior número de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura em 2018, totalizando 6,165 milhões. Em seguida, as regiões Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul têm, respectivamente, 2,936 milhões, 2,152 milhões, 1,348 milhão e 1,080 milhão de domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 21 e GRÁFICO 23). Considerando termos relativos, a região Norte mostrou o maior percentual de domicílios com ao menos um serviço de infraestrutura inadequado, o que representa pouco mais da metade do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (53,3%). Aparecem, em seguida, as regiões Nordeste, com 44,5%; Centro-Oeste, com 27,5%; Sul, com 11,7%; e Sudeste, com 10,1% (TABELA 22 e GRÁFICO 24). Para o recorte metropolitano, por sua vez, verificou-se que a inadequação de infraestrutura é relativamente menor nas regiões metropolitanas quando comparadas às demais áreas. Ela atinge, para as primeiras, 18,2% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos; para as últimas, 25,7%.

As inadequações edilícias aparecem em segundo lugar em termos absolutos: em 2018, o indicador somou pouco mais de 10,777 milhões de domicílios no Brasil. Do ponto de vista regional, novamente o Nordeste apresentou os maiores números e chegou a 3,159 milhões de domicílios com ao menos uma carência edilícia. Logo após aparece a região Sul, com 2,830 milhões de domicílios inadequados por esse critério. Vale observar que ela é a única região cujo número de domicílios com inadequação edilícia é superior em relação à inadequação de infraestrutura. Nas tabelas seguintes, será possível verificar a causa desse comportamento. Sudeste, Norte e Centro-Oeste aparecem em seguida: respectivamente, 2,478 milhões, 1,467 milhão e 841 mil domicílios com ao menos uma inadequação edilícia em 2018 (TABELA 21 e GRÁFICO 23).

Ao analisar a inadequação edilícia em termos relativos, a região Norte foi a que apresentou maior percentual de domicílios para o indicador em questão: 36,3% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 22 e GRÁFICO 24). Posteriormente aparecem as regiões Sul, com 30,7%; Nordeste, com 22,8%; Centro-Oeste, com 17,2%; e Sudeste, com 8,5%. Do

ponto de vista do recorte metropolitano, observa-se novamente que as regiões metropolitanas apresentam menor percentual de domicílios com, pelo menos, uma inadequação edilícia em relação às demais áreas, embora a diferença seja pequena (16,4% para as RM ante 18,6% para as outras áreas).

Por fim, a inadequação fundiária. Ela se mostrou presente em cerca de 2,996 milhões de domicílios brasileiros em 2018. Em termos absolutos, o Sudeste apresentou o maior número de domicílios inadequados sob esse aspecto: 1,447 milhão (TABELA 21 e GRÁFICO 23). Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte aparecem imediatamente após, com, respectivamente, 706 mil, 490 mil, 218 mil e 134 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário. Em termos relativos, Sul e Nordeste apresentaram os maiores percentuais, com 5,3% e 5,1% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação fundiária. São seguidas do Sudeste (5%), Centro-Oeste (4,4%) e Norte (3,3%). Ao contrário das inadequações de infraestrutura e edilícia, as regiões metropolitanas apresentaram maior percentual de domicílios com inadequação fundiária em relação às demais áreas: 7,2% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos para as primeiras, 3,1% para as últimas.

Tabela 21: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edilícias (3)	Inadequação Fundiária
Norte	2.152.519	1.467.234	134.497
Nordeste	6.165.613	3.159.509	706.301
Sudeste	2.936.434	2.478.833	1.447.014
Sul	1.080.222	2.830.252	490.190
Centro-Oeste	1.348.661	841.243	218.004
<b>Brasil</b>	<b>13.683.449</b>	<b>10.777.071</b>	<b>2.996.006</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.858.814</i>	<i>4.370.931</i>	<i>1.936.646</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>8.824.635</i>	<i>6.406.140</i>	<i>1.059.361</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edilícia.

Tabela 22: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

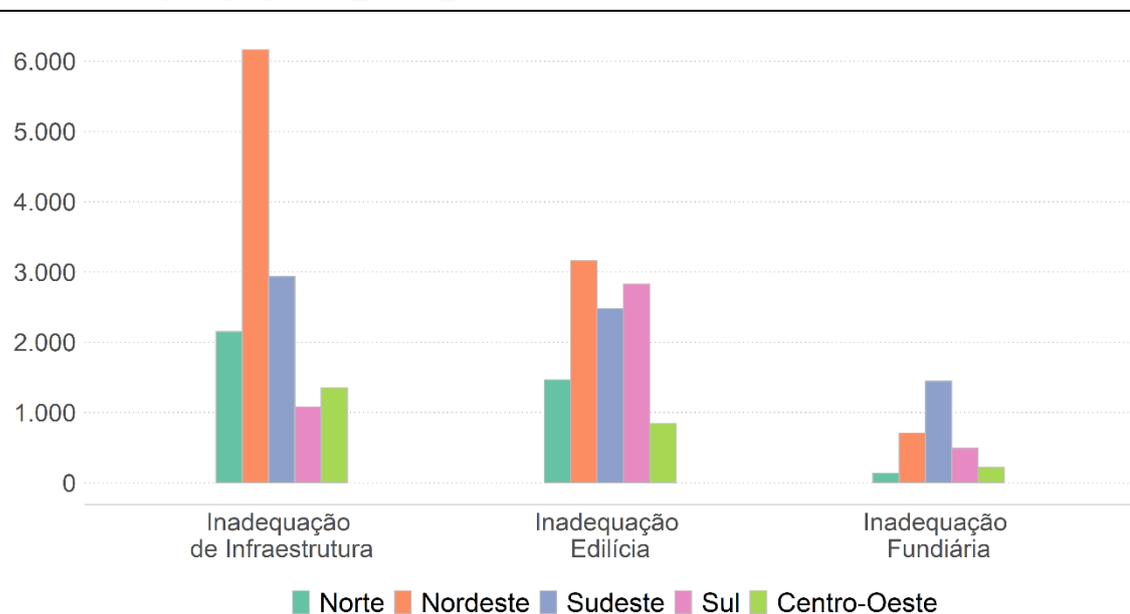
Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edilícias (3)	Inadequação Fundiária
Norte	53,32	36,35	3,33
Nordeste	44,55	22,83	5,10
Sudeste	10,12	8,54	4,99
Sul	11,74	30,77	5,33
Centro-Oeste	27,58	17,20	4,46
<b>Brasil</b>	<b>22,44</b>	<b>17,67</b>	<b>4,91</b>
<i>Total das RM</i>	<i>18,23</i>	<i>16,40</i>	<i>7,27</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>25,71</i>	<i>18,66</i>	<i>3,09</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edilícia.

Gráfico 23: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2018

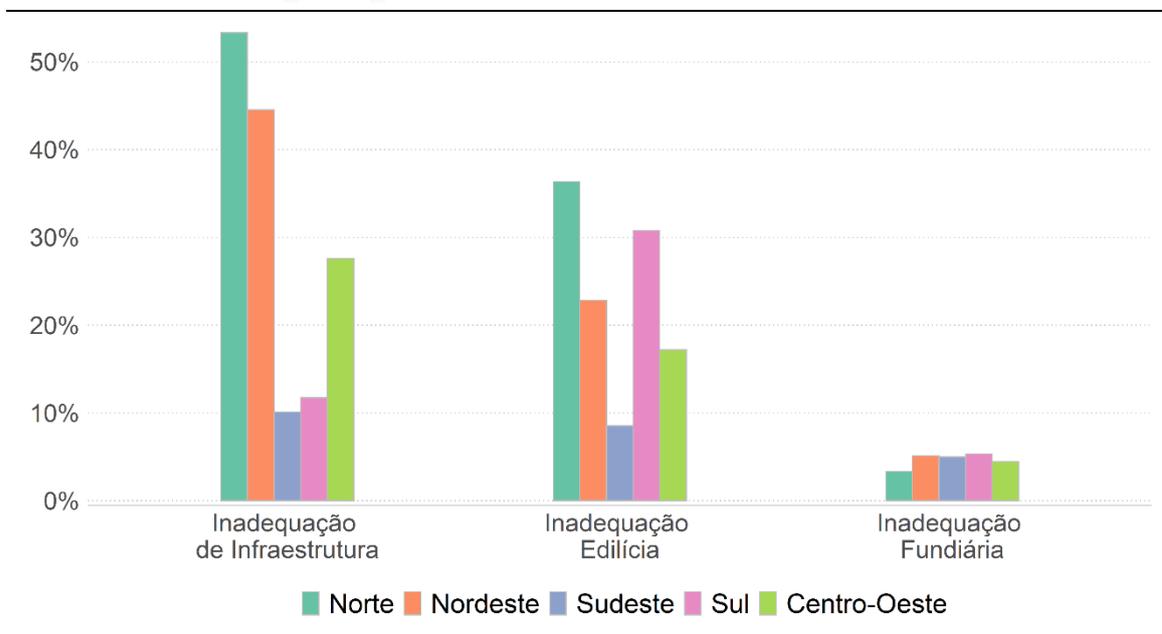


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Gráfico 24: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

#### 4.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana

Nesta seção, apresentam-se mais detalhadamente os dados da inadequação de infraestrutura urbana e seus subindicadores para 2018. Como exposto anteriormente, a região Nordeste é a que apresenta o maior número de domicílios com, pelo menos, uma inadequação desse tipo, chegando a 6,165 milhões. Esse resultado se deve, principalmente, aos números de Pernambuco e da Bahia, as unidades federativas com os maiores valores absolutos na região e também no país: 1,793 milhão e 1,340 milhão de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura (TABELA 23). Em seguida, aparecem Rio de Janeiro e Pará: respectivamente, 1,250 milhão e 1,078 milhão domicílios inadequados.

Analisando os dados da inadequação de infraestrutura pela perspectiva relativa, observa-se uma distribuição bem delineada geograficamente (MAPA 13). Destacam-se, aqui, Acre e Rio Grande do Norte, ambos com percentuais de domicílios com alguma inadequação de infraestruturas superiores a 70% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 23). Rio

de Janeiro também chama a atenção por ser o único estado do eixo Sul-Sudeste a apresentar um percentual acima dos 20%. Por outro lado, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram as unidades da Federação com menores percentuais de domicílios inadequados sob o critério em análise: abaixo de 10%.

Tabela 23: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Norte</b>	<b>2.152.519</b>	<b>53,32</b>
Rondônia	286.018	64,86
Acre	149.297	78,42
Amazonas	351.815	38,21
<i>RM Manaus</i>	201.522	28,66
Roraima	25.678	20,28
Pará	1.078.873	61,40
<i>RM Belém</i>	333.509	50,52
Amapá	131.962	67,83
<i>RM Macapá</i>	101.916	65,17
Tocantins	128.877	31,71
<b>Nordeste</b>	<b>6.165.613</b>	<b>44,55</b>
Maranhão	691.308	52,38
<i>RM Grande São Luís</i>	195.011	55,75
Piauí	130.766	19,64
<i>RIDE Grande Teresina</i>	60.361	19,35
Ceará	684.266	29,74
<i>RM Fortaleza</i>	215.175	16,67
Rio Grande do Norte	628.383	72,00
<i>RM Natal</i>	207.338	47,17
Paraíba	369.561	37,01
<i>RM João Pessoa</i>	59.373	15,47
Pernambuco	1.793.391	68,41
<i>RM Recife</i>	785.235	58,13
Alagoas	338.420	40,69
<i>RM Maceió</i>	119.399	26,18

Tabela 23: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

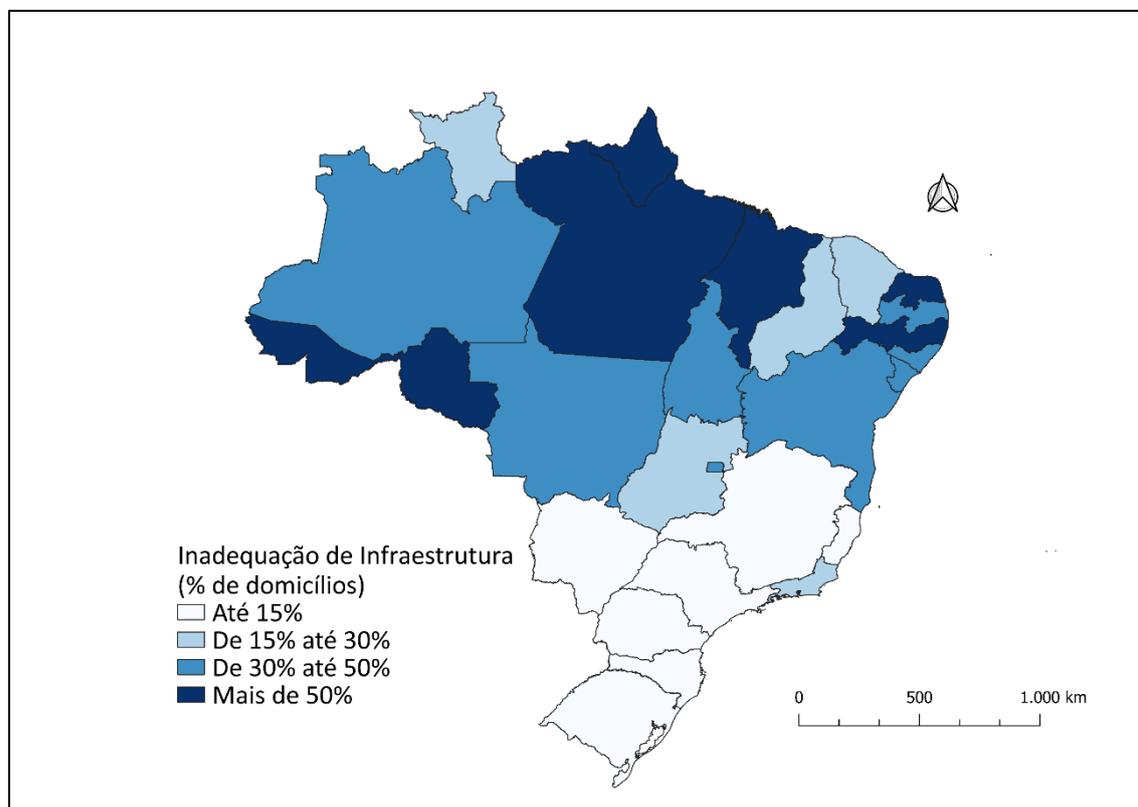
Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
Sergipe	189.446	32,53
<i>RM Aracaju</i>	<i>43.110</i>	<i>13,80</i>
Bahia	1.340.071	36,76
<i>RM Salvador</i>	<i>270.153</i>	<i>19,60</i>
<b>Sudeste</b>	<b>2.936.434</b>	<b>10,12</b>
Minas Gerais	621.068	9,71
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>117.342</i>	<i>6,38</i>
Espírito Santo	102.077	8,51
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>64.210</i>	<i>9,41</i>
Rio de Janeiro	1.250.315	20,24
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>932.320</i>	<i>19,85</i>
São Paulo	962.974	6,32
<i>RM São Paulo</i>	<i>624.313</i>	<i>8,40</i>
<b>Sul</b>	<b>1.080.222</b>	<b>11,74</b>
Paraná	457.365	13,34
<i>RM Curitiba</i>	<i>95.690</i>	<i>8,43</i>
Santa Catarina	281.789	13,10
<i>RM Florianópolis</i>	<i>22.769</i>	<i>6,10</i>
Rio Grande do Sul	341.068	9,42
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>95.122</i>	<i>6,34</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.348.661</b>	<b>27,58</b>
Mato Grosso do Sul	111.536	13,63
Mato Grosso	292.882	30,72
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>144.162</i>	<i>47,73</i>
Goiás	583.595	26,82
<i>RM Goiânia</i>	<i>170.784</i>	<i>19,03</i>
Distrito Federal	360.648	38,22
<b>Brasil</b>	<b>13.683.449</b>	<b>22,44</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.858.814</i>	<i>18,23</i>
Demais áreas	8.824.635	25,71

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 13: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação de infraestrutura urbana: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e provisão de energia elétrica. Entre eles, a inadequação quanto ao abastecimento de água foi a que atingiu o maior número de domicílios em 2018, 10,283 milhões, o correspondente a 16,8% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (TABELAS 24 e 25). Pernambuco (1,729 milhão), Rio de Janeiro (1,089 milhão) e Bahia (1,076 milhão) foram os estados com os maiores números absolutos.

Enquanto a inadequação relacionada ao abastecimento e ao esgotamento se mostra problema importante no país, ainda que em magnitudes distintas, a provisão de energia elétrica e a coleta de lixo são mais localizadas (MAPA 14). Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se que a inadequação pelo abastecimento foi um problema mais incidente nas faixas até três salários mínimos, mas principalmente para a região Nordeste (GRÁFICO 25). Já a inadequação quanto à energia elétrica também se mostrou presente em estratos de renda domiciliar mais elevados, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país (GRÁFICO 26). A inadequação pela coleta de lixo, por sua vez, predominou nas faixas de renda domiciliar mais baixas (GRÁFICO 27).

Tabela 24: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>1.624.153</b>	<b>926.313</b>	<b>109.681</b>	<b>62.710</b>
Rondônia	221.315	103.932	3.860	4.743
Acre	139.090	46.130	3.289	305
Amazonas	198.955	194.430	29.712	19.130
<i>RM Manaus</i>	<i>125.997</i>	<i>82.237</i>	<i>1.594</i>	<i>15.462</i>
Roraima	4.120	24.207	1.469	541
Pará	926.007	381.691	64.701	36.569
<i>RM Belém</i>	<i>288.904</i>	<i>94.765</i>	<i>33.719</i>	<i>3.836</i>
Amapá	108.263	60.349	818	175
<i>RM Macapá</i>	<i>82.553</i>	<i>42.111</i>	<i>219</i>	<i>175</i>
Tocantins	26.403	115.574	5.832	1.248
<b>Nordeste</b>	<b>5.003.095</b>	<b>2.031.005</b>	<b>310.913</b>	<b>89.481</b>
Maranhão	555.061	205.698	99.137	16.185
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>185.361</i>	<i>29.030</i>	<i>11.689</i>	<i>2.516</i>
Piauí	64.117	61.492	8.739	15.608
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>26.825</i>	<i>30.976</i>	<i>4.397</i>	<i>2.181</i>
Ceará	513.245	255.098	38.823	8.461
<i>RM Fortaleza</i>	<i>165.101</i>	<i>73.085</i>	<i>9.270</i>	<i>4.184</i>
Rio Grande do Norte	360.761	426.689	6.936	2.031
<i>RM Natal</i>	<i>40.771</i>	<i>196.317</i>	<i>4.859</i>	<i>528</i>
Paraíba	334.731	94.294	13.332	2.205
<i>RM João Pessoa</i>	<i>50.033</i>	<i>17.549</i>	<i>3.665</i>	<i>1.286</i>
Pernambuco	1.729.919	282.388	69.759	11.562
<i>RM Recife</i>	<i>730.299</i>	<i>216.618</i>	<i>41.833</i>	<i>7.221</i>
Alagoas	228.704	167.996	7.939	5.783
<i>RM Maceió</i>	<i>69.434</i>	<i>66.485</i>	<i>4.489</i>	<i>2.856</i>
Sergipe	140.237	93.093	13.176	2.531
<i>RM Aracaju</i>	<i>25.103</i>	<i>19.647</i>	<i>10.177</i>	<i>1.001</i>
Bahia	1.076.321	444.257	53.072	25.113
<i>RM Salvador</i>	<i>248.777</i>	<i>21.996</i>	<i>13.258</i>	<i>6.613</i>

Tabela 24: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Sudeste</b>	<b>2.252.607</b>	<b>708.944</b>	<b>133.727</b>	<b>180.054</b>
Minas Gerais	371.909	280.485	33.974	15.039
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>55.239</i>	<i>60.200</i>	<i>9.281</i>	<i>7.650</i>
Espírito Santo	49.531	44.685	18.546	3.097
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>30.767</i>	<i>23.213</i>	<i>12.868</i>	<i>2.517</i>
Rio de Janeiro	1.089.384	205.242	39.018	84.595
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>823.471</i>	<i>132.181</i>	<i>31.730</i>	<i>80.431</i>
São Paulo	741.782	178.532	42.189	77.323
<i>RM São Paulo</i>	<i>462.556</i>	<i>142.722</i>	<i>22.945</i>	<i>51.010</i>
<b>Sul</b>	<b>536.762</b>	<b>522.948</b>	<b>65.010</b>	<b>80.127</b>
Paraná	174.793	252.900	42.210	52.594
<i>RM Curitiba</i>	<i>69.954</i>	<i>11.184</i>	<i>6.513</i>	<i>46.119</i>
Santa Catarina	208.158	79.673	7.032	15.439
<i>RM Florianópolis</i>	<i>13.597</i>	<i>10.521</i>	<i>1.046</i>	<i>1.762</i>
Rio Grande do Sul	153.811	190.375	15.768	12.094
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>64.384</i>	<i>39.629</i>	<i>3.746</i>	<i>2.087</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>866.606</b>	<b>547.726</b>	<b>20.934</b>	<b>43.737</b>
Mato Grosso do Sul	55.039	59.067	3.230	7.501
Mato Grosso	226.483	81.627	6.862	6.758
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>143.402</i>	<i>2.128</i>	<i>408</i>	-
Goiás	239.035	397.735	6.427	26.381
<i>RM Goiânia</i>	<i>84.177</i>	<i>117.671</i>	<i>1.422</i>	<i>9.512</i>
Distrito Federal	346.049	9.297	4.416	3.096
<b>Brasil</b>	<b>10.283.223</b>	<b>4.736.936</b>	<b>640.265</b>	<b>456.109</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.786.704</i>	<i>1.430.263</i>	<i>229.127</i>	<i>248.947</i>
Demais áreas	6.496.519	3.306.673	411.138	207.163

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 25: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>40,23</b>	<b>22,95</b>	<b>2,72</b>	<b>1,55</b>
Rondônia	50,19	23,57	0,88	1,08
Acre	73,06	24,23	1,73	0,16
Amazonas	21,61	21,12	3,23	2,08
<i>RM Manaus</i>	<i>17,92</i>	<i>11,70</i>	<i>0,23</i>	<i>2,20</i>
Roraima	3,25	19,12	1,16	0,43
Pará	52,70	21,72	3,68	2,08
<i>RM Belém</i>	<i>43,76</i>	<i>14,36</i>	<i>5,11</i>	<i>0,58</i>
Amapá	55,65	31,02	0,42	0,09
<i>RM Macapá</i>	<i>52,79</i>	<i>26,93</i>	<i>0,14</i>	<i>0,11</i>
Tocantins	6,50	28,44	1,43	0,31
<b>Nordeste</b>	<b>36,15</b>	<b>14,68</b>	<b>2,25</b>	<b>0,65</b>
Maranhão	42,06	15,59	7,51	1,23
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>52,99</i>	<i>8,30</i>	<i>3,34</i>	<i>0,72</i>
Piauí	9,63	9,24	1,31	2,34
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>8,60</i>	<i>9,93</i>	<i>1,41</i>	<i>0,70</i>
Ceará	22,31	11,09	1,69	0,37
<i>RM Fortaleza</i>	<i>12,79</i>	<i>5,66</i>	<i>0,72</i>	<i>0,32</i>
Rio Grande do Norte	41,34	48,89	0,79	0,23
<i>RM Natal</i>	<i>9,28</i>	<i>44,66</i>	<i>1,11</i>	<i>0,12</i>
Paraíba	33,52	9,44	1,34	0,22
<i>RM João Pessoa</i>	<i>13,03</i>	<i>4,57</i>	<i>0,95</i>	<i>0,33</i>
Pernambuco	65,99	10,77	2,66	0,44
<i>RM Recife</i>	<i>54,06</i>	<i>16,04</i>	<i>3,10</i>	<i>0,53</i>
Alagoas	27,50	20,20	0,95	0,70
<i>RM Maceió</i>	<i>15,22</i>	<i>14,58</i>	<i>0,98</i>	<i>0,63</i>
Sergipe	24,08	15,99	2,26	0,43
<i>RM Aracaju</i>	<i>8,04</i>	<i>6,29</i>	<i>3,26</i>	<i>0,32</i>
Bahia	29,52	12,19	1,46	0,69
<i>RM Salvador</i>	<i>18,05</i>	<i>1,60</i>	<i>0,96</i>	<i>0,48</i>
<b>Sudeste</b>	<b>7,76</b>	<b>2,44</b>	<b>0,46</b>	<b>0,62</b>
Minas Gerais	5,81	4,38	0,53	0,24
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>3,00</i>	<i>3,27</i>	<i>0,50</i>	<i>0,42</i>
Espírito Santo	4,13	3,73	1,55	0,26
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>4,51</i>	<i>3,40</i>	<i>1,89</i>	<i>0,37</i>

Tabela 25: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

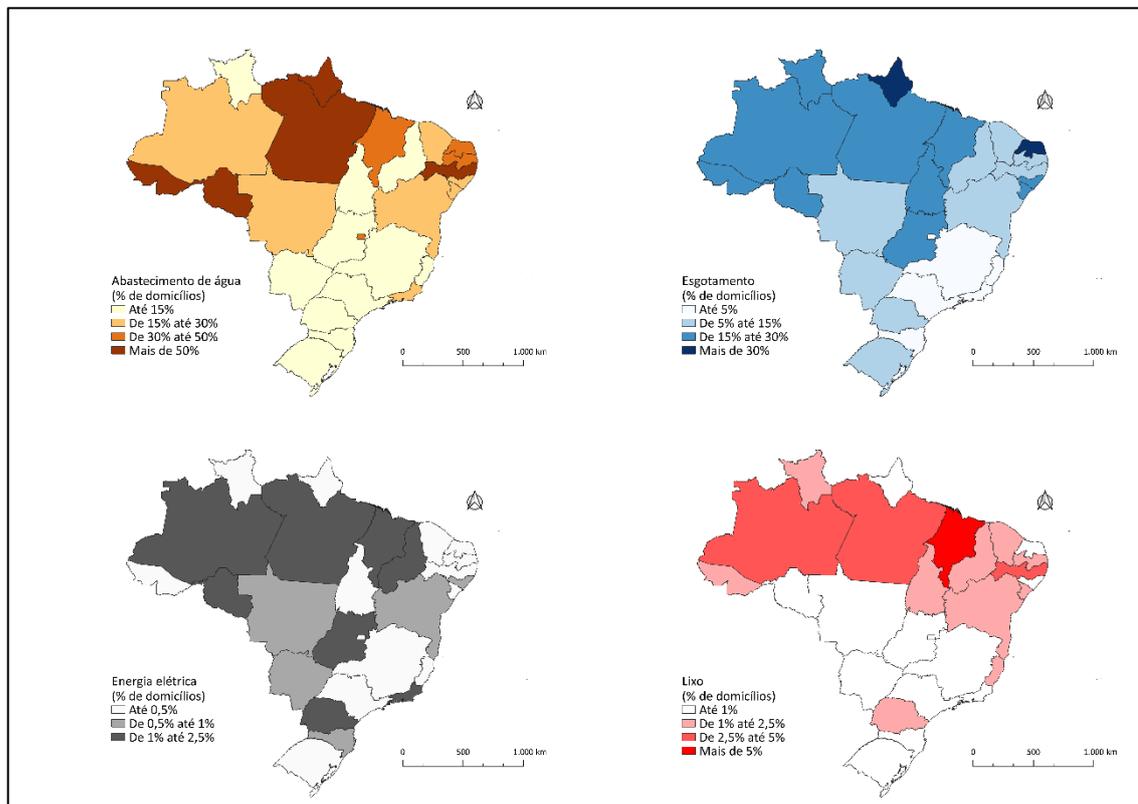
Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Sudeste</b>				
Rio de Janeiro	17,64	3,32	0,63	1,37
<i>RM Rio de Janeiro</i>	17,54	2,81	0,68	1,71
São Paulo	4,87	1,17	0,28	0,51
<i>RM São Paulo</i>	6,22	1,92	0,31	0,69
<b>Sul</b>	<b>5,83</b>	<b>5,68</b>	<b>0,71</b>	<b>0,87</b>
Paraná	5,10	7,37	1,23	1,53
<i>RM Curitiba</i>	6,16	0,99	0,57	4,06
Santa Catarina	9,68	3,70	0,33	0,72
<i>RM Florianópolis</i>	3,65	2,82	0,28	0,47
Rio Grande do Sul	4,25	5,26	0,44	0,33
<i>RM Porto Alegre</i>	4,29	2,64	0,25	0,14
<b>Centro-Oeste</b>	<b>17,72</b>	<b>11,20</b>	<b>0,43</b>	<b>0,89</b>
Mato Grosso do Sul	6,73	7,22	0,39	0,92
Mato Grosso	23,75	8,56	0,72	0,71
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	47,48	0,70	0,13	-
Goiás	10,99	18,28	0,30	1,21
<i>RM Goiânia</i>	9,38	13,11	0,16	1,06
Distrito Federal	36,68	0,99	0,47	0,33
<b>Brasil</b>	<b>16,86</b>	<b>7,77</b>	<b>1,05</b>	<b>0,75</b>
<i>Total das RM</i>	14,21	5,37	0,86	0,93
Demais áreas	18,92	9,63	1,20	0,60

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

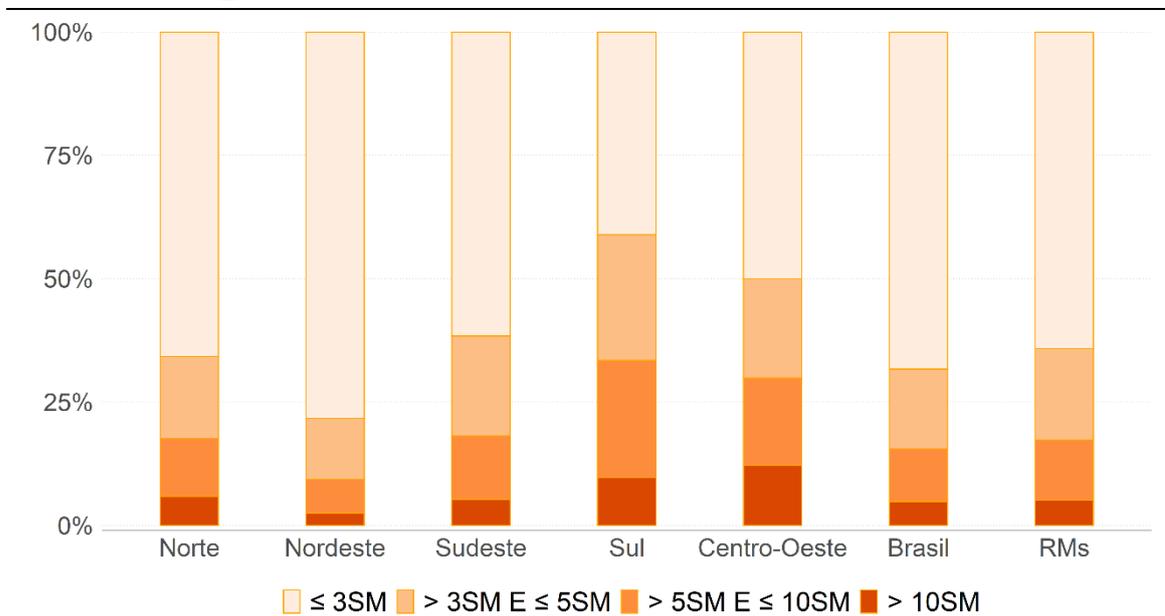
Mapa 14: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

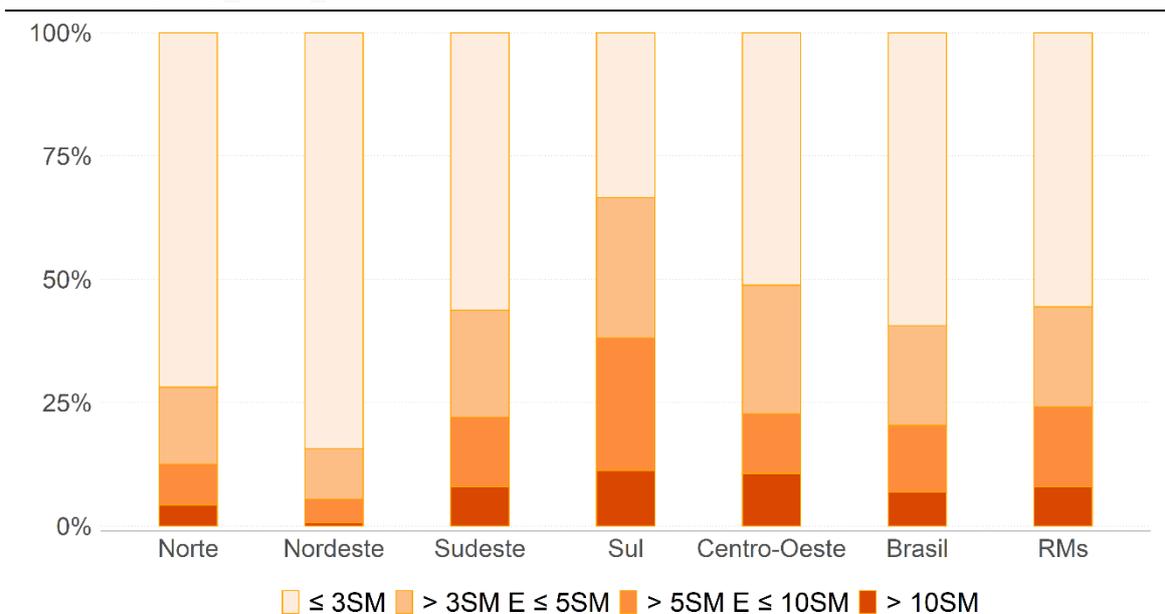
Gráfico 25: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – 2018.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

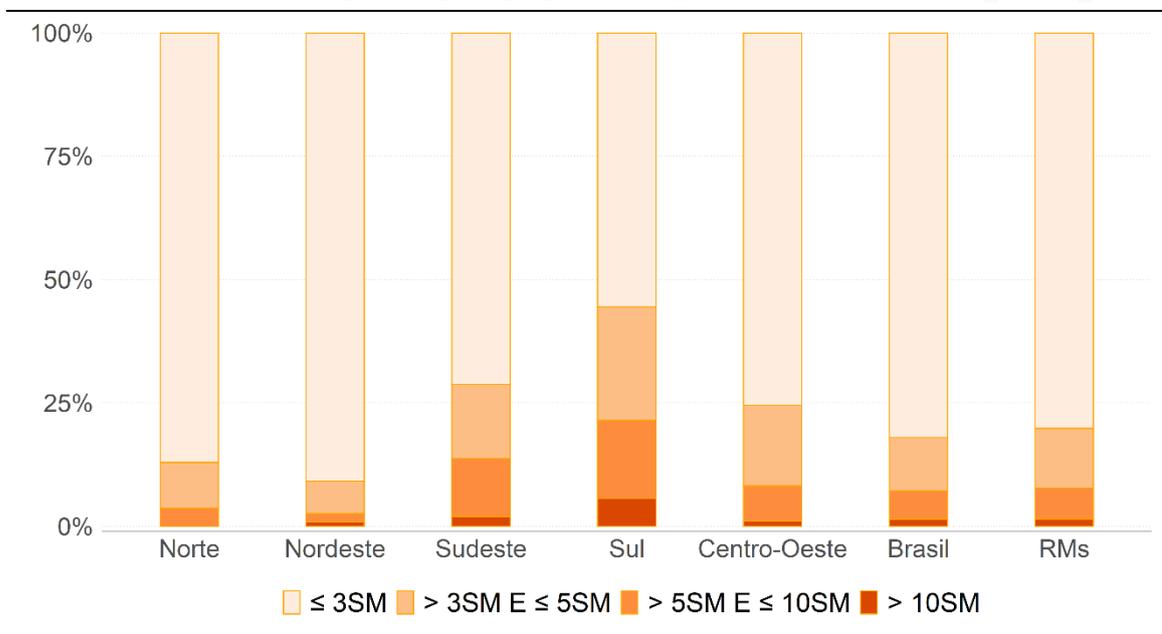
Gráfico 26: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 27: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

#### 4.1.2 Inadequação edilícia

A presente seção aborda os dados referentes às inadequações edilícias. A respeito do indicador geral, a região Nordeste foi a que apresentou o maior número de domicílios com ao menos uma carência edilícia, somando 3,159 milhões em 2018. Os estados que mais contribuíram para este resultado foram Bahia e Ceará, com, respectivamente, 644 mil e 593 mil domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 26). Em seguida, aparece a região Sul, com 2,830 milhões de domicílios inadequados do ponto de vista da edificação. Deles, 58,8% (1,664 milhão) estão localizados no Rio Grande do Sul.

Pela perspectiva relativa, a região Norte é a que apresentou o maior percentual de domicílios com alguma inadequação edilícia em 2018, 36,3% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 26). Destaca-se Roraima, o único estado do país onde mais da metade dos domicílios possuem alguma inadequação edilícia (MAPA 15), 63,3% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos. A região Sul aparece em seguida, 30,7% dos domicílios considerados inadequados pelo indicador em análise, resultado influenciado pelo Rio Grande do Sul, onde 45,9% dos domicílios apresentaram alguma inadequação edilícia. Já os estados com menores percentuais se localizam na região Sudeste: Rio de Janeiro (5,6%) e Minas Gerais (6,1%).

Tabela 26: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Norte</b>	<b>1.467.234</b>	<b>36,35</b>
Rondônia	59.905	13,59
Acre	53.073	27,88
Amazonas	417.529	45,35
<i>RM Manaus</i>	<i>260.859</i>	<i>37,10</i>
Roraima	83.941	66,31
Pará	659.603	37,54
<i>RM Belém</i>	<i>322.659</i>	<i>48,88</i>
Amapá	74.522	38,30
<i>RM Macapá</i>	<i>65.743</i>	<i>42,04</i>
Tocantins	118.660	29,19
<b>Nordeste</b>	<b>3.159.509</b>	<b>22,83</b>
Maranhão	474.018	35,92
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>76.718</i>	<i>21,93</i>
Piauí	271.951	40,85
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>142.898</i>	<i>45,81</i>
Ceará	593.572	25,80
<i>RM Fortaleza</i>	<i>409.847</i>	<i>31,75</i>
Rio Grande do Norte	98.081	11,24
<i>RM Natal</i>	<i>44.279</i>	<i>10,07</i>
Paraíba	310.338	31,08
<i>RM João Pessoa</i>	<i>173.174</i>	<i>45,11</i>
Pernambuco	370.393	14,13
<i>RM Recife</i>	<i>201.136</i>	<i>14,89</i>
Alagoas	255.032	30,66
<i>RM Maceió</i>	<i>149.221</i>	<i>32,72</i>
Sergipe	141.230	24,25
<i>RM Aracaju</i>	<i>72.194</i>	<i>23,11</i>
Bahia	644.893	17,69
<i>RM Salvador</i>	<i>247.006</i>	<i>17,92</i>

Tabela 26: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

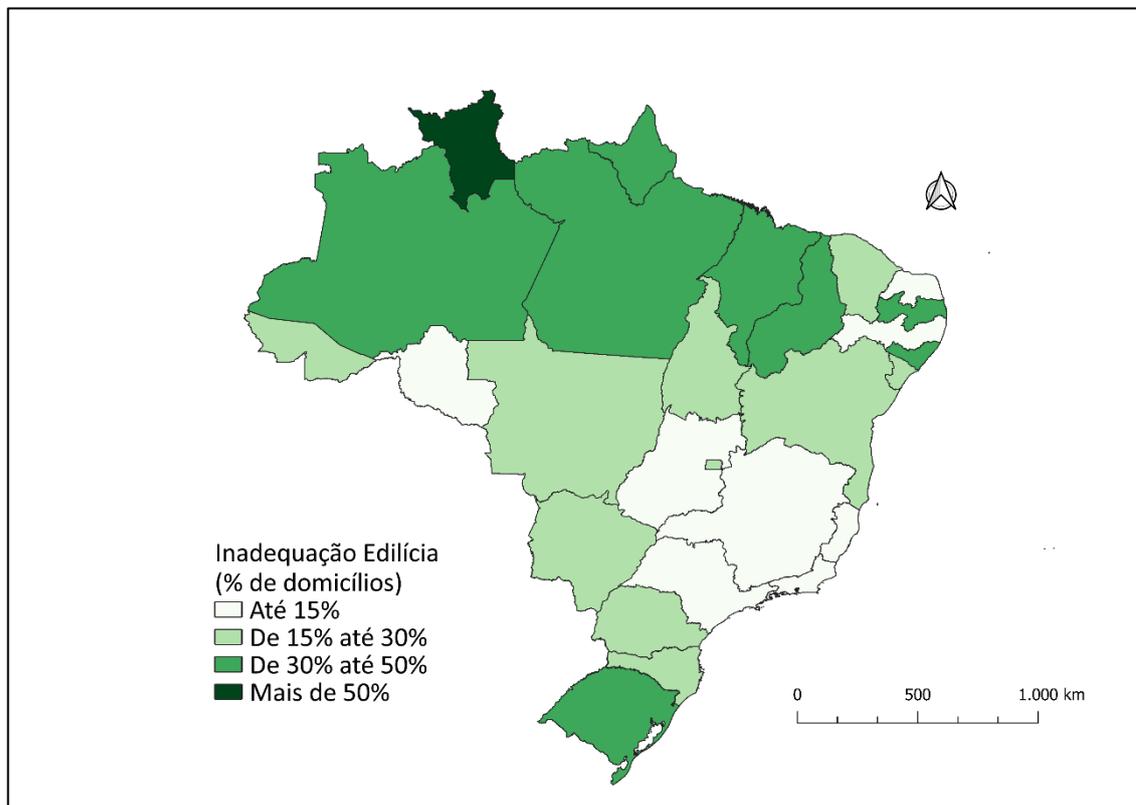
Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Sudeste</b>	<b>2.478.833</b>	<b>8,54</b>
Minas Gerais	390.887	6,11
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>97.757</i>	<i>5,31</i>
Espírito Santo	78.627	6,56
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>49.437</i>	<i>7,24</i>
Rio de Janeiro	350.318	5,67
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>280.527</i>	<i>5,97</i>
São Paulo	1.659.001	10,89
<i>RM São Paulo</i>	<i>821.720</i>	<i>11,06</i>
<b>Sul</b>	<b>2.830.252</b>	<b>30,77</b>
Paraná	770.953	22,48
<i>RM Curitiba</i>	<i>157.782</i>	<i>13,90</i>
Santa Catarina	394.938	18,36
<i>RM Florianópolis</i>	<i>39.324</i>	<i>10,54</i>
Rio Grande do Sul	1.664.360	45,99
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>615.798</i>	<i>41,06</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>841.243</b>	<b>17,20</b>
Mato Grosso do Sul	215.102	26,29
Mato Grosso	152.068	15,95
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>38.499</i>	<i>12,75</i>
Goiás	298.487	13,72
<i>RM Goiânia</i>	<i>104.354</i>	<i>11,63</i>
Distrito Federal	175.587	18,61
<b>Brasil</b>	<b>10.777.071</b>	<b>17,67</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.370.931</i>	<i>16,40</i>
Demais áreas	6.406.140	18,66

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 15: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação edilícia: armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado. Em 2018, observou-se que o armazenamento foi a inadequação mais presente entre os domicílios brasileiros tanto em termos absolutos como relativos. Foram contabilizados no país 8,624 milhões de domicílios sem caixa d'água, o equivalente a cerca de 14,1% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELAS 27 e 28).

Ainda sobre o indicador de armazenamento, observou-se uma delimitação geográfica desse tipo de inadequação, que abrange principalmente as regiões Norte e Nordeste (MAPA 16). As exceções são Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. A unidade da Federação com o maior número de domicílios inadequados para o componente em questão é o Rio Grande do Sul: 1,522 milhão. Faz-se necessário ressaltar que, apesar de considerada uma inadequação, a ausência de caixa d'água no domicílio não necessariamente implica perda de bem estar para quem mora caso a frequência do abastecimento seja adequada. Esse parece ser o caso do Rio Grande do Sul. Apenas 4,2%

dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos aí apresentaram inadequação quanto ao abastecimento em 2018, um dos menores percentuais do país (TABELA 25). Além disso, apenas 3,2% (48 mil) dos domicílios com inadequação de armazenamento possuíam também inadequação de abastecimento. Fato semelhante não ocorre com os estados do Norte e do Nordeste, regiões onde a inadequação pelo abastecimento é mais grave (MAPA 16). Assim, enquanto, na região Norte, 19,2% (214 mil) dos domicílios possuem inadequação de armazenamento e abastecimento, na Nordeste, são 24,9% (677 mil).

Após o armazenamento de água, o componente de cômodos servindo como dormitórios foi o segundo tipo de inadequação edilícia mais presente entre os domicílios brasileiros, totalizando 1,825 milhão, aproximadamente 3% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Nota-se para esse indicador frequência mais distribuída entre as unidades federativas, ao contrário de outros componentes da carência edilícia, que se concentram principalmente nas regiões Norte e Nordeste, como os de ausência de banheiro e piso (MAPA 16). Configuração parecida se verifica nos gráficos por faixas de renda domiciliar: embora os domicílios com baixa renda predominem em todos os componentes da inadequação, a ausência de banheiro exclusivo e o piso inadequado são problemas majoritariamente incidentes sobre domicílios com renda domiciliar mensal menor que cinco salários mínimos, enquanto, para os demais componentes, verifica-se maior distribuição dos domicílios pelas faixas de renda em análise (GRÁFICOS 28 a 32).

Tabela 27: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>1.117.549</b>	<b>307.021</b>	<b>191.584</b>	<b>109.972</b>	<b>9.675</b>
Rondônia	25.049	29.098	7.551	885	412
Acre	7.489	15.933	28.459	12.951	-
Amazonas	293.340	67.343	121.065	38.285	1.879
<i>RM Manaus</i>	<i>224.344</i>	<i>47.120</i>	<i>22.427</i>	<i>4.351</i>	<i>646</i>
Roraima	79.920	12.031	1.527	1.494	423
Pará	549.213	147.027	25.079	53.535	5.575
<i>RM Belém</i>	<i>284.563</i>	<i>69.045</i>	<i>17.903</i>	<i>12.063</i>	<i>2.846</i>
Amapá	55.676	19.979	7.244	1.254	192
<i>RM Macapá</i>	<i>49.887</i>	<i>17.425</i>	<i>4.945</i>	<i>1.160</i>	<i>192</i>
Tocantins	106.862	15.610	658	1.568	1.194

Tabela 27: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Nordeste</b>	<b>2.713.474</b>	<b>379.654</b>	<b>120.714</b>	<b>212.161</b>	<b>40.589</b>
Maranhão	409.583	42.234	4.653	78.362	11.173
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>62.323</i>	<i>14.208</i>	<i>2.019</i>	<i>5.965</i>	-
Piauí	264.327	7.531	333	11.310	3.720
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>140.342</i>	<i>4.190</i>	<i>1.880</i>	<i>3.164</i>	<i>1.841</i>
Ceará	515.631	90.552	12.525	24.750	8.425
<i>RM Fortaleza</i>	<i>372.049</i>	<i>60.099</i>	<i>2.440</i>	<i>8.799</i>	<i>6.307</i>
Rio Grande do Norte	78.306	15.346	8.288	2.736	765
<i>RM Natal</i>	<i>39.975</i>	<i>5.055</i>	<i>673</i>	<i>289</i>	<i>212</i>
Paraíba	291.714	17.786	8.840	12.184	253
<i>RM João Pessoa</i>	<i>166.349</i>	<i>7.933</i>	<i>6.951</i>	<i>2.126</i>	<i>253</i>
Pernambuco	314.895	41.998	16.130	23.009	5.165
<i>RM Recife</i>	<i>173.761</i>	<i>29.779</i>	<i>10.921</i>	<i>5.896</i>	<i>1.519</i>
Alagoas	222.019	32.981	6.524	6.909	762
<i>RM Maceió</i>	<i>132.908</i>	<i>20.297</i>	<i>2.618</i>	<i>817</i>	<i>418</i>
Sergipe	130.924	8.521	5.619	5.800	381
<i>RM Aracaju</i>	<i>67.385</i>	<i>4.133</i>	<i>3.066</i>	<i>645</i>	<i>381</i>
Bahia	486.075	122.704	57.802	47.101	9.945
<i>RM Salvador</i>	<i>223.990</i>	<i>24.281</i>	<i>5.467</i>	<i>7.037</i>	<i>1.449</i>
<b>Sudeste</b>	<b>1.676.749</b>	<b>775.792</b>	<b>130.241</b>	<b>35.327</b>	<b>15.288</b>
Minas Gerais	286.256	53.913	58.577	15.007	3.759
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>74.360</i>	<i>24.608</i>	<i>6.421</i>	<i>4.202</i>	<i>3.284</i>
Espírito Santo	53.200	21.281	7.259	1.482	-
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>31.680</i>	<i>15.165</i>	<i>4.293</i>	<i>451</i>	-
Rio de Janeiro	204.738	130.783	14.762	5.270	8.837
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>168.750</i>	<i>101.917</i>	<i>8.931</i>	<i>4.782</i>	<i>8.837</i>
São Paulo	1.132.556	569.814	49.643	13.568	2.692
<i>RM São Paulo</i>	<i>428.489</i>	<i>438.193</i>	<i>8.921</i>	<i>12.510</i>	<i>2.094</i>

Tabela 27: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sul</b>	<b>2.454.829</b>	<b>201.488</b>	<b>472.479</b>	<b>10.440</b>	<b>5.960</b>
Paraná	654.076	97.925	73.656	2.281	4.754
<i>RM Curitiba</i>	<i>118.731</i>	<i>37.104</i>	<i>12.994</i>	<i>521</i>	-
Santa Catarina	278.042	40.119	106.956	1.868	184
<i>RM Florianópolis</i>	<i>27.221</i>	<i>9.691</i>	<i>3.221</i>	-	<i>184</i>
Rio Grande do Sul	1.522.712	63.443	291.867	6.291	1.022
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>601.324</i>	<i>31.787</i>	<i>4.811</i>	<i>3.970</i>	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>662.104</b>	<b>161.897</b>	<b>60.433</b>	<b>3.512</b>	<b>2.884</b>
Mato Grosso do Sul	192.315	20.751	16.004	1.063	-
Mato Grosso	92.578	37.843	29.718	2.256	1.811
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>24.821</i>	<i>8.609</i>	<i>6.322</i>	<i>342</i>	<i>289</i>
Goiás	228.546	66.378	14.003	194	927
<i>RM Goiânia</i>	<i>65.610</i>	<i>37.505</i>	<i>4.100</i>	<i>194</i>	<i>927</i>
Distrito Federal	148.665	36.926	709	-	145
<b>Brasil</b>	<b>8.624.705</b>	<b>1.825.851</b>	<b>975.451</b>	<b>371.412</b>	<b>74.396</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.478.863</i>	<i>1.008.142</i>	<i>141.322</i>	<i>79.283</i>	<i>31.680</i>
Demais áreas	5.145.842	817.709	834.129	292.129	42.716

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 28: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>27,68</b>	<b>7,61</b>	<b>4,75</b>	<b>2,72</b>	<b>0,24</b>
Rondônia	5,68	6,60	1,71	0,20	0,09
Acre	3,93	8,37	14,95	6,80	-
Amazonas	31,86	7,31	13,15	4,16	0,20
<i>RM Manaus</i>	<i>31,91</i>	<i>6,70</i>	<i>3,19</i>	<i>0,62</i>	<i>0,09</i>
Roraima	63,14	9,50	1,21	1,18	0,33
Pará	31,26	8,37	1,43	3,05	0,32
<i>RM Belém</i>	<i>43,11</i>	<i>10,46</i>	<i>2,71</i>	<i>1,83</i>	<i>0,43</i>
Amapá	28,62	10,27	3,72	0,64	0,10
<i>RM Macapá</i>	<i>31,90</i>	<i>11,14</i>	<i>3,16</i>	<i>0,74</i>	<i>0,12</i>
Tocantins	26,29	3,84	0,16	0,39	0,29
<b>Nordeste</b>	<b>19,61</b>	<b>2,74</b>	<b>0,87</b>	<b>1,53</b>	<b>0,29</b>
Maranhão	31,03	3,20	0,35	5,94	0,85
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>17,82</i>	<i>4,06</i>	<i>0,58</i>	<i>1,71</i>	-
Piauí	39,71	1,13	0,05	1,70	0,56
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>44,99</i>	<i>1,34</i>	<i>0,60</i>	<i>1,01</i>	<i>0,59</i>
Ceará	22,41	3,94	0,54	1,08	0,37
<i>RM Fortaleza</i>	<i>28,82</i>	<i>4,66</i>	<i>0,19</i>	<i>0,68</i>	<i>0,49</i>
Rio Grande do Norte	8,97	1,76	0,95	0,31	0,09
<i>RM Natal</i>	<i>9,09</i>	<i>1,15</i>	<i>0,15</i>	<i>0,07</i>	<i>0,05</i>
Paraíba	29,22	1,78	0,89	1,22	0,03
<i>RM João Pessoa</i>	<i>43,33</i>	<i>2,07</i>	<i>1,81</i>	<i>0,55</i>	<i>0,07</i>
Pernambuco	12,01	1,60	0,62	0,88	0,20
<i>RM Recife</i>	<i>12,86</i>	<i>2,20</i>	<i>0,81</i>	<i>0,44</i>	<i>0,11</i>
Alagoas	26,69	3,97	0,78	0,83	0,09
<i>RM Maceió</i>	<i>29,14</i>	<i>4,45</i>	<i>0,57</i>	<i>0,18</i>	<i>0,09</i>
Sergipe	22,48	1,46	0,96	1,00	0,07
<i>RM Aracaju</i>	<i>21,57</i>	<i>1,32</i>	<i>0,98</i>	<i>0,21</i>	<i>0,12</i>
Bahia	13,33	3,37	1,59	1,29	0,27
<i>RM Salvador</i>	<i>16,25</i>	<i>1,76</i>	<i>0,40</i>	<i>0,51</i>	<i>0,11</i>

Tabela 28: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

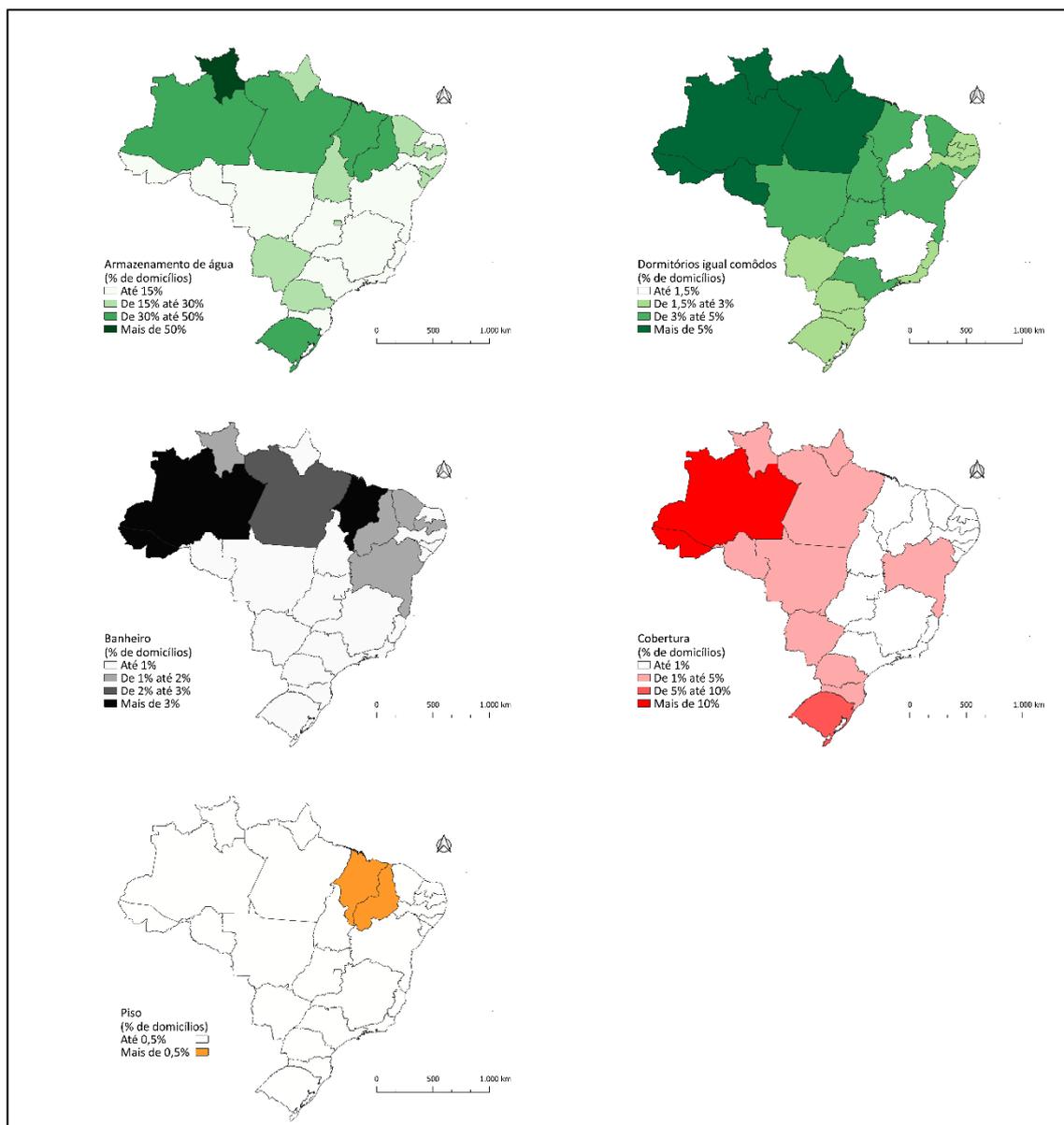
Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sudeste</b>	<b>5,78</b>	<b>2,67</b>	<b>0,45</b>	<b>0,12</b>	<b>0,05</b>
Minas Gerais	4,47	0,84	0,92	0,23	0,06
<i>RM Belo Horizonte</i>	4,04	1,34	0,35	0,23	0,18
Espírito Santo	4,44	1,77	0,61	0,12	-
<i>RM Grande Vitória</i>	4,64	2,22	0,63	0,07	-
Rio de Janeiro	3,32	2,12	0,24	0,09	0,14
<i>RM Rio de Janeiro</i>	3,59	2,17	0,19	0,10	0,19
São Paulo	7,43	3,74	0,33	0,09	0,02
<i>RM São Paulo</i>	5,77	5,90	0,12	0,17	0,03
<b>Sul</b>	<b>26,68</b>	<b>2,19</b>	<b>5,14</b>	<b>0,11</b>	<b>0,06</b>
Paraná	19,07	2,86	2,15	0,07	0,14
<i>RM Curitiba</i>	10,46	3,27	1,15	0,05	-
Santa Catarina	12,93	1,87	4,97	0,09	0,01
<i>RM Florianópolis</i>	7,30	2,60	0,86	-	0,05
Rio Grande do Sul	42,07	1,75	8,06	0,17	0,03
<i>RM Porto Alegre</i>	40,10	2,12	0,32	0,26	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>13,54</b>	<b>3,31</b>	<b>1,24</b>	<b>0,07</b>	<b>0,06</b>
Mato Grosso do Sul	23,50	2,54	1,96	0,13	-
Mato Grosso	9,71	3,97	3,12	0,24	0,19
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	8,22	2,85	2,09	0,11	0,10
Goiás	10,50	3,05	0,64	0,01	0,04
<i>RM Goiânia</i>	7,31	4,18	0,46	0,02	0,10
Distrito Federal	15,76	3,91	0,08	-	0,02
<b>Brasil</b>	<b>14,14</b>	<b>2,99</b>	<b>1,60</b>	<b>0,61</b>	<b>0,12</b>
<i>Total das RM</i>	<i>13,05</i>	<i>3,78</i>	<i>0,53</i>	<i>0,30</i>	<i>0,12</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>14,99</i>	<i>2,38</i>	<i>2,43</i>	<i>0,85</i>	<i>0,12</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

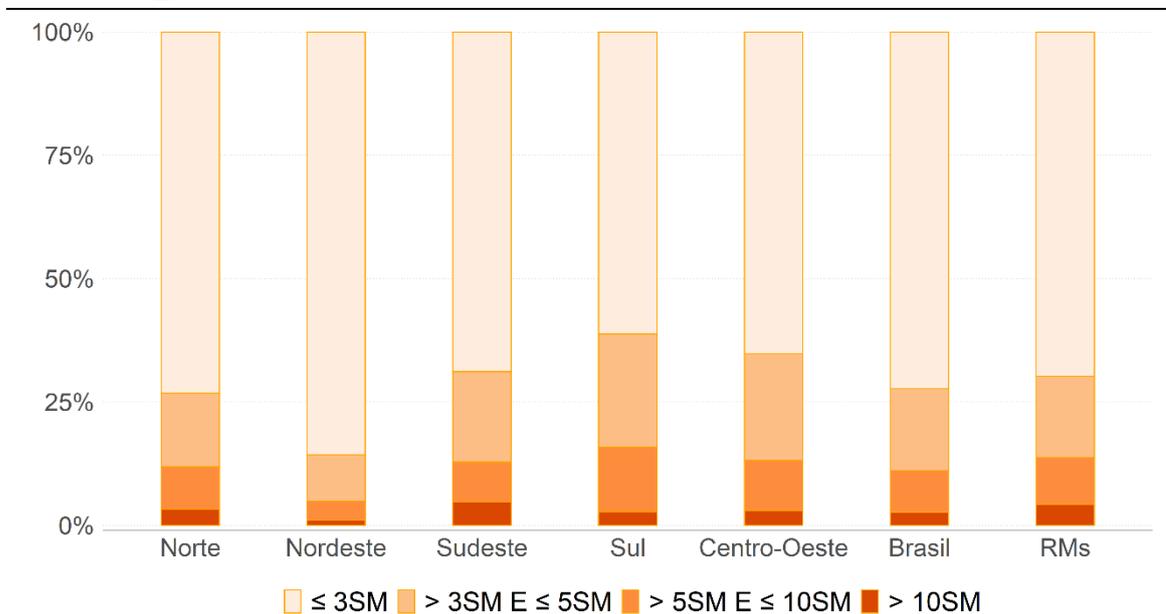
Mapa 16: Indicadores da inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

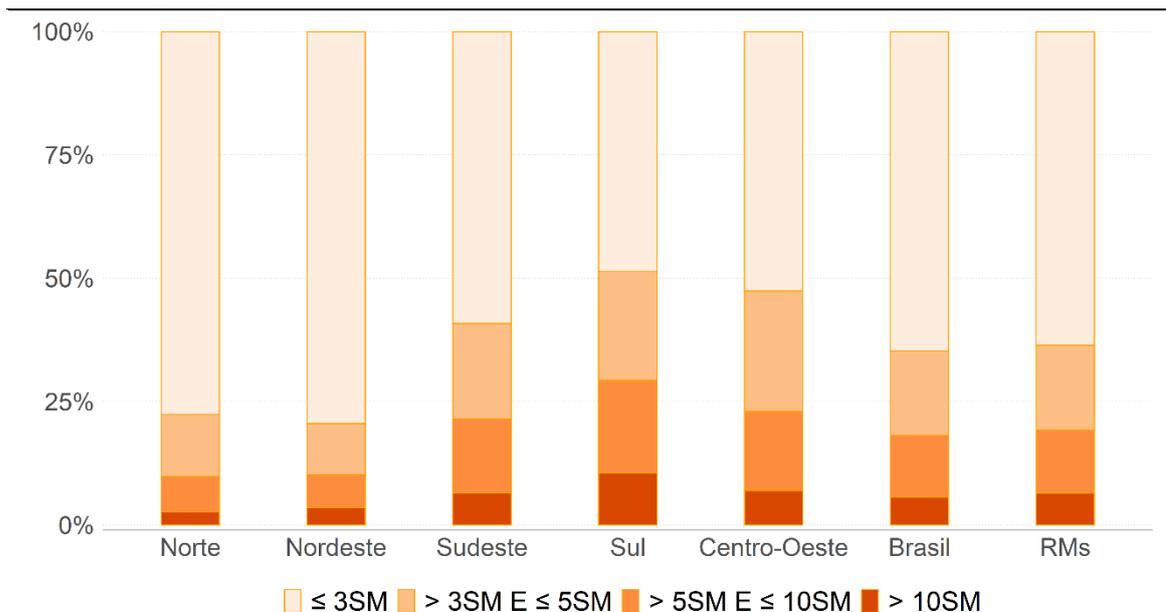
Gráfico 28: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) — (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

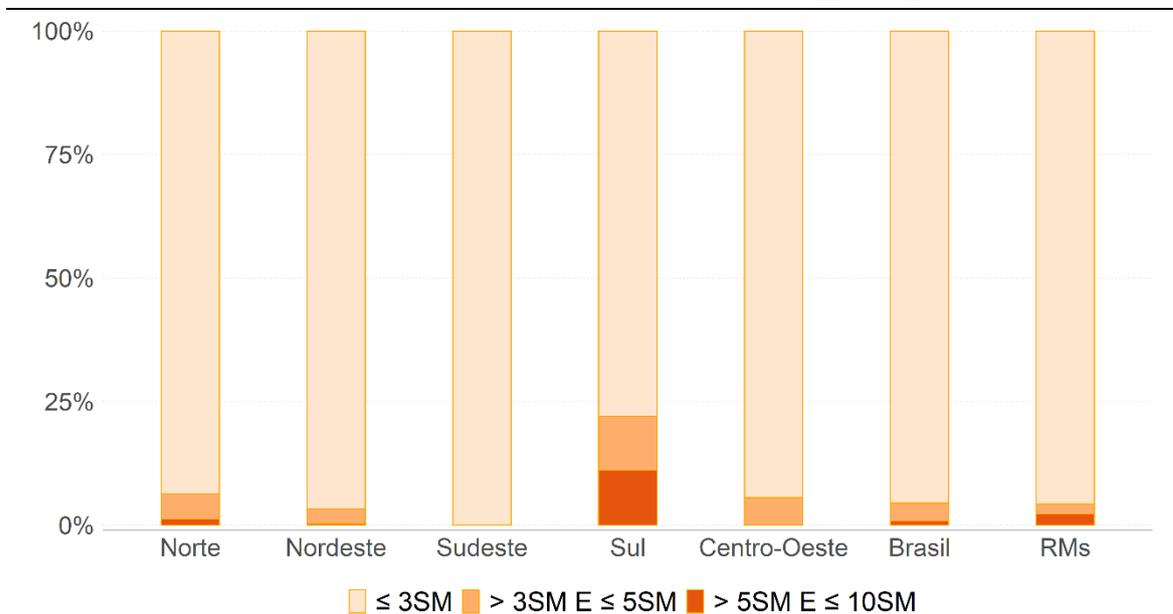
Gráfico 29: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) — Brasil — 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) — (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

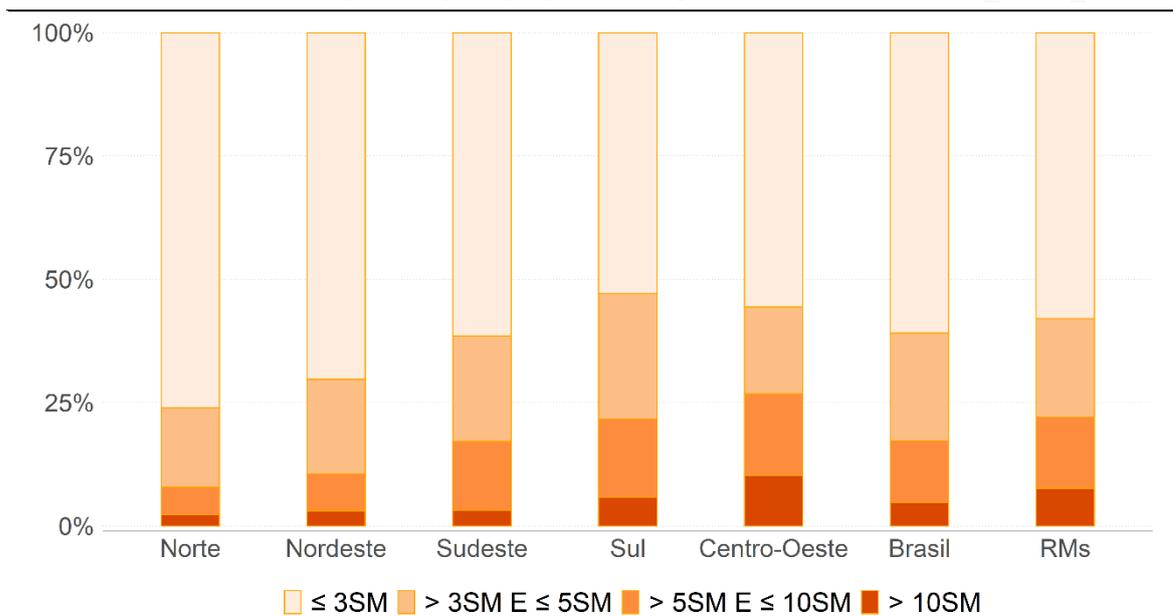
Gráfico 30: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

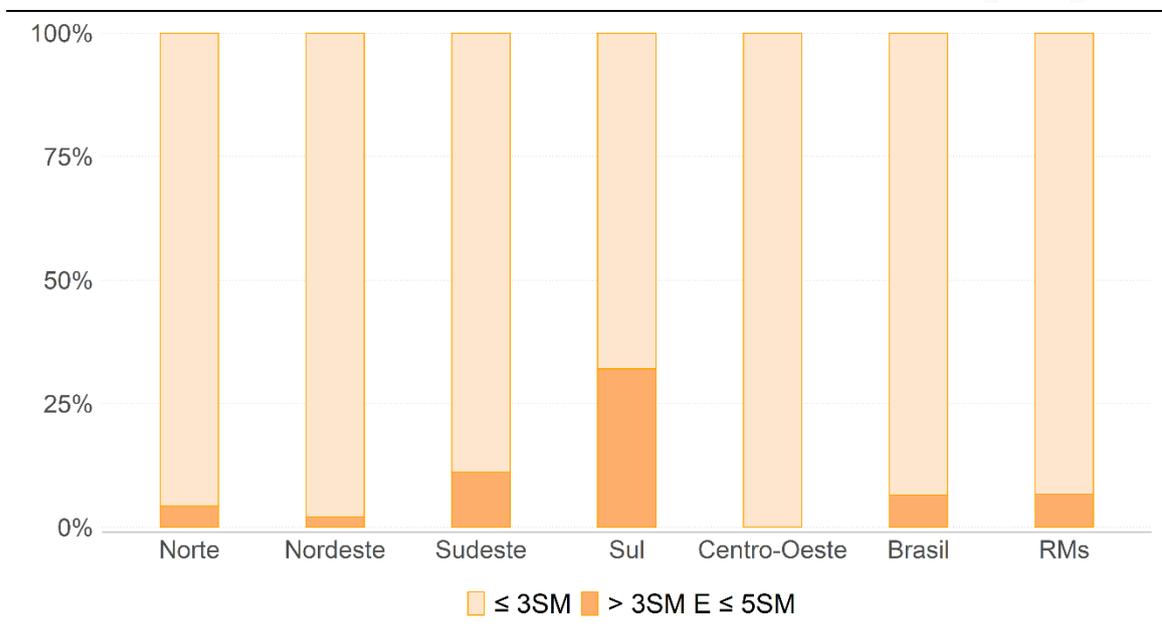
Gráfico 31: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 32: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

#### 4.1.3 Inadequação fundiária

Em 2018, 2,996 milhões de domicílios apresentaram inadequação quanto à situação do terreno onde se localizam, o que corresponde a cerca de 4,9% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Considerando-se valores absolutos, os maiores números foram observados na região Sudeste, com 1,447 milhão de domicílios afetados (TABELA 29), a maioria deles localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro (679 mil e 520 mil respectivamente). Em seguida, aparece a região Nordeste, com aproximadamente 706 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário, desempenho influenciado principalmente por Bahia (243 mil) e Pernambuco (140 mil).

Em termos relativos (MAPA 17 e TABELA 29), destacam-se o Amapá, na região Norte, com cerca de 6,5% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados; Rio de Janeiro, na região Sudeste (8,4%), o maior percentual entre as unidades federativas; Paraíba, no Nordeste (7,3%); Rio Grande do Sul, na região Sul (6,4%); e Distrito Federal, no Centro-Oeste (7,3%). Com relação às regiões metropolitanas, observa-se que o percentual de domicílios com inadequação fundiária é maior que nas demais áreas. Destaque para as regiões metropolitanas de João Pessoa (13,8%) e Salvador (12,8%).

Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se em âmbito nacional que quase metade dos domicílios inadequados em termos fundiários concentram-se na faixa de renda de até três salários mínimos. Nas regiões Norte e Nordeste, a inadequação em questão é ainda mais incidente sobre domicílios abaixo dessa faixa de renda. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, há maior distribuição entre as demais faixas, especialmente no último, onde mais da metade da inadequação fundiária se encontra nos segmentos com mais de cinco salários mínimos (GRÁFICO 33).

Tabela 29: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Norte</b>	<b>134.497</b>	<b>3,33</b>
Rondônia	16.888	3,83
Acre	5.399	2,84
Amazonas	32.075	3,48
<i>RM Manaus</i>	<i>21.521</i>	<i>3,06</i>
Roraima	1.953	1,54
Pará	63.943	3,64
<i>RM Belém</i>	<i>42.765</i>	<i>6,48</i>
Amapá	12.609	6,48
<i>RM Macapá</i>	<i>6.636</i>	<i>4,24</i>
Tocantins	1.630	0,40
<b>Nordeste</b>	<b>706.301</b>	<b>5,10</b>
Maranhão	47.392	3,59
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>31.256</i>	<i>8,94</i>
Piauí	10.836	1,63
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>8.097</i>	<i>2,60</i>
Ceará	112.084	4,87
<i>RM Fortaleza</i>	<i>70.589</i>	<i>5,47</i>
Rio Grande do Norte	22.187	2,54
<i>RM Natal</i>	<i>16.169</i>	<i>3,68</i>
Paraíba	73.665	7,38
<i>RM João Pessoa</i>	<i>52.962</i>	<i>13,80</i>
Pernambuco	140.808	5,37
<i>RM Recife</i>	<i>112.401</i>	<i>8,32</i>
Alagoas	36.029	4,33

Tabela 29: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

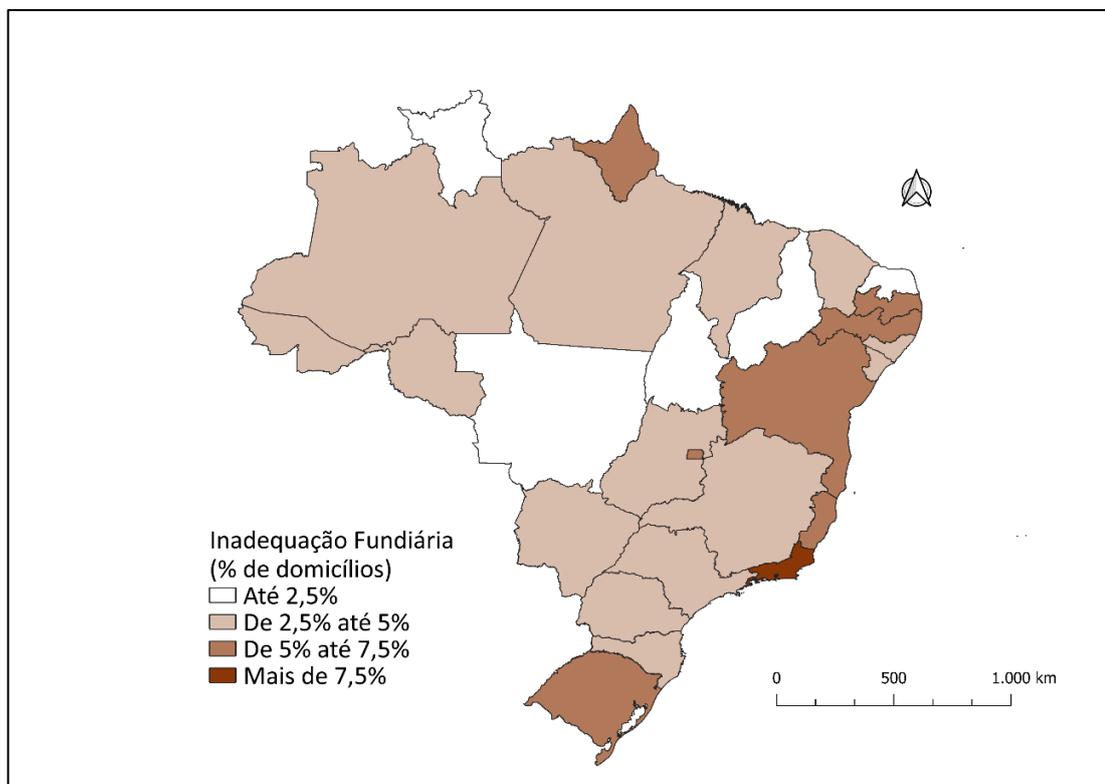
Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Nordeste</b>		
<i>RM Maceió</i>	26.716	5,86
Sergipe	20.243	3,48
<i>RM Aracaju</i>	15.074	4,83
Bahia	243.058	6,67
<i>RM Salvador</i>	176.968	12,84
<b>Sudeste</b>	<b>1.447.014</b>	4,99
Minas Gerais	164.535	2,57
<i>RM Belo Horizonte</i>	58.534	3,18
Espírito Santo	82.021	6,84
<i>RM Grande Vitória</i>	60.168	8,82
Rio de Janeiro	520.663	8,43
<i>RM Rio de Janeiro</i>	458.486	9,76
São Paulo	679.796	4,46
<i>RM São Paulo</i>	484.775	6,52
<b>Sul</b>	<b>490.190</b>	<b>5,33</b>
Paraná	151.339	4,41
<i>RM Curitiba</i>	58.899	5,19
Santa Catarina	105.200	4,89
<i>RM Florianópolis</i>	44.827	12,02
Rio Grande do Sul	233.651	6,46
<i>RM Porto Alegre</i>	120.239	8,02
<b>Centro-Oeste</b>	<b>218.004</b>	<b>4,46</b>
Mato Grosso do Sul	27.755	3,39
Mato Grosso	21.728	2,28
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	14.168	4,69
Goiás	99.517	4,57
<i>RM Goiânia</i>	55.395	6,17
Distrito Federal	69.003	7,31
<b>Brasil</b>	<b>2.996.006</b>	<b>4,91</b>
<i>Total das RM</i>	1.936.646	7,27
Demais áreas	1.059.360	3,09

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

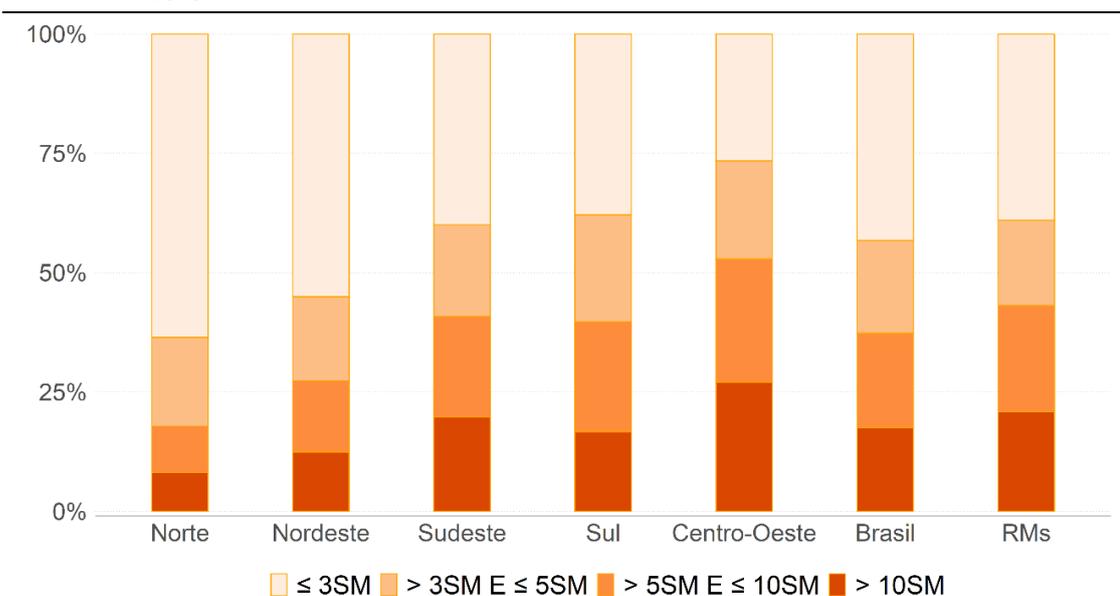
Mapa 17: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 33: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

#### 4.2 Domicílios inadequados

Uma vez apresentados os dados dos componentes da inadequação de domicílios, mostra-se a seguir o indicador geral de domicílios inadequados. Em 2018, cerca de 23,668 milhões de domicílios exibiram ao menos um tipo de inadequação no Brasil, o equivalente a 38,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Em termos absolutos, as regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram os maiores números de domicílios inadequados: 8,478 milhões e 6,204 milhões respectivamente (TABELA 30).

Do ponto de vista relativo, Norte e Nordeste foram as regiões mais afetadas: respectivamente, 74% e 61,2% dos domicílios apresentaram algum tipo de inadequação (TABELA 30 e MAPA 18). Em quase todas as unidades federativas de ambas as regiões é possível observar um percentual de inadequação superior a 50%. Exceções: Tocantins e Sergipe (MAPA 18). Fora das regiões Norte e Nordeste, o Rio Grande do Sul possui um percentual de domicílios superior a 50%. Como explicado anteriormente, todavia, esse resultado se deve ao indicador de armazenamento de água, e não necessariamente é um problema de bem estar, já que o estado apresenta um dos menores percentuais de inadequação quanto ao abastecimento. É possível que a própria ausência de caixa d'água se deva à frequência do abastecimento, fazendo com que muitos domicílios dispensem esse item. Todas as unidades federativas da região Sudeste apresentaram percentual de inadequação inferior a 35%, contribuindo para que a região Sudeste possua o menor nível de inadequação (21,3%) se comparado ao das demais regiões.

Tabela 30: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continua)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Norte</b>	<b>2.986.634</b>	<b>73,99</b>
Rondônia	325.127	73,73
Acre	160.453	84,28
Amazonas	582.886	63,30
<i>RM Manaus</i>	<i>391.300</i>	<i>55,65</i>
Roraima	93.732	74,05
Pará	1.455.540	82,84
<i>RM Belém</i>	<i>531.830</i>	<i>80,56</i>
Amapá	166.034	85,34
<i>RM Macapá</i>	<i>132.880</i>	<i>84,97</i>
Tocantins	202.862	49,91

Tabela 30: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Continuação)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Nordeste</b>	<b>8.478.844</b>	<b>61,27</b>
Maranhão	940.238	71,24
<i>RM Grande São Luís</i>	237.818	67,99
Piauí	357.947	53,77
<i>RIDE Grande Teresina</i>	178.524	57,23
Ceará	1.161.793	50,49
<i>RM Fortaleza</i>	583.350	45,19
Rio Grande do Norte	660.012	75,63
<i>RM Natal</i>	235.817	53,65
Paraíba	640.500	64,15
<i>RM João Pessoa</i>	239.981	62,52
Pernambuco	1.991.162	75,95
<i>RM Recife</i>	913.091	67,60
Alagoas	509.376	61,24
<i>RM Maceió</i>	236.448	51,84
Sergipe	287.084	49,30
<i>RM Aracaju</i>	104.646	33,50
Bahia	1.930.732	52,96
<i>RM Salvador</i>	605.998	43,97
<b>Sudeste</b>	<b>6.204.272</b>	<b>21,38</b>
Minas Gerais	1.078.252	16,85
<i>RM Belo Horizonte</i>	253.550	13,78
Espírito Santo	241.993	20,18
<i>RM Grande Vitória</i>	158.554	23,23
Rio de Janeiro	1.943.740	31,47
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.522.442	32,42
São Paulo	2.940.287	19,29
<i>RM São Paulo</i>	1.665.514	22,41
<b>Sul</b>	<b>3.879.025</b>	<b>42,17</b>
Paraná	1.215.791	35,45
<i>RM Curitiba</i>	282.086	24,86
Santa Catarina	705.003	32,78
<i>RM Florianópolis</i>	101.313	27,16
Rio Grande do Sul	1.958.231	54,11
<i>RM Porto Alegre</i>	729.547	48,65
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.119.551</b>	<b>43,34</b>
Mato Grosso do Sul	309.821	37,87
Mato Grosso	420.453	44,10
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	174.974	57,93

Tabela 30: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2018

(Conclusão)

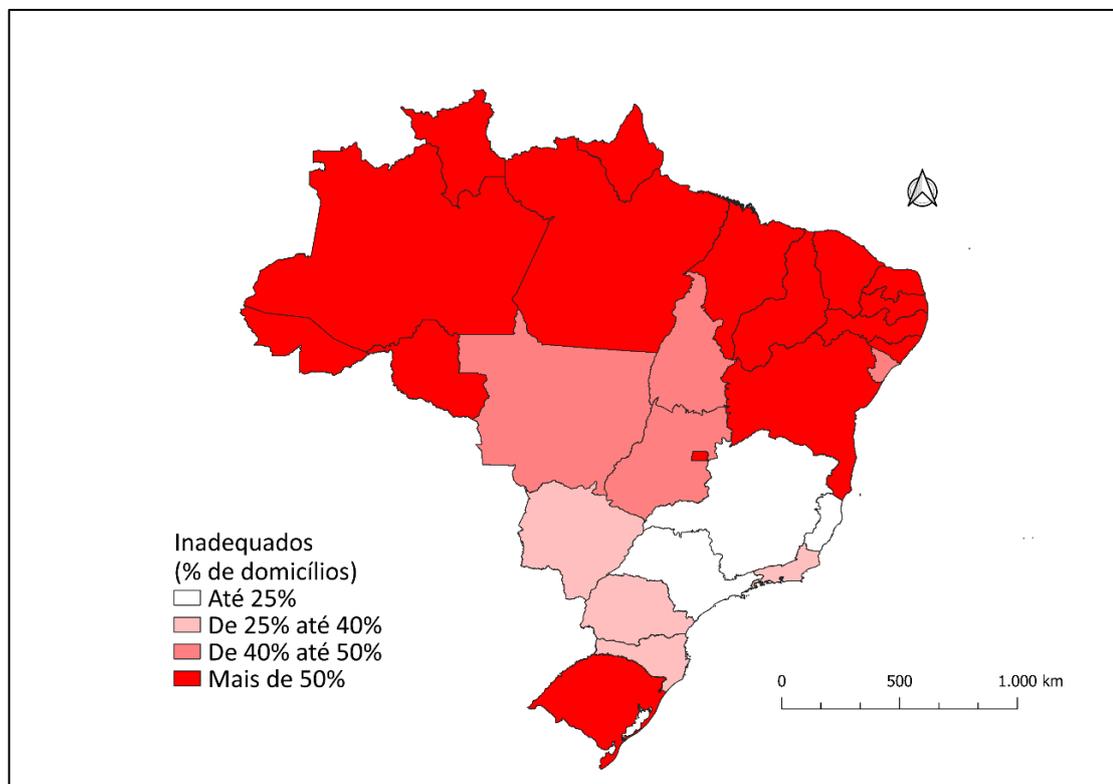
Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.119.551</b>	<b>43,34</b>
Goiás	870.324	40,00
<i>RM Goiânia</i>	<i>300.003</i>	<i>33,42</i>
Distrito Federal	518.953	55,00
<b>Brasil</b>	<b>23.668.325</b>	<b>38,81</b>
<i>Total das RM</i>	<i>9.681.867</i>	<i>35,95</i>
Demais áreas	13.986.458	41,04

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Mapa 18: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2018



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2018).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 5 INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS 2019

### 5.1 Critérios de inadequação dos domicílios

Entre os três grandes indicadores supracitados, a inadequação de infraestrutura urbana foi a que mais afetou os domicílios brasileiros em 2019, seguindo o padrão verificado nos anos anteriores. No âmbito nacional, cerca de 14,257 milhões de domicílios apresentaram inadequação em, pelo menos, um tipo de serviço de infraestrutura, o correspondente a 22,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país.

Pela perspectiva regional, observou-se para o Nordeste o maior número de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura em 2019: 6,490 milhões. Em seguida, as regiões Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste com, respectivamente, 3,393 milhões, 2,163 milhões, 1,220 milhão e 990 mil domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 31 e GRÁFICO 34). Considerando termos relativos, a região Norte mostrou o maior percentual de domicílios com ao menos um serviço de infraestrutura inadequado, pouco mais da metade do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (52,2%). Aparecem, em seguida, as regiões Nordeste, com 45,2%; Centro-Oeste, com 19,8%; Sul, com 12,9%; e Sudeste, com 11,5% (TABELA 32 e GRÁFICO 35). Para o recorte metropolitano, por sua vez, verificou-se que a inadequação de infraestrutura é relativamente menor nas regiões metropolitanas quando comparadas às demais áreas. Para as primeiras, o percentual é de 19,9% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos; para as últimas, de 25,1%.

As inadequações edilícias aparecem em segundo lugar em termos absolutos. Em 2019, o indicador somou mais de 11,246 milhões de domicílios no Brasil. Do ponto de vista regional, novamente o Nordeste apresentou os maiores números: 3,289 milhões de domicílios com ao menos uma carência edilícia. Logo após aparece a região Sul, com 2,875 milhões de domicílios inadequados por esse critério. Vale observar que ela é a única região cujo número de domicílios com inadequação edilícia é superior em relação à inadequação de infraestrutura. Nas tabelas seguintes, será possível verificar a causa desse comportamento. As regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste aparecem em seguida: respectivamente, 2,632 milhões, 1,647 milhão e 801 mil domicílios com ao menos uma inadequação edilícia em 2019 (TABELA 31 e GRÁFICO 34).

Analisando a inadequação edilícia em termos relativos, a região Norte foi a que apresentou maior percentual de domicílios para o indicador em questão: 39,7% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 32 e GRÁFICO 35). Posteriormente aparecem as regiões Sul, com 30,3%; Nordeste, com 22,9%; Centro-Oeste, com 16%; e Sudeste, com 8,9%. Do ponto de vista do recorte metropolitano, observa-se que as regiões metropolitanas apresentam menor

percentual de domicílios com, pelo menos, uma inadequação edilícia em relação às demais áreas: 16,5% para as regiões metropolitanas ante 19,2% para as demais áreas.

Por fim, a inadequação fundiária se mostrou presente em cerca de 3,557 milhões de domicílios brasileiros em 2019. Em termos absolutos, o Sudeste apresentou o maior número de domicílios inadequados sob esse aspecto, chegando a 1,928 milhão (TABELA 31 e GRÁFICO 34). As regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste aparecem imediatamente após: respectivamente, 825 mil, 445 mil, 187 mil e 170 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário. Em termos relativos, as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram os maiores percentuais: respectivamente, 6,5% e 5,7% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação fundiária. São seguidas do Sul (4,7%), Norte (4,5%) e Centro-Oeste (3,4%). Ao contrário das inadequações de infraestrutura e edilícia, as regiões metropolitanas apresentaram maior percentual de domicílios com inadequação fundiária em relação às demais áreas: 8,6% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos para as primeiras, 3,5% para as últimas.

Tabela 31: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edilícias (3)	Inadequação Fundiária
Norte	2.163.877	1.647.593	187.080
Nordeste	6.490.218	3.289.035	825.083
Sudeste	3.393.219	2.632.979	1.928.980
Sul	1.220.004	2.875.220	445.094
Centro-Oeste	990.077	801.540	170.880
<b>Brasil</b>	<b>14.257.395</b>	<b>11.246.366</b>	<b>3.557.117</b>
<i>Total das RM</i>	<i>5.412.592</i>	<i>4.473.434</i>	<i>2.336.672</i>
Demais áreas	8.844.803	6.772.932	1.220.445

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edilícia.

Tabela 32: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

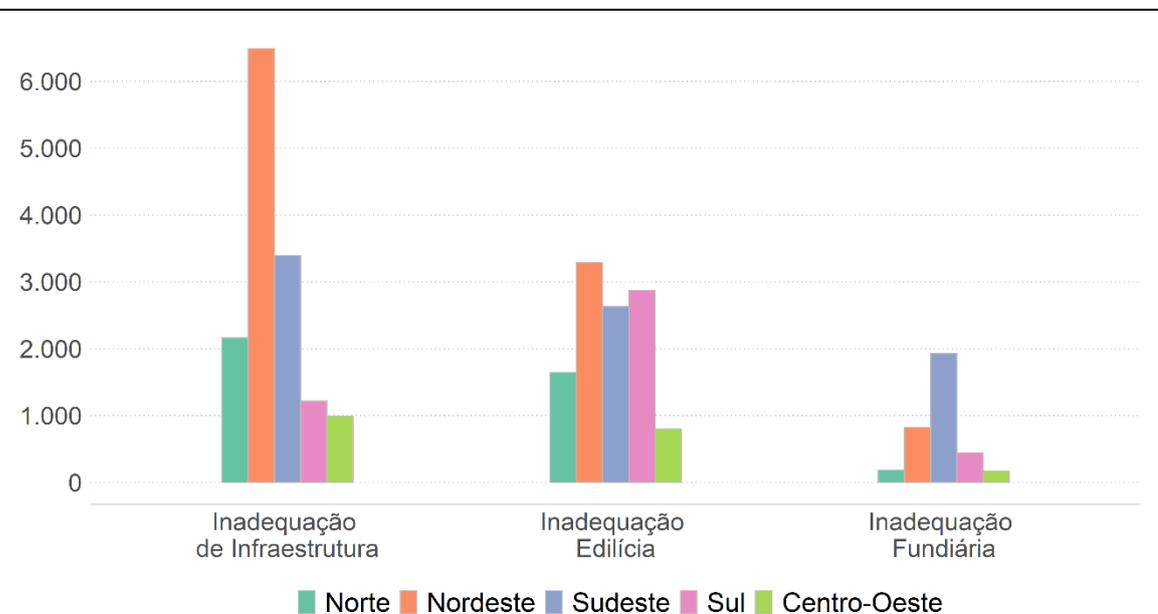
Especificação	Inadequações de infraestrutura (2)	Inadequações edilícias (3)	Inadequação Fundiária
Norte	52,17	39,72	4,51
Nordeste	45,23	22,92	5,75
Sudeste	11,49	8,92	6,53
Sul	12,89	30,38	4,70
Centro-Oeste	19,80	16,03	3,42
<b>Brasil</b>	<b>22,82</b>	<b>18,00</b>	<b>5,69</b>
<i>Total das RM</i>	<i>19,91</i>	<i>16,45</i>	<i>8,59</i>
Demais áreas	25,06	19,19	3,46

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional. (2) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação de infraestrutura. (3) Domicílios com pelo menos um tipo de inadequação edilícia.

Gráfico 34: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis (1), segundo regiões geográficas – Brasil – 2019

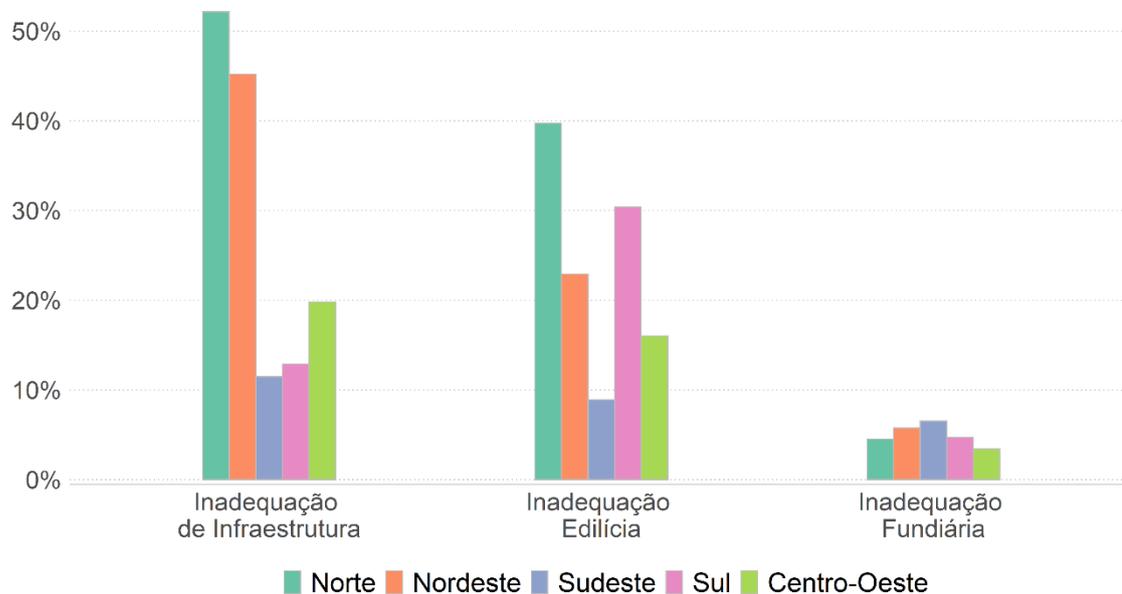


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Gráfico 35: Distribuição dos critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis relativamente ao total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1), segundo regiões geográficas — Brasil — 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

### 5.1.1 Inadequação de infraestrutura urbana

Nesta seção, apresentam-se mais detalhadamente os dados da inadequação de infraestrutura urbana e seus subindicadores para 2019. Como exposto anteriormente, a região Nordeste é a que apresenta o maior número de domicílios com, pelo menos, uma inadequação desse tipo, chegando a 6,490 milhões. Esse resultado se deve, principalmente, aos números de Pernambuco e Bahia, as unidades federativas com os maiores valores absolutos na região: 1,947 milhão e 1,417 milhão de domicílios inadequados do ponto de vista da infraestrutura (TABELA 33). Contribuindo para que a região Sudeste fosse a segunda em termos absolutos, em 2019, aparecem Rio de Janeiro e São Paulo: respectivamente, 1,419 milhão e 1,186 milhão de domicílios inadequados.

Ao se analisar os dados da inadequação de infraestrutura pela perspectiva relativa, observa-se uma distribuição bem delineada geograficamente (MAPA 19). Destacam-se, aqui, Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Rio Grande do Norte e Pernambuco, com percentuais de domicílios com alguma inadequação de infraestruturas superiores a 50% do total de domicílios particulares permanentes

duráveis urbanos (TABELA 33). Rio de Janeiro também chama a atenção por ser o único estado do eixo Sul-Sudeste a apresentar percentual acima dos 15%. Por outro lado, Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo foram as unidades da Federação com menores percentuais de domicílios inadequados sob o critério em análise.

Tabela 33: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Norte</b>	<b>2.163.877</b>	<b>52,17</b>
Rondônia	268.898	59,43
Acre	158.116	80,57
Amazonas	301.264	33,00
<i>RM Manaus</i>	<i>181.075</i>	<i>26,27</i>
Roraima	37.932	30,59
Pará	1.120.898	60,97
<i>RM Belém</i>	<i>344.932</i>	<i>50,09</i>
Amapá	132.025	68,23
<i>RM Macapá</i>	<i>96.591</i>	<i>64,88</i>
Tocantins	144.745	33,62
<b>Nordeste</b>	<b>6.490.218</b>	<b>45,23</b>
Maranhão	695.428	48,91
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>218.137</i>	<i>54,66</i>
Piauí	124.459	18,54
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>41.077</i>	<i>13,08</i>
Ceará	647.909	28,31
<i>RM Fortaleza</i>	<i>201.764</i>	<i>15,87</i>
Rio Grande do Norte	609.373	66,59
<i>RM Natal</i>	<i>222.556</i>	<i>47,29</i>
Paraíba	428.682	41,77
<i>RM João Pessoa</i>	<i>80.630</i>	<i>19,74</i>
Pernambuco	1.947.595	70,88
<i>RM Recife</i>	<i>882.979</i>	<i>63,88</i>
Alagoas	361.225	41,07
<i>RM Maceió</i>	<i>127.247</i>	<i>26,53</i>
Sergipe	258.465	41,96
<i>RM Aracaju</i>	<i>73.293</i>	<i>22,39</i>

Tabela 33: Inadequação de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

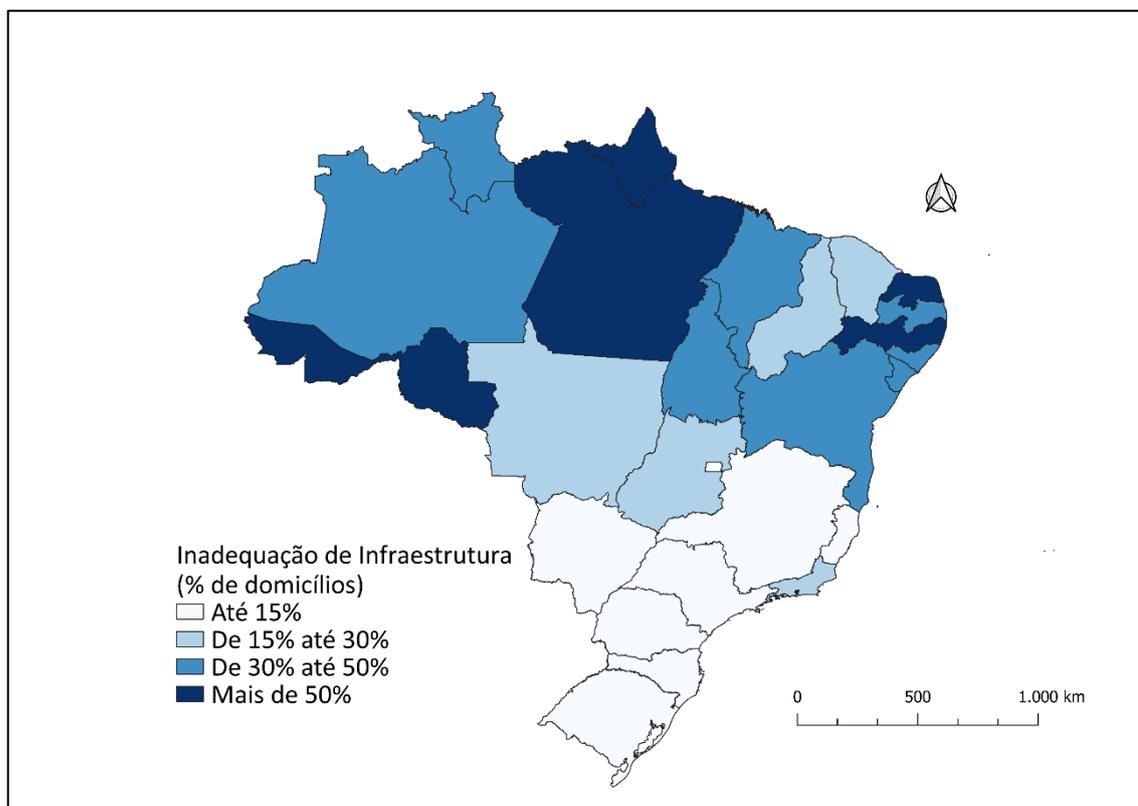
Especificação	Inadequação de Infraestrutura	
	Inadequação de infraestrutura de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de infraestrutura
<b>Nordeste</b>		
Bahia	1.417.081	37,44
<i>RM Salvador</i>	257.299	17,71
<b>Sudeste</b>	<b>3.393.219</b>	<b>11,49</b>
Minas Gerais	661.737	10,14
<i>RM Belo Horizonte</i>	118.446	6,31
Espírito Santo	125.321	10,23
<i>RM Grande Vitória</i>	67.723	9,77
Rio de Janeiro	1.419.545	22,44
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.028.023	21,65
São Paulo	1.186.617	7,68
<i>RM São Paulo</i>	806.410	10,80
<b>Sul</b>	<b>1.220.004</b>	<b>12,89</b>
Paraná	466.687	13,22
<i>RM Curitiba</i>	105.698	8,85
Santa Catarina	301.586	13,84
<i>RM Florianópolis</i>	30.417	7,81
Rio Grande do Sul	451.730	12,03
<i>RM Porto Alegre</i>	186.788	11,70
<b>Centro-Oeste</b>	<b>990.077</b>	<b>19,80</b>
Mato Grosso do Sul	108.759	13,11
Mato Grosso	273.297	28,57
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	131.996	46,15
Goiás	580.917	25,73
<i>RM Goiânia</i>	209.512	23,19
Distrito Federal	27.105	2,83
<b>Brasil</b>	<b>14.257.395</b>	<b>22,82</b>
<i>Total das RM</i>	5.412.592	19,91
Demais áreas	8.844.803	25,06

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

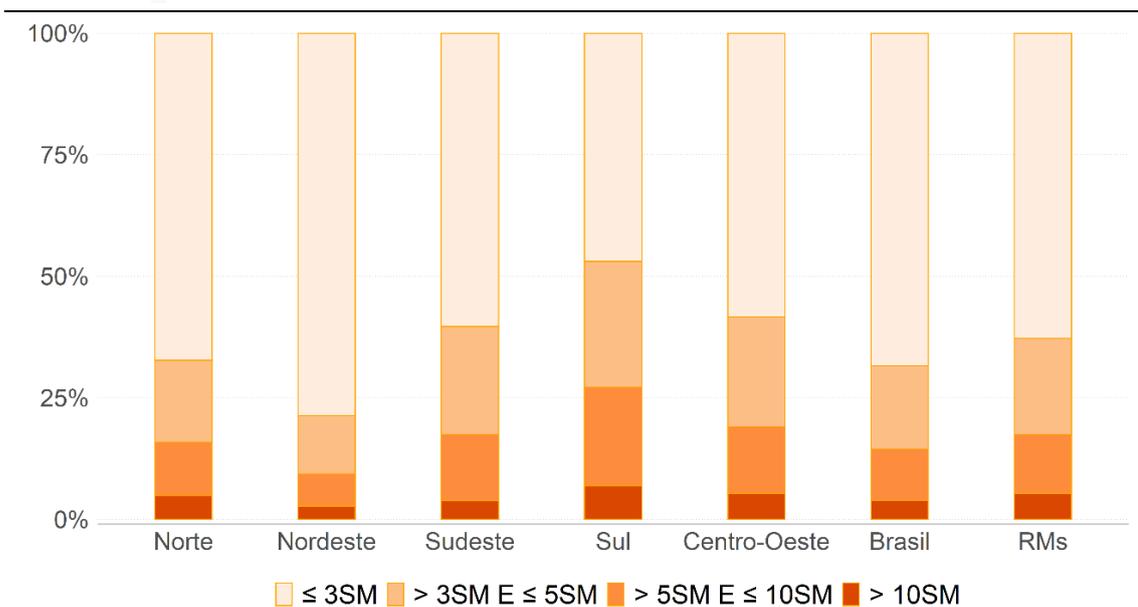
Mapa 19: Inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 36: Inadequação de infraestrutura urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação de infraestrutura urbana: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e provisão de energia elétrica. Entre eles, o abastecimento é o componente com maior número de domicílios no âmbito nacional. Atinge cerca 10,725 milhões de domicílios brasileiros, 17,2% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (TABELAS 34 e 35).

Conforme já apontado, para a PnadC 2019, há separação das categorias “fossa séptica não ligada à rede” e “fossa rudimentar”. Assim foi possível especificar por faixas de renda média domiciliar mensal a inadequação do esgotamento sanitário (GRÁFICO 38). A partir do gráfico 38, constata-se como essa inadequação se concentra nos segmentos até três salários mínimos. Em todas as regiões, é nessa faixa que se concentram mais de 50% dos domicílios com inadequação do esgotamento sanitário. Não obstante, é possível observar maior heterogeneidade nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, pois há maior peso das faixas acima de três salários mínimos.

Assim, verifica-se que, enquanto a inadequação relacionada ao abastecimento e ao esgotamento se mostram problemas importantes no país, ainda que em magnitudes distintas, a provisão de energia elétrica e a coleta de lixo são mais localizadas (MAPA 20), especialmente, em termos relativos, em Roraima, Sergipe e Amazonas para o primeiro; e Maranhão, Pernambuco e Amazonas para coleta de lixo. Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se que a inadequação pelo abastecimento foi um problema mais incidente nas faixas até três salários mínimos, mas principalmente para a região Nordeste (GRÁFICO 37). Já a inadequação quanto à energia elétrica também se mostrou presente em estratos de renda domiciliar mais elevados, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país (GRÁFICO 38). A inadequação pela coleta de lixo, por sua vez, predominou nas faixas de renda domiciliar mais baixas, destoando apenas no caso da região Sul (GRÁFICO 40).

Tabela 34: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>1.653.130</b>	<b>887.678</b>	<b>86.619</b>	<b>39.723</b>
Rondônia	211.947	101.063	2.913	4.230
Acre	150.119	47.598	2.908	171
Amazonas	182.188	151.758	24.723	18.260
<i>RM Manaus</i>	126.805	56.334	10.183	12.418
Roraima	11.060	24.730	2.975	4.706
Pará	957.633	396.352	44.956	7.801
<i>RM Belém</i>	299.172	93.725	21.404	2.798
Amapá	97.675	54.572	449	401
<i>RM Macapá</i>	75.008	34.238	449	401
Tocantins	42.508	111.605	7.695	4.152
<b>Nordeste</b>	<b>5.260.150</b>	<b>2.108.666</b>	<b>319.425</b>	<b>82.195</b>
Maranhão	525.167	213.994	94.012	9.270
<i>RM Grande São Luís</i>	206.565	31.831	13.116	1.765
Piauí	62.902	59.992	10.540	3.739
<i>RIDE Grande Teresina</i>	8.785	29.489	4.279	903
Ceará	510.560	225.531	38.132	9.752
<i>RM Fortaleza</i>	166.773	52.550	6.061	4.111
Rio Grande do Norte	335.358	433.287	7.796	2.256
<i>RM Natal</i>	53.438	200.779	3.940	863
Paraíba	389.572	93.078	12.787	3.975
<i>RM João Pessoa</i>	69.155	13.136	6.310	532
Pernambuco	1.878.428	298.072	87.684	6.957
<i>RM Recife</i>	825.289	195.838	58.381	4.995
Alagoas	228.988	202.005	10.949	8.273
<i>RM Maceió</i>	61.098	89.690	6.503	733
Sergipe	194.778	120.454	8.917	13.789
<i>RM Aracaju</i>	45.976	31.015	6.524	7.333
Bahia	1.134.396	462.253	48.608	24.184
<i>RM Salvador</i>	226.431	38.214	10.222	5.237
<b>Sudeste</b>	<b>2.557.431</b>	<b>917.476</b>	<b>102.748</b>	<b>149.731</b>
Minas Gerais	351.182	337.879	43.029	23.997
<i>RM Belo Horizonte</i>	39.278	76.920	10.951	4.213
Espírito Santo	68.640	56.922	8.115	4.005
<i>RM Grande Vitória</i>	33.886	33.794	2.263	2.826
Rio de Janeiro	1.316.978	190.225	21.915	24.087
<i>RM Rio de Janeiro</i>	973.982	112.567	19.264	19.508
São Paulo	820.631	332.450	29.689	97.643
<i>RM São Paulo</i>	520.322	266.424	23.174	55.875

Tabela 34: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Sul</b>	<b>703.700</b>	<b>512.813</b>	<b>27.796</b>	<b>82.338</b>
Paraná	203.159	247.398	10.025	46.423
<i>RM Curitiba</i>	77.517	16.735	-	33.461
Santa Catarina	233.457	74.480	7.441	17.698
<i>RM Florianópolis</i>	22.814	7.040	653	1.131
Rio Grande do Sul	267.084	190.934	10.330	18.216
<i>RM Porto Alegre</i>	160.638	30.746	1.601	6.186
<b>Centro-Oeste</b>	<b>551.423</b>	<b>489.453</b>	<b>16.762</b>	<b>52.156</b>
Mato Grosso do Sul	52.305	56.662	5.944	10.075
Mato Grosso	206.235	79.250	4.802	6.732
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	128.255	5.347	2.850	842
Goiás	277.538	344.565	4.709	31.897
<i>RM Goiânia</i>	129.839	101.251	-	15.376
Distrito Federal	15.344	8.976	1.307	3.452
<b>Brasil</b>	<b>10.725.833</b>	<b>4.916.086</b>	<b>553.350</b>	<b>406.143</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.251.037</i>	<i>1.517.663</i>	<i>208.126</i>	<i>181.508</i>
Demais áreas	6.474.806	3.398.423	345.224	224.635

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 35: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Norte</b>	<b>39,85</b>	<b>21,40</b>	<b>2,09</b>	<b>0,96</b>
Rondônia	46,84	22,34	0,64	0,93
Acre	76,50	24,26	1,48	0,09
Amazonas	19,96	16,63	2,71	2,00
<i>RM Manaus</i>	18,40	8,17	1,48	1,80
Roraima	8,92	19,94	2,40	3,80
Pará	52,09	21,56	2,45	0,42
<i>RM Belém</i>	43,45	13,61	3,11	0,41
Amapá	50,48	28,20	0,23	0,21
<i>RM Macapá</i>	50,38	23,00	0,30	0,27
Tocantins	9,87	25,93	1,79	0,96
<b>Nordeste</b>	<b>36,65</b>	<b>14,69</b>	<b>2,23</b>	<b>0,57</b>
Maranhão	36,93	15,05	6,61	0,65
<i>RM Grande São Luís</i>	51,76	7,98	3,29	0,44
Piauí	9,37	8,94	1,57	0,56
<i>RIDE Grande Teresina</i>	2,80	9,39	1,36	0,29
Ceará	22,31	9,86	1,67	0,43
<i>RM Fortaleza</i>	13,12	4,13	0,48	0,32
Rio Grande do Norte	36,65	47,35	0,85	0,25
<i>RM Natal</i>	11,35	42,66	0,84	0,18
Paraíba	37,96	9,07	1,25	0,39
<i>RM João Pessoa</i>	16,93	3,22	1,54	0,13
Pernambuco	68,37	10,85	3,19	0,25
<i>RM Recife</i>	59,71	14,17	4,22	0,36
Alagoas	26,04	22,97	1,25	0,94
<i>RM Maceió</i>	12,74	18,70	1,36	0,15
Sergipe	31,62	19,56	1,45	2,24
<i>RM Aracaju</i>	14,04	9,47	1,99	2,24
Bahia	29,97	12,21	1,28	0,64
<i>RM Salvador</i>	15,59	2,63	0,70	0,36
<b>Sudeste</b>	<b>8,66</b>	<b>3,11</b>	<b>0,35</b>	<b>0,51</b>
Minas Gerais	5,38	5,18	0,66	0,37
<i>RM Belo Horizonte</i>	2,09	4,10	0,58	0,22
Espírito Santo	5,60	4,64	0,66	0,33
<i>RM Grande Vitória</i>	4,89	4,87	0,33	0,41
Rio de Janeiro	20,82	3,01	0,35	0,38
<i>RM Rio de Janeiro</i>	20,51	2,37	0,41	0,41
São Paulo	5,31	2,15	0,19	0,63
<i>RM São Paulo</i>	6,97	3,57	0,31	0,75

Tabela 35: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação de infraestrutura, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

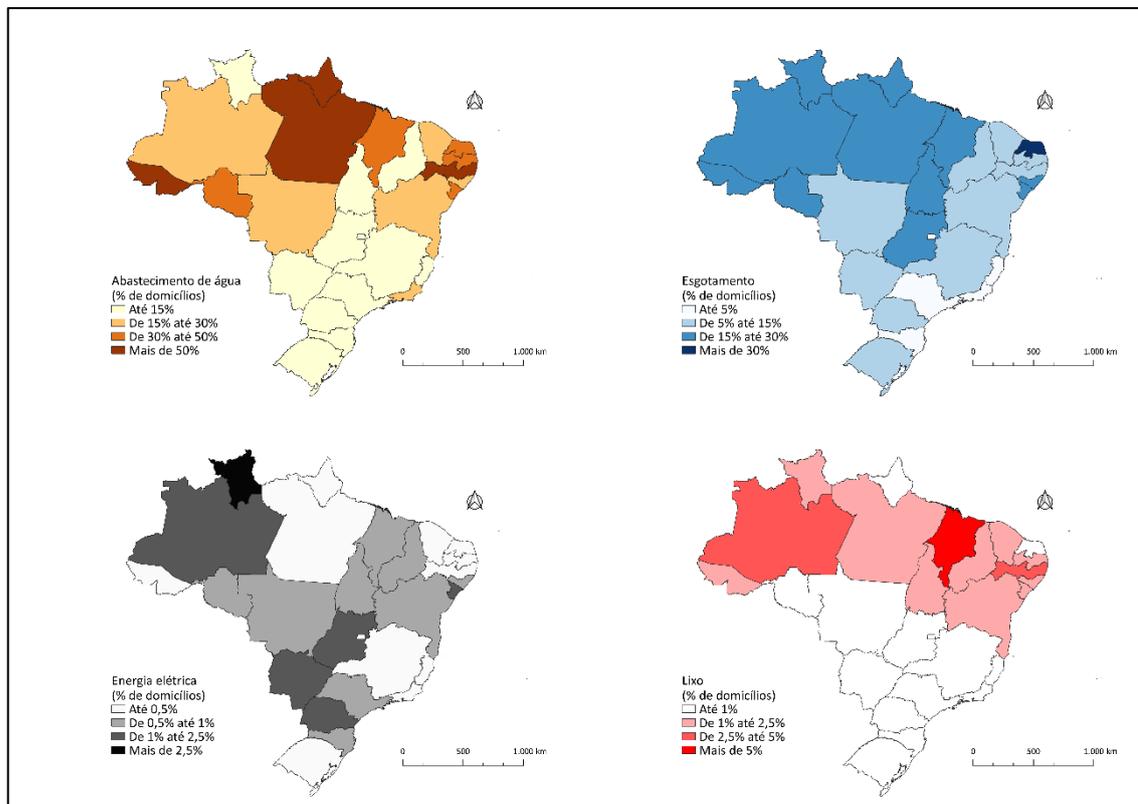
Especificação	Componentes da Inadequação de Infraestrutura			
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Energia elétrica
<b>Sul</b>	<b>7,44</b>	<b>5,42</b>	<b>0,29</b>	<b>0,87</b>
Paraná	5,76	7,01	0,28	1,32
<i>RM Curitiba</i>	6,49	1,40	-	2,80
Santa Catarina	10,71	3,42	0,34	0,81
<i>RM Florianópolis</i>	5,86	1,81	0,17	0,29
Rio Grande do Sul	7,11	5,08	0,28	0,49
<i>RM Porto Alegre</i>	10,06	1,93	0,10	0,39
<b>Centro-Oeste</b>	<b>11,03</b>	<b>9,79</b>	<b>0,34</b>	<b>1,04</b>
Mato Grosso do Sul	6,30	6,83	0,72	1,21
Mato Grosso	21,56	8,29	0,50	0,70
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	44,84	1,87	1,00	0,29
Goiás	12,29	15,26	0,21	1,41
<i>RM Goiânia</i>	14,37	11,21	-	1,70
Distrito Federal	1,60	0,94	0,14	0,36
<b>Brasil</b>	<b>17,17</b>	<b>7,87</b>	<b>0,89</b>	<b>0,65</b>
<i>Total das RM</i>	<i>15,63</i>	<i>5,58</i>	<i>0,77</i>	<i>0,67</i>
Demais áreas	18,34	9,63	0,98	0,64

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

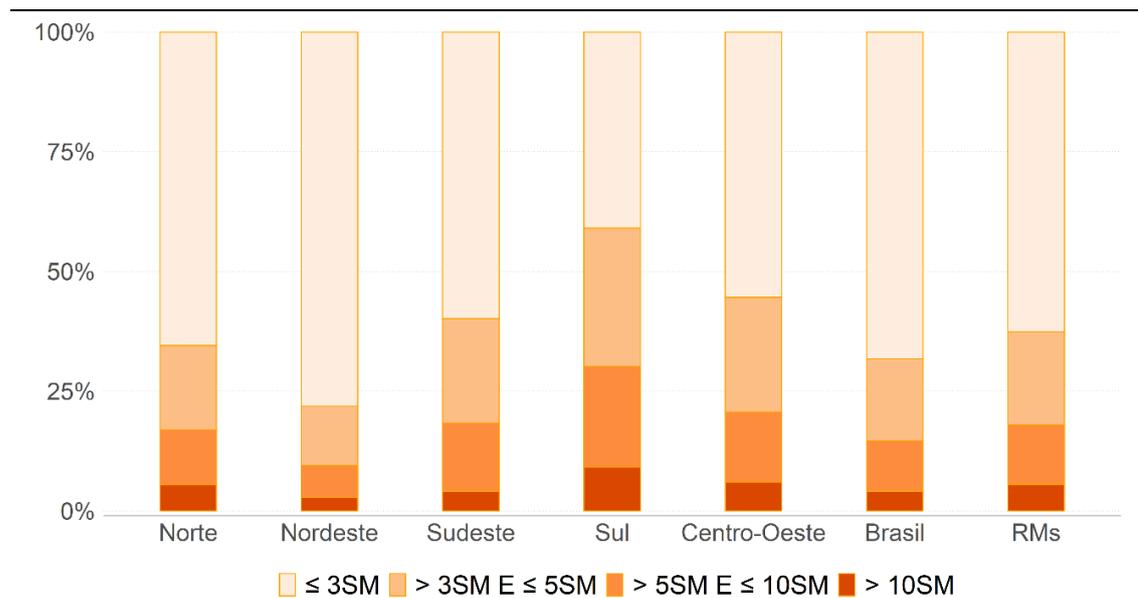
Mapa 20: Indicadores da inadequação de infraestrutura urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

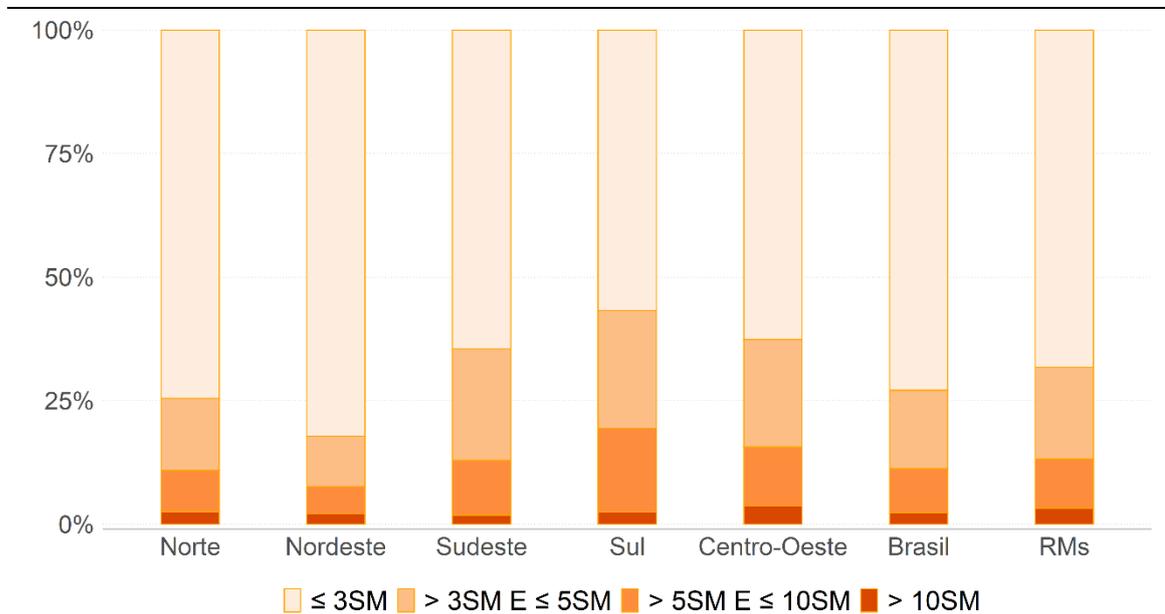
Gráfico 37: Inadequação quanto ao abastecimento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – 2019.

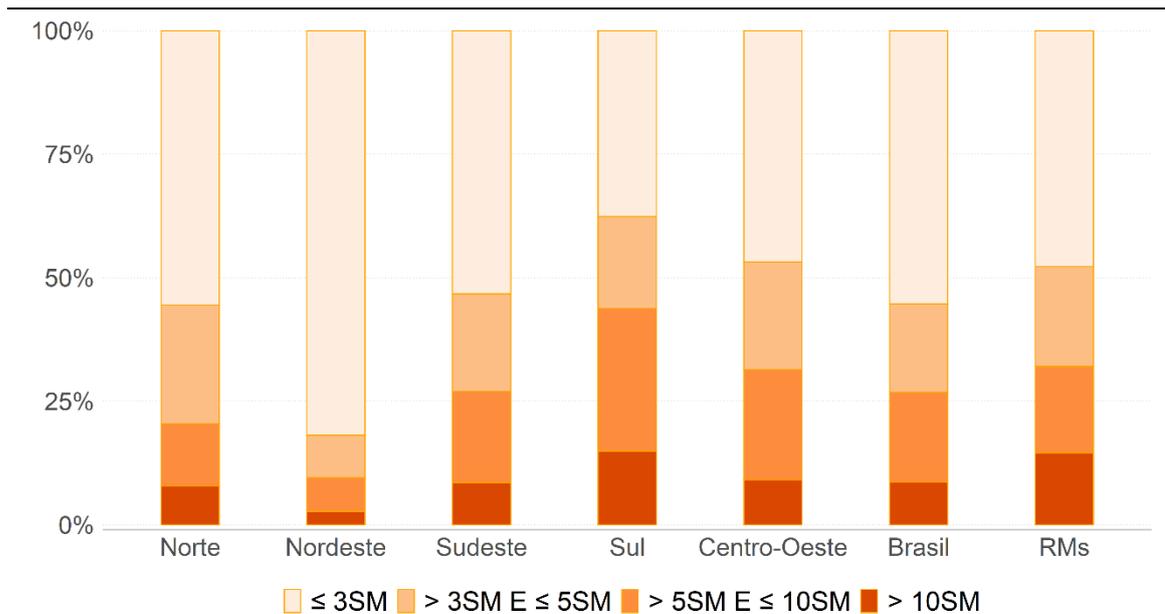
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 38: Inadequação quanto ao esgotamento sanitário, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



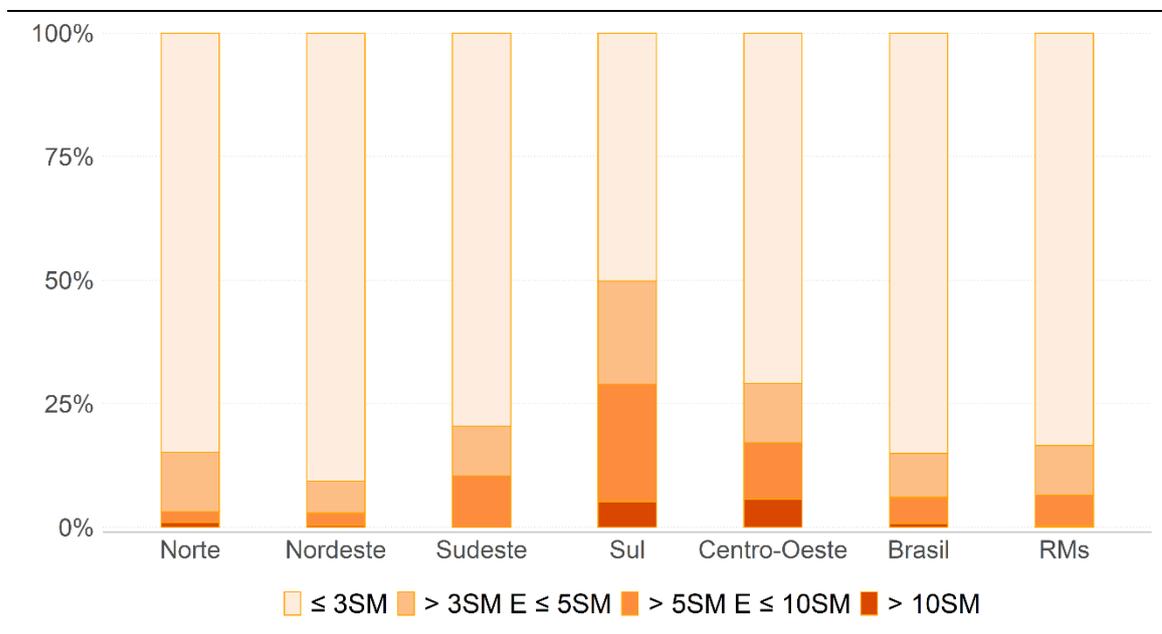
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 39: Inadequação quanto a provisão de energia elétrica, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 40: Inadequação quanto a coleta de lixo, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 5.1.2 Inadequação edilícia

A presente seção aborda os dados referentes às inadequações edilícias. A respeito do indicador geral, a região Nordeste foi a que apresentou o maior número de domicílios com ao menos uma carência edilícia: 3,289 milhões em 2019. Os estados que mais contribuíram para tal resultado foram Bahia e Ceará: respectivamente, 692 mil e 571 mil domicílios inadequados sob o critério em questão (TABELA 36). Em seguida, aparece a região Sul, com 2,875 milhões de domicílios inadequados do ponto de vista da edificação. Deles, mais da metade (1,696 milhões) estão localizados no Rio Grande do Sul.

Pela perspectiva relativa, a região Norte é a que apresentou o maior percentual de domicílios com alguma inadequação edilícia em 2019, 39,7% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELA 36). Destacam-se, nessa região, Roraima e Amazonas, onde mais da metade dos domicílios possuem alguma inadequação edilícia (MAPA 21): respectivamente, 66,9% e 54,2% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos. A região Sul aparece em seguida, com 30,4% dos domicílios considerados inadequados pelo indicador em análise, resultado influenciado pelo Rio Grande do Sul, onde 45,2% dos domicílios apresentaram alguma inadequação edilícia. Já os estados com menores percentuais se localizam na região Sudeste – Rio de Janeiro (4,8%) e Minas Gerais (6,9%).

Tabela 36: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Norte</b>	<b>1.647.593</b>	<b>39,72</b>
Rondônia	43.010	9,51
Acre	65.929	33,60
Amazonas	494.848	54,21
<i>RM Manaus</i>	<i>335.967</i>	<i>48,74</i>
Roraima	82.915	66,87
Pará	743.292	40,43
<i>RM Belém</i>	<i>340.798</i>	<i>49,49</i>
Amapá	81.570	42,16
<i>RM Macapá</i>	<i>64.065</i>	<i>43,03</i>
Tocantins	136.030	31,60
<b>Nordeste</b>	<b>3.289.035</b>	<b>22,92</b>
Maranhão	510.018	35,87
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>104.307</i>	<i>26,13</i>
Piauí	262.410	39,10
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>126.826</i>	<i>40,39</i>
Ceará	571.407	24,97
<i>RM Fortaleza</i>	<i>362.241</i>	<i>28,50</i>
Rio Grande do Norte	104.123	11,38
<i>RM Natal</i>	<i>57.285</i>	<i>12,17</i>
Paraíba	320.247	31,21
<i>RM João Pessoa</i>	<i>185.618</i>	<i>45,45</i>
Pernambuco	435.547	15,85
<i>RM Recife</i>	<i>234.214</i>	<i>16,95</i>
Alagoas	248.870	28,30
<i>RM Maceió</i>	<i>146.853</i>	<i>30,62</i>
Sergipe	144.320	23,43
<i>RM Aracaju</i>	<i>74.728</i>	<i>22,83</i>
Bahia	692.093	18,28
<i>RM Salvador</i>	<i>299.519</i>	<i>20,62</i>

Tabela 36: Inadequação edilícia em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

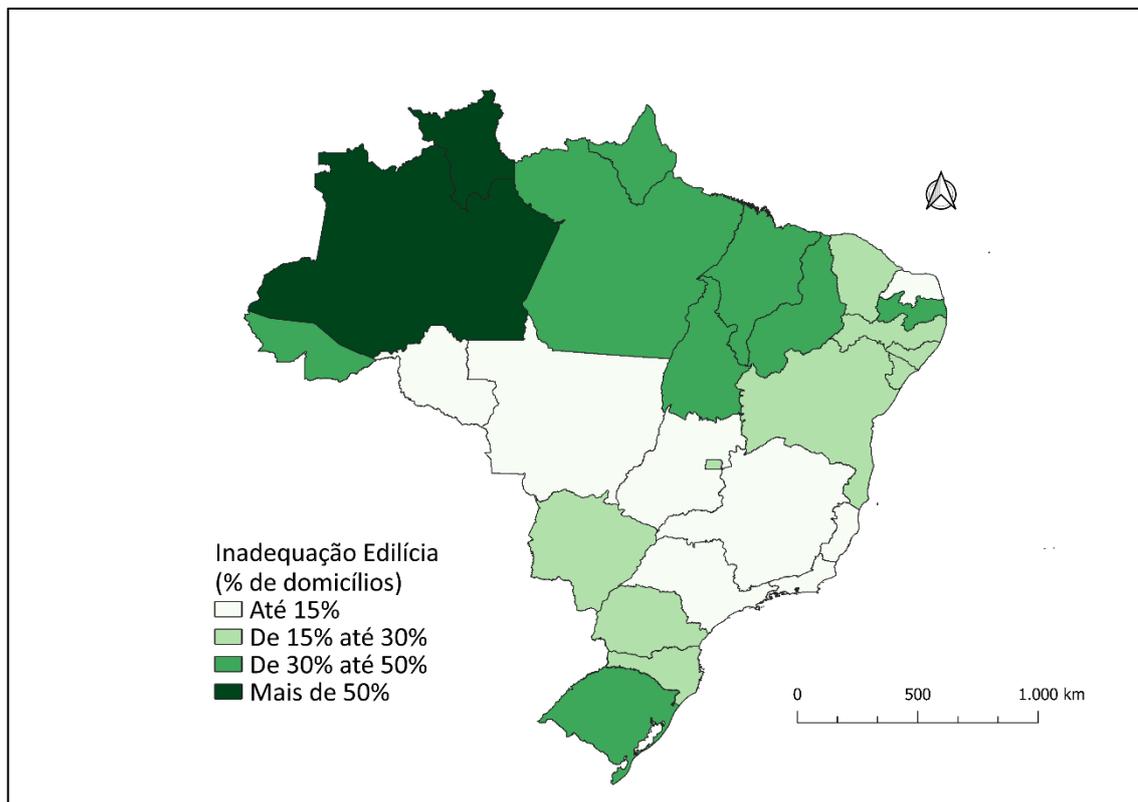
Especificação	Inadequação edilícia	
	Inadequação edilícia de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação edilícia
<b>Sudeste</b>	<b>2.632.979</b>	<b>8,92</b>
Minas Gerais	450.271	6,90
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>121.502</i>	<i>6,47</i>
Espírito Santo	108.693	8,87
<i>RM Grande Vitória</i>	<i>70.644</i>	<i>10,19</i>
Rio de Janeiro	303.142	4,79
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>228.149</i>	<i>4,80</i>
São Paulo	1.770.873	11,46
<i>RM São Paulo</i>	<i>751.301</i>	<i>10,06</i>
<b>Sul</b>	<b>2.875.220</b>	<b>30,38</b>
Paraná	820.761	23,25
<i>RM Curitiba</i>	<i>169.302</i>	<i>14,18</i>
Santa Catarina	358.310	16,44
<i>RM Florianópolis</i>	<i>29.506</i>	<i>7,58</i>
Rio Grande do Sul	1.696.148	45,17
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>654.207</i>	<i>40,98</i>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>801.540</b>	<b>16,03</b>
Mato Grosso do Sul	210.587	25,38
Mato Grosso	140.742	14,71
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>30.242</i>	<i>10,57</i>
Goiás	244.849	10,84
<i>RM Goiânia</i>	<i>86.162</i>	<i>9,54</i>
Distrito Federal	205.362	21,48
<b>Brasil</b>	<b>11.246.366</b>	<b>18,00</b>
<i>Total das RM</i>	<i>4.473.434</i>	<i>16,45</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>6.772.932</i>	<i>19,19</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

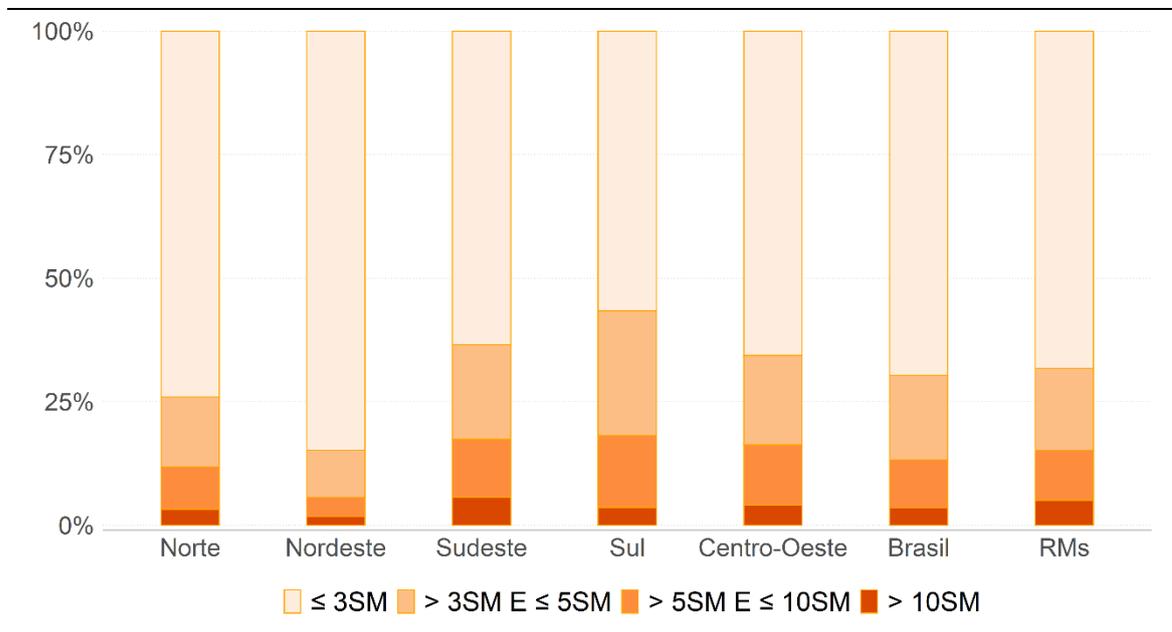
Mapa 21: Inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 41: Inadequação edilícia por faixas de renda média domiciliar mensal em salários mínimos (SM) segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A seguir, são apresentados os subindicadores da inadequação edilícia: armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado. Em 2019, observou-se que o armazenamento foi a inadequação mais presente entre os domicílios brasileiros tanto em termos absolutos como relativos. Foram contabilizados no país mais de nove milhões de domicílios sem caixa d'água, o equivalente a cerca de 14,4% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (TABELAS 37 e 38).

Ainda sobre o indicador de armazenamento, observou-se uma delimitação geográfica desse tipo de inadequação, que abrange principalmente as regiões Norte e Nordeste (MAPA 22). As exceções são Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. O último, em termos absolutos, é a unidade da Federação com o maior número de domicílios inadequados para o componente em questão – 1,567 milhão. Faz-se necessário ressaltar que, apesar de considerada inadequação, a ausência de caixa d'água no domicílio não necessariamente implica perda de bem estar caso a frequência do abastecimento seja adequada. Esse parece ser o caso do Rio Grande do Sul. Apenas 4,5% (70,9 mil) dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação de armazenamento apresentam também inadequação de abastecimento em 2019. Ademais, apenas 7,1% dos domicílios gaúchos apresentam inadequação de abastecimento (TABELA 35). Isso não ocorreu com os estados do Norte e do Nordeste, regiões onde a inadequação pelo abastecimento é mais grave.

Respectivamente, 20,5% (249 mil) e 24,7% (692 mil) de seus domicílios com inadequação de armazenamento possuem também inadequação de abastecimento.

Após o armazenamento de água, o componente de cômodos servindo como dormitórios foi o segundo tipo de inadequação edilícia mais presente entre os domicílios brasileiros, 1,886 milhão, aproximadamente 3% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país (TABELAS 37 e 38). Nota-se para esse indicador uma frequência mais distribuída entre as unidades federativas, ao contrário de outros componentes da carência edilícia, concentrados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, como os de ausência de banheiro e piso (MAPA 22). Configuração parecida se verifica nos gráficos por faixas de renda domiciliar. Embora os domicílios com baixa renda predominem em todos os componentes da inadequação, a ausência de banheiro exclusivo e o piso inadequado são problemas majoritariamente incidentes sobre domicílios com renda domiciliar mensal menor que cinco salários mínimos. Para os demais componentes, verifica-se maior distribuição dos domicílios pelas faixas de renda em análise (GRÁFICOS 42 a 46).

Tabela 37: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>1.219.669</b>	<b>356.258</b>	<b>267.407</b>	<b>119.365</b>	<b>19.194</b>
Rondônia	17.653	18.850	7.971	930	1.283
Acre	14.257	20.616	30.412	17.518	80
Amazonas	317.795	106.293	161.138	31.376	1.441
<i>RM Manaus</i>	<i>254.617</i>	<i>82.184</i>	<i>53.723</i>	<i>5.812</i>	-
Roraima	78.426	15.132	136	2.783	829
Pará	610.585	155.277	60.564	59.554	13.748
<i>RM Belém</i>	<i>295.990</i>	<i>74.475</i>	<i>32.518</i>	<i>11.334</i>	<i>5.886</i>
Amapá	58.453	20.903	7.014	4.294	-
<i>RM Macapá</i>	<i>48.205</i>	<i>18.771</i>	<i>4.301</i>	<i>558</i>	-
Tocantins	122.499	19.188	171	2.911	1.813
<b>Nordeste</b>	<b>2.807.396</b>	<b>351.256</b>	<b>182.558</b>	<b>189.788</b>	<b>29.064</b>
Maranhão	439.744	49.375	11.496	61.683	10.994
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>82.993</i>	<i>18.086</i>	<i>5.485</i>	<i>7.838</i>	<i>515</i>
Piauí	250.428	8.752	5.239	9.495	1.559
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>126.826</i>	<i>2.248</i>	-	<i>2.292</i>	<i>919</i>

Tabela 37: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continuação)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Nordeste</b>					
Ceará	484.164	100.970	9.499	31.251	4.795
<i>RM Fortaleza</i>	323.057	63.741	1.771	3.826	1.613
Rio Grande do Norte	83.690	19.462	824	6.111	189
<i>RM Natal</i>	48.452	10.618	-	-	
Paraíba	303.463	23.170	4.495	11.432	2.651
<i>RM João Pessoa</i>	179.205	13.674	4.430	4.039	807
Pernambuco	371.760	44.736	26.545	18.864	1.676
<i>RM Recife</i>	199.066	26.024	18.932	7.491	1.676
Alagoas	223.873	13.743	17.306	5.834	1.919
<i>RM Maceió</i>	135.449	6.174	10.106	1.945	703
Sergipe	131.378	6.947	5.947	7.247	-
<i>RM Aracaju</i>	69.739	2.626	3.494	897	-
Bahia	518.898	84.102	101.208	37.871	5.280
<i>RM Salvador</i>	277.902	31.535	4.874	4.572	1.224
<b>Sudeste</b>	<b>1.779.154</b>	<b>827.049</b>	<b>140.457</b>	<b>32.939</b>	<b>17.643</b>
Minas Gerais	320.793	69.863	64.752	13.497	951
<i>RM Belo Horizonte</i>	84.238	27.205	14.067	3.603	-
Espírito Santo	63.753	36.693	14.743	2.543	789
<i>RM Grande Vitória</i>	46.237	24.848	4.981	1.662	789
Rio de Janeiro	161.607	125.877	12.425	5.807	14.726
<i>RM Rio de Janeiro</i>	118.643	94.645	9.013	5.228	14.726
São Paulo	1.233.002	594.617	48.538	11.092	1.177
<i>RM São Paulo</i>	449.028	325.979	9.286	8.084	1.177

Tabela 37: Domicílios urbanos duráveis (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sul</b>	<b>2.541.076</b>	<b>218.829</b>	<b>383.319</b>	<b>11.428</b>	<b>937</b>
Paraná	722.135	70.940	66.553	4.090	432
<i>RM Curitiba</i>	<i>137.343</i>	<i>18.481</i>	<i>19.281</i>	<i>639</i>	<i>432</i>
Santa Catarina	251.431	41.842	87.058	2.438	328
<i>RM Florianópolis</i>	<i>18.414</i>	<i>9.466</i>	<i>2.426</i>	<i>385</i>	-
Rio Grande do Sul	1.567.510	106.047	229.709	4.901	177
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>617.443</i>	<i>64.621</i>	<i>12.453</i>	<i>1.645</i>	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>652.725</b>	<b>132.702</b>	<b>50.015</b>	<b>6.351</b>	<b>2.348</b>
Mato Grosso do Sul	193.242	22.724	4.235	2.065	-
Mato Grosso	72.713	45.851	32.327	1.488	-
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>8.298</i>	<i>15.654</i>	<i>7.163</i>	<i>930</i>	-
Goiás	208.609	32.507	8.628	1.804	2.348
<i>RM Goiânia</i>	<i>59.656</i>	<i>23.927</i>	<i>4.637</i>	<i>445</i>	<i>989</i>
Distrito Federal	178.160	31.620	4.825	994	-
<b>Brasil</b>	<b>9.000.021</b>	<b>1.886.095</b>	<b>1.023.757</b>	<b>359.872</b>	<b>69.187</b>
<i>Total das RM</i>	<i>3.580.803</i>	<i>954.982</i>	<i>222.943</i>	<i>73.224</i>	<i>31.457</i>
Demais áreas	5.419.218	931.114	800.814	286.647	37.730

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 38: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Norte</b>	<b>29,40</b>	<b>8,59</b>	<b>6,45</b>	<b>2,88</b>	<b>0,46</b>
Rondônia	3,90	4,17	1,76	0,21	0,28
Acre	7,27	10,51	15,50	8,93	0,04
Amazonas	34,81	11,64	17,65	3,44	0,16
<i>RM Manaus</i>	<i>36,94</i>	<i>11,92</i>	<i>7,79</i>	<i>0,84</i>	-
Roraima	63,25	12,20	0,11	2,24	0,67
Pará	33,21	8,45	3,29	3,24	0,75
<i>RM Belém</i>	<i>42,98</i>	<i>10,82</i>	<i>4,72</i>	<i>1,65</i>	<i>0,85</i>
Amapá	30,21	10,80	3,62	2,22	-
<i>RM Macapá</i>	<i>32,38</i>	<i>12,61</i>	<i>2,89</i>	<i>0,37</i>	-
Tocantins	28,46	4,46	0,04	0,68	0,42
<b>Nordeste</b>	<b>19,56</b>	<b>2,45</b>	<b>1,27</b>	<b>1,32</b>	<b>0,20</b>
Maranhão	30,93	3,47	0,81	4,34	0,77
<i>RM Grande São Luís</i>	<i>20,79</i>	<i>4,53</i>	<i>1,37</i>	<i>1,96</i>	<i>0,13</i>
Piauí	37,31	1,30	0,78	1,41	0,23
<i>RIDE Grande Teresina</i>	<i>40,39</i>	<i>0,72</i>	-	<i>0,73</i>	<i>0,29</i>
Ceará	21,16	4,41	0,42	1,37	0,21
<i>RM Fortaleza</i>	<i>25,41</i>	<i>5,01</i>	<i>0,14</i>	<i>0,30</i>	<i>0,13</i>
Rio Grande do Norte	9,15	2,13	0,09	0,67	0,02
<i>RM Natal</i>	<i>10,30</i>	<i>2,26</i>	-	-	-
Paraíba	29,57	2,26	0,44	1,11	0,26
<i>RM João Pessoa</i>	<i>43,88</i>	<i>3,35</i>	<i>1,08</i>	<i>0,99</i>	<i>0,20</i>
Pernambuco	13,53	1,63	0,97	0,69	0,06
<i>RM Recife</i>	<i>14,40</i>	<i>1,88</i>	<i>1,37</i>	<i>0,54</i>	<i>0,12</i>
Alagoas	25,46	1,56	1,97	0,66	0,22
<i>RM Maceió</i>	<i>28,24</i>	<i>1,29</i>	<i>2,11</i>	<i>0,41</i>	<i>0,15</i>
Sergipe	21,33	1,13	0,97	1,18	-
<i>RM Aracaju</i>	<i>21,30</i>	<i>0,80</i>	<i>1,07</i>	<i>0,27</i>	-
Bahia	13,71	2,22	2,67	1,00	0,14
<i>RM Salvador</i>	<i>19,13</i>	<i>2,17</i>	<i>0,34</i>	<i>0,31</i>	<i>0,08</i>
<b>Sudeste</b>	<b>6,03</b>	<b>2,80</b>	<b>0,48</b>	<b>0,11</b>	<b>0,06</b>
Minas Gerais	4,92	1,07	0,99	0,21	0,01
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>4,49</i>	<i>1,45</i>	<i>0,75</i>	<i>0,19</i>	-
Espírito Santo	5,20	2,99	1,20	0,21	0,06

Tabela 38: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por componentes da inadequação edilícia, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

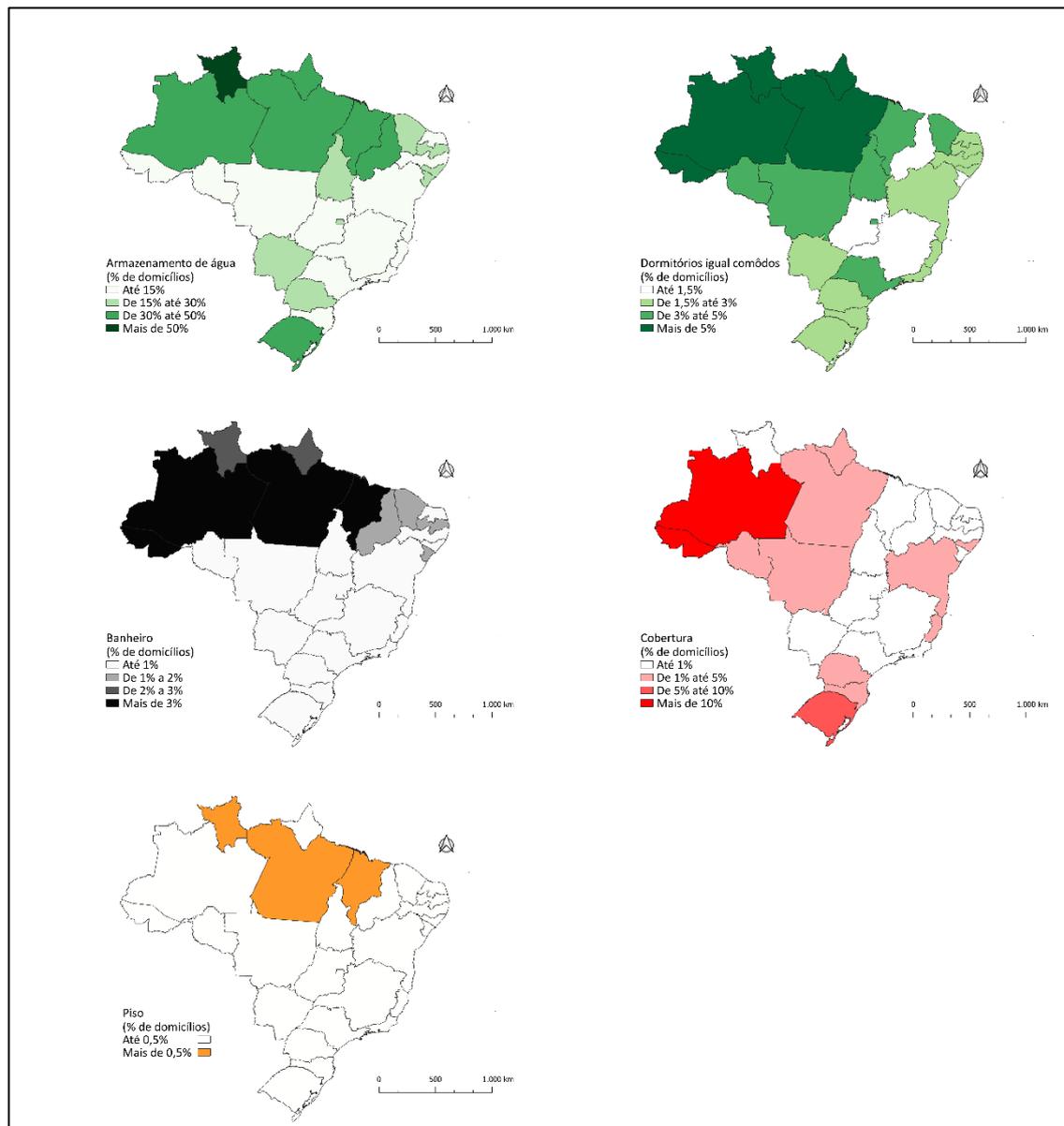
Especificação	Componentes da Inadequação Edilícia				
	Armazenamento de água	Cômodos servindo de dormitório	Cobertura inadequada	Ausência de banheiro	Piso inadequado
<b>Sudeste</b>	<b>6,03</b>	<b>2,80</b>	<b>0,48</b>	<b>0,11</b>	<b>0,06</b>
Espírito Santo	5,20	2,99	1,20	0,21	0,06
<i>RM Grande Vitória</i>	6,67	3,58	0,72	0,24	0,11
Rio de Janeiro	2,56	1,99	0,20	0,09	0,23
<i>RM Rio de Janeiro</i>	2,50	1,99	0,19	0,11	0,31
São Paulo	7,98	3,85	0,31	0,07	0,01
<i>RM São Paulo</i>	6,01	4,36	0,12	0,11	0,02
<b>Sul</b>	<b>26,85</b>	<b>2,31</b>	<b>4,05</b>	<b>0,12</b>	<b>0,01</b>
Paraná	20,46	2,01	1,89	0,12	0,01
<i>RM Curitiba</i>	11,50	1,55	1,61	0,05	0,04
Santa Catarina	11,54	1,92	3,99	0,11	0,02
<i>RM Florianópolis</i>	4,73	2,43	0,62	0,10	-
Rio Grande do Sul	41,74	2,82	6,12	0,13	-
<i>RM Porto Alegre</i>	38,68	4,05	0,78	0,10	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>13,05</b>	<b>2,65</b>	<b>1,00</b>	<b>0,13</b>	<b>0,05</b>
Mato Grosso do Sul	23,29	2,74	0,51	0,25	-
Mato Grosso	7,60	4,79	3,38	0,16	-
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	2,90	5,47	2,50	0,33	-
Goiás	9,24	1,44	0,38	0,08	0,10
<i>RM Goiânia</i>	6,60	2,65	0,51	0,05	0,11
Distrito Federal	18,63	3,31	0,50	0,10	-
<b>Brasil</b>	<b>14,40</b>	<b>3,02</b>	<b>1,64</b>	<b>0,58</b>	<b>0,11</b>
Total das RM	13,17	3,51	0,82	0,27	0,12
Demais áreas	15,35	2,64	2,27	0,81	0,11

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

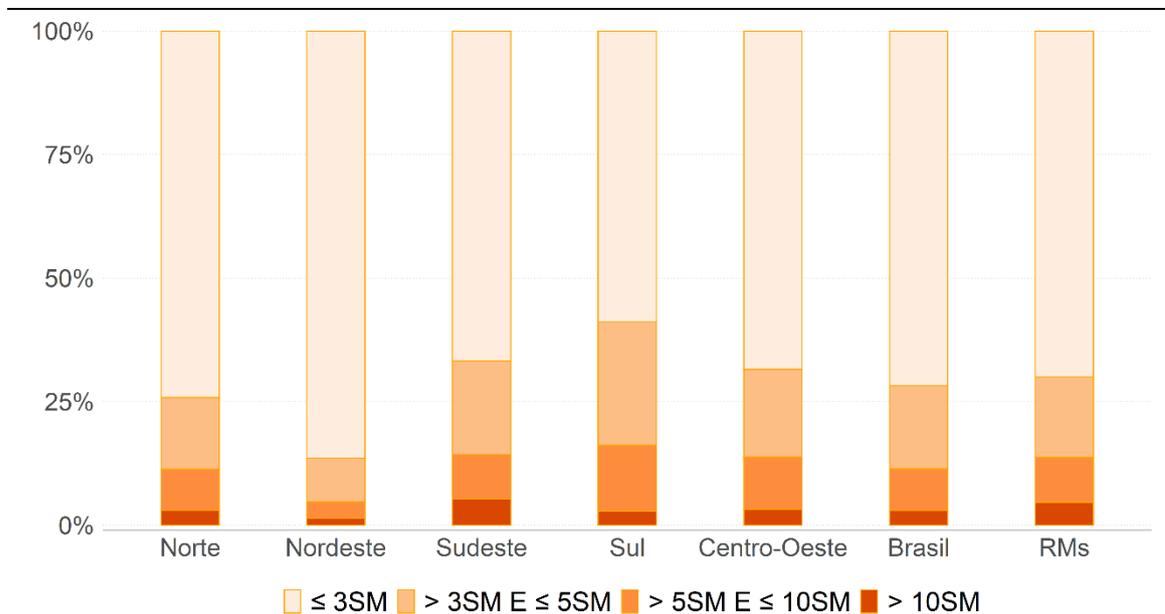
Mapa 22: Indicadores de inadequação edilícia, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

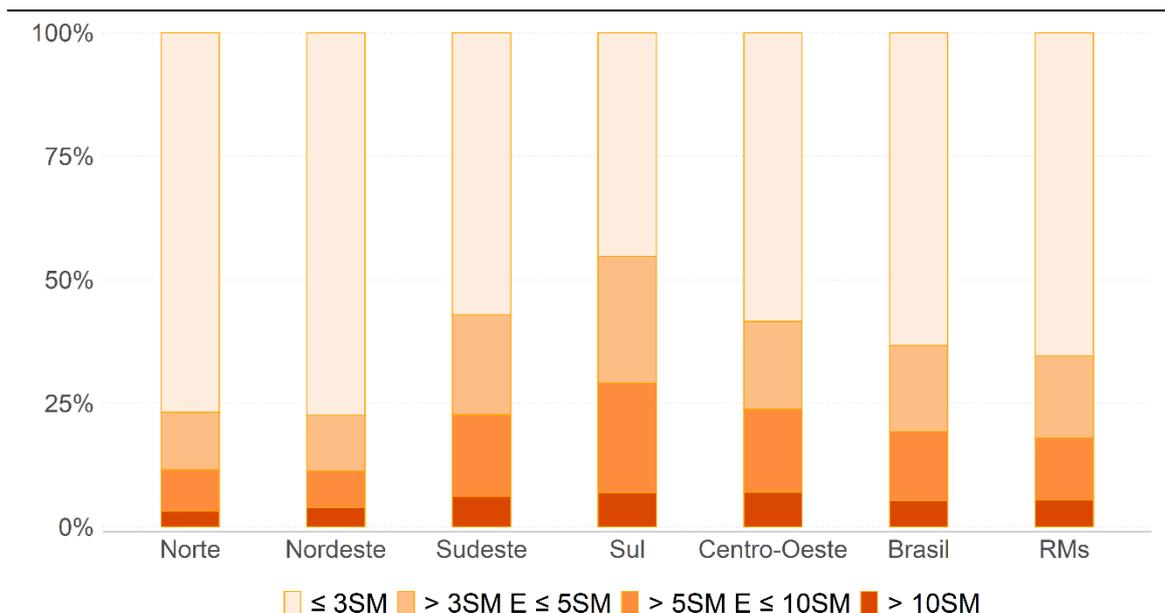
Gráfico 42: Inadequação ao armazenamento de água, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

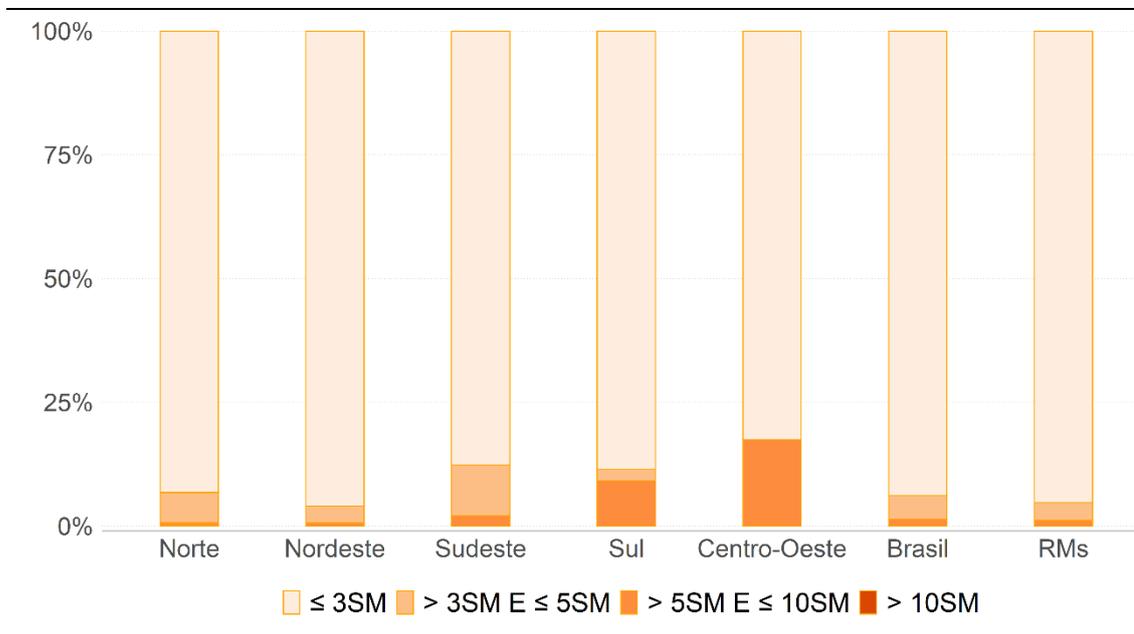
Gráfico 43: Cômodos (exceto banheiro) servindo de dormitório por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

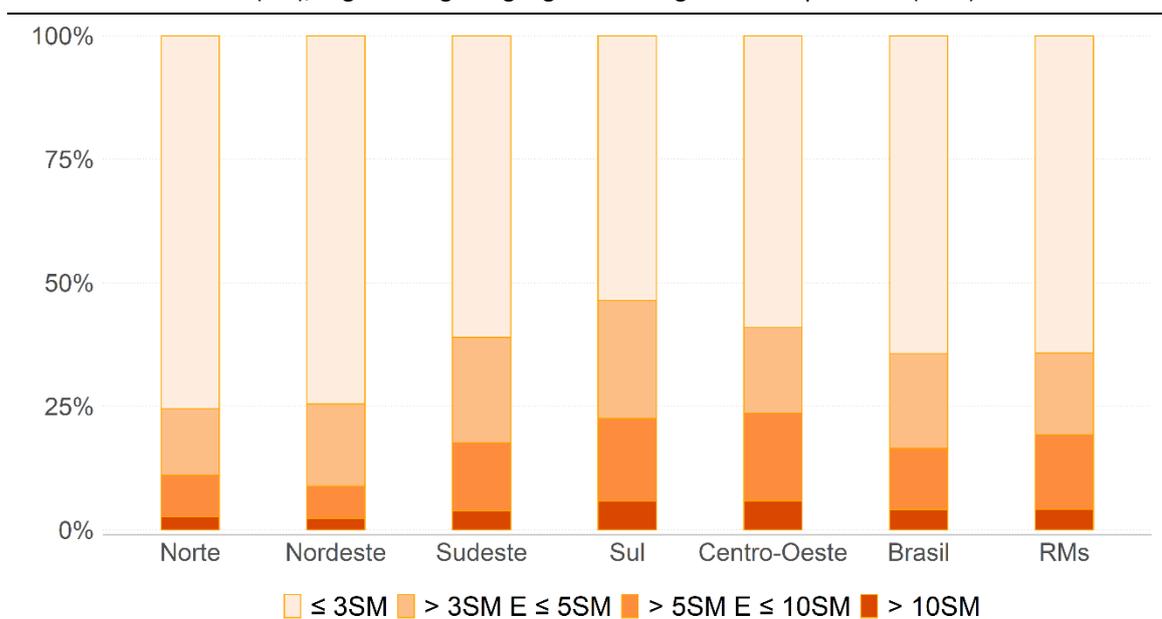
Gráfico 44: Ausência de banheiro por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

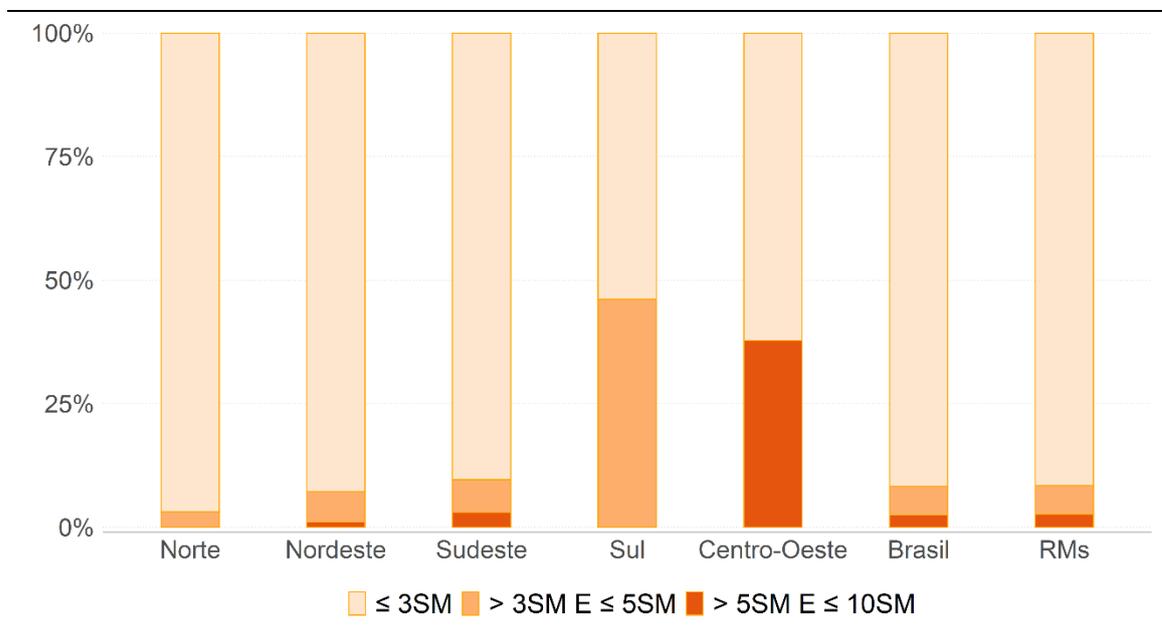
Gráfico 45: Inadequação quanto a cobertura, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 46: Inadequação quanto ao piso, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

### 5.1.3 Inadequação fundiária

Em 2019, 3,557 milhões de domicílios apresentaram inadequação quanto à situação do terreno onde se localizam, o que corresponde a cerca de 5,7% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Considerando-se valores absolutos, os maiores números foram observados na região Sudeste, com 1,928 milhões de domicílios afetados (TABELA 39), a maioria deles localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro (984 mil e 657 mil respectivamente). Em seguida, aparece a região Nordeste, com aproximadamente 825 mil domicílios inadequados do ponto de vista fundiário, desempenho influenciado principalmente pela Bahia (268 mil) e por Pernambuco (234 mil).

Em termos relativos (MAPA 23 e TABELA 39), destacam-se Rio de Janeiro (10,4%), Pernambuco (8,5%) e Espírito Santo (7,9%) com os maiores percentuais de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos inadequados do ponto de vista fundiário. Nas demais regiões, aquelas com maiores valores relativos, são: para o Norte o estado do Pará (6%), Santa Catarina, na região Sul (5,8%); e Distrito Federal, no Centro-Oeste (5%). Com relação às regiões metropolitanas, observa-se que o percentual de domicílios com inadequação fundiária é maior que nas demais áreas: respectivamente, 8,6% e 3,5%. Destaque para as regiões metropolitanas de Florianópolis (14,8%), Recife (14,7%) e Salvador (13,2%).

Pela perspectiva da renda domiciliar, observa-se em âmbito nacional que quase metade dos domicílios inadequados em termos fundiários concentram-se na faixa de renda de até três salários mínimos. Nas regiões Norte e Nordeste, a inadequação fundiária é ainda mais incidente sobre domicílios nessa faixa de renda. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a distribuição entre as demais faixas é maior. Destaca-se o Centro-Oeste, onde cerca de metade da componente se encontra nos estratos de renda média domiciliar mensal acima de cinco salários mínimos (GRÁFICO 47).

Tabela 39: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Norte</b>	<b>187.080</b>	<b>4,51</b>
Rondônia	11.319	2,50
Acre	5.015	2,56
Amazonas	40.769	4,47
<i>RM Manaus</i>	26.666	3,87
Roraima	2.022	1,63
Pará	110.784	6,03
<i>RM Belém</i>	76.964	11,18
Amapá	10.482	5,42
<i>RM Macapá</i>	8.211	5,52
Tocantins	6.688	1,55
<b>Nordeste</b>	<b>825.083</b>	<b>5,75</b>
Maranhão	55.742	3,92
<i>RM Grande São Luís</i>	27.460	6,88
Piauí	16.615	2,48
<i>RIDE Grande Teresina</i>	10.713	3,41
Ceará	99.488	4,35
<i>RM Fortaleza</i>	65.102	5,12
Rio Grande do Norte	25.262	2,76
<i>RM Natal</i>	10.542	2,24
Paraíba	68.920	6,72
<i>RM João Pessoa</i>	50.488	12,36
Pernambuco	234.729	8,54
<i>RM Recife</i>	203.219	14,70
Alagoas	45.844	5,21
<i>RM Maceió</i>	37.507	7,82

Tabela 39: Inadequação fundiária em domicílios urbanos duráveis (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

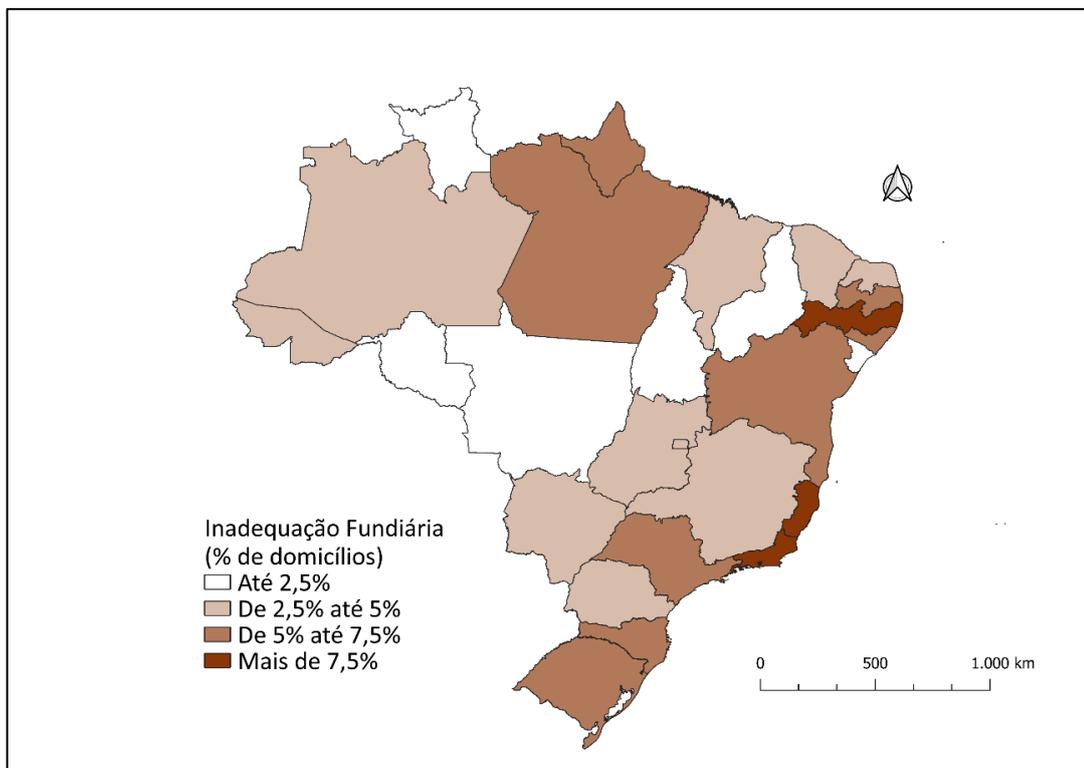
Especificação	Inadequação Fundiária	
	Inadequação fundiária de domicílios urbanos duráveis	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com inadequação fundiária
<b>Nordeste</b>		
Sergipe	10.035	1,63
<i>RM Aracaju</i>	6.613	2,02
Bahia	268.449	7,09
<i>RM Salvador</i>	191.297	13,17
<b>Sudeste</b>	<b>1.928.980</b>	<b>6,53</b>
Minas Gerais	190.934	2,93
<i>RM Belo Horizonte</i>	56.809	3,03
Espírito Santo	96.576	7,88
<i>RM Grande Vitória</i>	85.137	12,28
Rio de Janeiro	657.325	10,39
<i>RM Rio de Janeiro</i>	577.089	12,15
São Paulo	984.145	6,37
<i>RM São Paulo</i>	620.884	8,31
<b>Sul</b>	<b>445.094</b>	<b>4,70</b>
Paraná	126.699	3,59
<i>RM Curitiba</i>	59.228	4,96
Santa Catarina	127.126	5,83
<i>RM Florianópolis</i>	57.626	14,80
Rio Grande do Sul	191.269	5,09
<i>RM Porto Alegre</i>	103.494	6,48
<b>Centro-Oeste</b>	<b>170.880</b>	<b>3,42</b>
Mato Grosso do Sul	28.624	3,45
Mato Grosso	22.181	2,32
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	14.114	4,93
Goiás	71.810	3,18
<i>RM Goiânia</i>	47.509	5,26
Distrito Federal	48.265	5,05
<b>Brasil</b>	<b>3.557.117</b>	<b>5,69</b>
<i>Total das RM</i>	2.336.672	8,59
Demais áreas	1.220.445	3,46

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

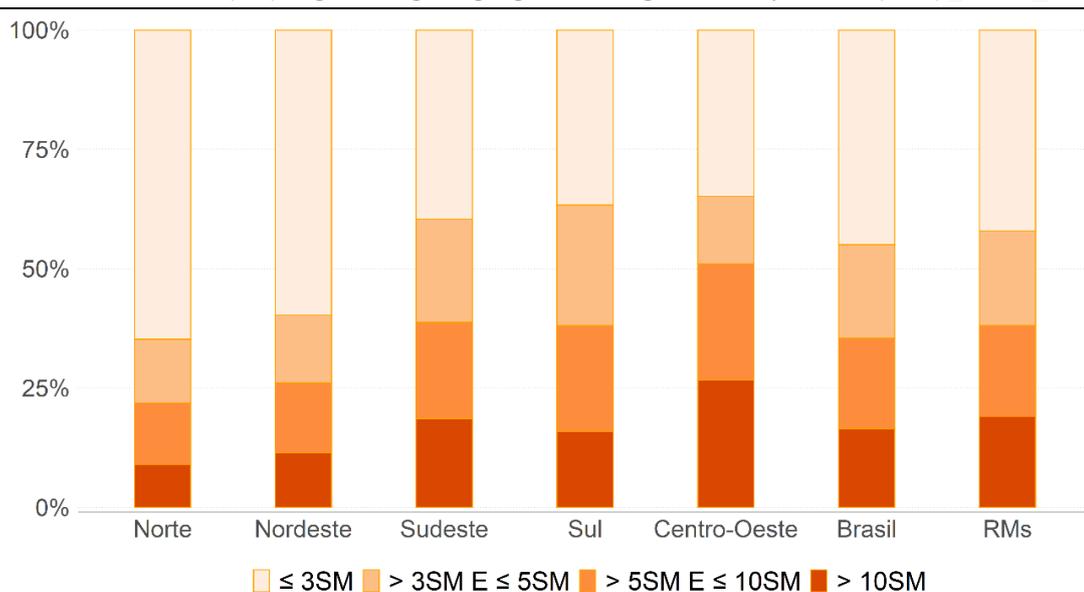
Mapa 23: Inadequação fundiária urbana, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 47: Inadequação fundiária urbana, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 5.2 Domicílios inadequados

Uma vez apresentados os dados dos componentes da inadequação de domicílios, mostra-se a seguir o indicador geral de domicílios inadequados. Em 2019, cerca de 24,893 milhões de domicílios exibiram ao menos um tipo de inadequação no Brasil, o equivalente a 39,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do país. Em termos absolutos, as regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram os maiores números de domicílios inadequados: 8,861 milhões e 7,183 milhões respectivamente (TABELA 40).

Do ponto de vista relativo, Norte e Nordeste foram as regiões mais afetadas, respectivamente, 75,5% e 61,7% dos domicílios com algum tipo de inadequação (TABELA 40 e MAPA 24). Em quase todas as unidades federativas de ambas as regiões, se observa um percentual de inadequação superior a 50%, com exceção do Ceará (MAPA 24). Fora das regiões Norte e Nordeste, o Rio Grande do Sul é a única unidade da Federação com percentual de domicílios superior a 50%, mas, como explicado anteriormente, esse resultado se deve ao indicador de armazenamento de água e não é necessariamente um problema de bem estar, já que o estado apresenta um dos menores percentuais de inadequação quanto ao abastecimento, além do fato de que apenas uma reduzida parcela dos domicílios com inadequação de armazenamento possuem também inadequação de abastecimento (4,5%). É possível que a própria ausência de caixa d'água se deva à frequência do abastecimento, fazendo com que muitos domicílios dispensem esse item. Apesar dessa exceção, observou-se, conforme esperado, maior incidência da inadequação sobre as regiões menos desenvolvidas do país.

Tabela 40: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Norte</b>	<b>3.130.737</b>	<b>75,48</b>
Rondônia	291.880	64,51
Acre	167.517	85,36
Amazonas	634.868	69,55
<i>RM Manaus</i>	<i>446.430</i>	<i>64,77</i>
Roraima	97.647	78,75
Pará	1.539.154	83,72
<i>RM Belém</i>	<i>561.573</i>	<i>81,55</i>
Amapá	170.199	87,96
<i>RM Macapá</i>	<i>130.123</i>	<i>87,40</i>
Tocantins	229.472	53,31

Tabela 40: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continuação)

Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Nordeste</b>	<b>8.861.043</b>	<b>61,75</b>
Maranhão	973.833	68,49
<i>RM Grande São Luís</i>	270.932	67,88
Piauí	344.833	51,38
<i>RIDE Grande Teresina</i>	157.844	50,27
Ceará	1.102.195	48,17
<i>RM Fortaleza</i>	531.093	41,78
Rio Grande do Norte	642.839	70,25
<i>RM Natal</i>	250.052	53,13
Paraíba	677.731	66,04
<i>RM João Pessoa</i>	248.568	60,86
Pernambuco	2.185.755	79,55
<i>RM Recife</i>	1.026.696	74,28
Alagoas	523.088	59,48
<i>RM Maceió</i>	235.707	49,14
Sergipe	327.939	53,24
<i>RM Aracaju</i>	119.689	36,56
Bahia	2.082.830	55,03
<i>RM Salvador</i>	675.817	46,53
<b>Sudeste</b>	<b>7.183.282</b>	<b>24,33</b>
Minas Gerais	1.192.483	18,28
<i>RM Belo Horizonte</i>	275.061	14,65
Espírito Santo	295.039	24,07
<i>RM Grande Vitória</i>	194.819	28,09
Rio de Janeiro	2.164.064	34,22
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.661.950	35,00
São Paulo	3.531.697	22,86
<i>RM São Paulo</i>	1.868.105	25,01
<b>Sul</b>	<b>3.964.673</b>	<b>41,89</b>
Paraná	1.242.221	35,19
<i>RM Curitiba</i>	296.325	24,81
Santa Catarina	699.696	32,10
<i>RM Florianópolis</i>	109.740	28,19
Rio Grande do Sul	2.022.756	53,87
<i>RM Porto Alegre</i>	814.042	51,00

Tabela 40: Domicílios urbanos duráveis inadequados (1) e percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

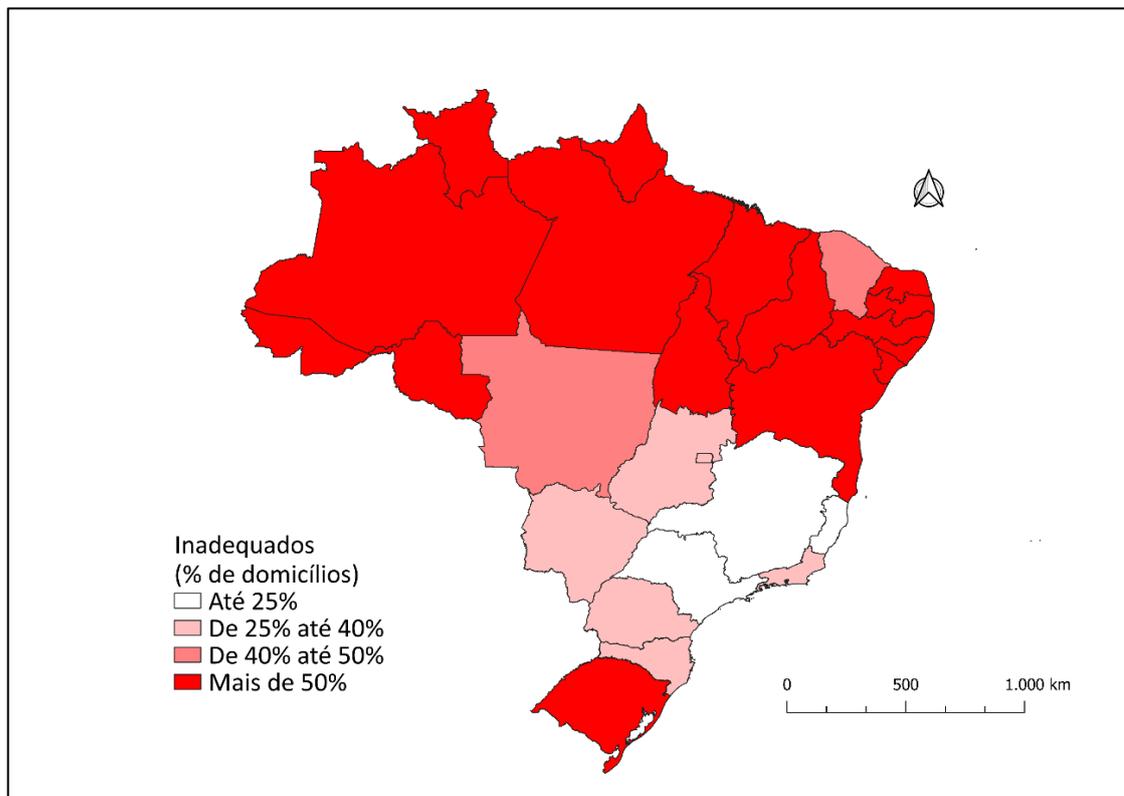
Especificação	Inadequação	
	Domicílios urbanos duráveis inadequados	Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos com alguma inadequação
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.754.226</b>	<b>35,08</b>
Mato Grosso do Sul	303.739	36,61
Mato Grosso	389.812	40,76
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	<i>158.096</i>	<i>55,28</i>
Goiás	801.961	35,52
<i>RM Goiânia</i>	<i>316.529</i>	<i>35,04</i>
Distrito Federal	258.713	27,06
<b>Brasil</b>	<b>24.893.961</b>	<b>39,84</b>
<i>Total das RM</i>	<i>10.349.191</i>	<i>38,06</i>
Demais áreas	14.544.770	41,21

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

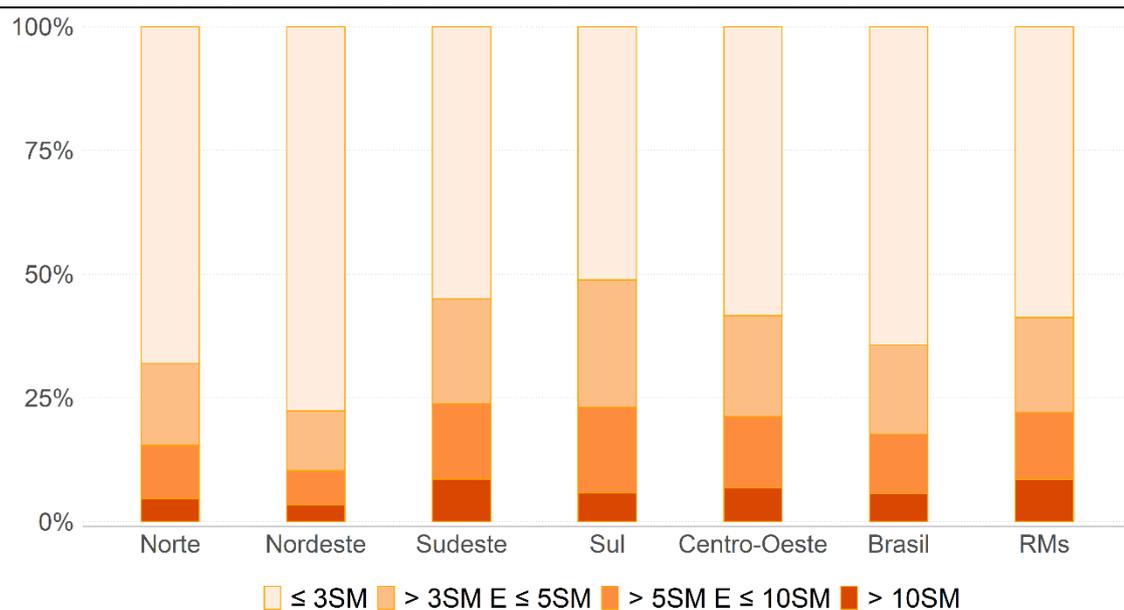
Mapa 24: Domicílios com alguma inadequação, percentual em relação aos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos segundo unidade da Federação – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Gráfico 48: Domicílios inadequados, por faixas de renda média domiciliar mensal, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2019



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 6 SÍNTESE DOS INDICADORES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir, é realizada uma breve síntese dos indicadores da inadequação observados em nível nacional nos anos de 2016 a 2019. Para o indicador geral, verificou-se nesse período um aumento no número de domicílios inadequados, sobretudo de 2018 para 2019 (TABELAS 41 e 42). A variação entre os últimos dois anos também se mostrou a mais elevada no período analisado considerando-se isoladamente as inadequações infraestrutura, edificação e fundiária.

A respeito especificamente da inadequação de infraestrutura, observam-se flutuações nos indicadores de abastecimento de água e energia elétrica, que apresentaram crescimento em alguns anos e queda em outros. Ressalta-se, no caso do abastecimento de água, a recorrência de crises hídricas em alguns estados, que podem ter influenciado a elevação do número de domicílios inadequados por esse critério em 2017 e 2019. O número de domicílios inadequados do ponto de vista do esgotamento sanitário sofreu contínua elevação no período analisado, enquanto a inadequação da coleta de lixo apresentou consecutivas reduções.

O número de domicílios com alguma inadequação edificação apresentou sucessivos aumentos entre 2016 e 2019, principalmente entre os dois últimos anos. Esse desempenho foi influenciado pelo comportamento do indicador de ausência de caixa d'água, já que ele é o que mais contribui para o componente em questão. Já os demais subcomponentes alternaram períodos de elevação e de queda.

Por fim, a inadequação fundiária, assim como a edificação, apresentou crescimento em todos os anos analisados. Ao contrário da última, porém, verificam-se grandes variações para o indicador em questão, como entre 2016 e 2017 e 2018 e 2019. Há de se considerar os problemas de mensuração da inadequação fundiária que podem contribuir para a existência de variações tão elevadas. Exemplo: a interpretação dos respondentes da pesquisa quanto ao significado de posse da terra.

Tabela 41: Domicílios urbanos duráveis (1), segundo componentes da inadequação – Brasil – 2016 a 2019

(Continua)

Especificação	Ano			
	2016	2017	2018	2019
<b>Inadequações de Infraestrutura Urbana</b>	<b>13.920.361</b>	<b>14.225.490</b>	<b>13.683.449</b>	<b>14.257.395</b>
Abastecimento de água	10.535.753	10.929.414	10.293.491	10.725.833
Esgotamento Sanitário	4.543.831	4.551.437	4.736.936	4.916.086
Energia elétrica	400.407	419.290	456.109	406.143
Coleta de lixo	801.730	690.316	640.265	553.350

Tabela 41: Domicílios urbanos duráveis (1), segundo componentes da inadequação – Brasil – 2016 a 2019

(Conclusão)

Especificação	Ano			
	2016	2017	2018	2019
<b>Inadequações Edilícias</b>	<b>10.301.353</b>	<b>10.433.213</b>	<b>10.777.071</b>	<b>11.246.366</b>
Armazenamento	8.283.738	8.341.592	8.624.705	9.000.021
Cômodos servindo de dormitório	1.766.699	1.757.868	1.825.851	1.886.095
Ausência de banheiro	244.304	341.969	371.412	359.872
Cobertura inadequada	862.832	1.058.061	975.451	1.023.757
Piso inadequado	74.207	71.223	74.396	69.187
<b>Inadequação fundiária</b>	<b>2.514.972</b>	<b>2.884.350</b>	<b>2.996.006</b>	<b>3.557.117</b>
<b>Domicílios inadequados</b>	<b>23.072.869</b>	<b>23.665.050</b>	<b>23.668.325</b>	<b>24.893.961</b>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016 a 2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 42: Variação percentual no número de domicílios urbanos duráveis (1) em relação ao ano anterior, segundo componentes da inadequação – Brasil – 2016 a 2019

Especificação	Ano		
	2017	2018	2019
<b>Inadequações de Infraestrutura Urbana</b>	<b>2,19</b>	<b>-3,81</b>	<b>4,19</b>
Abastecimento de água	3,74	-5,82	4,20
Esgotamento Sanitário	0,17	4,08	3,78
Energia elétrica	4,72	8,78	-10,95
Coleta de lixo	-13,90	-7,25	-13,57
<b>Inadequações Edilícias</b>	<b>1,28</b>	<b>3,30</b>	<b>4,35</b>
Armazenamento	0,70	3,39	4,35
Cômodos servindo de dormitório	-0,50	3,87	3,30
Ausência de banheiro	39,98	8,61	-3,11
Cobertura inadequada	22,63	-7,81	4,95
Piso inadequado	-4,02	4,45	-7,00
<b>Inadequação fundiária</b>	<b>14,69</b>	<b>3,87</b>	<b>18,73</b>
<b>Domicílios inadequados</b>	<b>2,57</b>	<b>0,01</b>	<b>5,18</b>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2016 a 2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Além de observar a evolução dos indicadores de inadequação ao longo do período em questão, considerou-se relevante examinar o número de inadequações incidentes sobre os domicílios brasileiros (TABELAS 43 e 44). Os dados para 2019 apontam, em todas as regiões, para o fato de que a maior parte dos domicílios apresenta somente um tipo de inadequação. No entanto, observa-se para as regiões Norte e Nordeste maior percentual de domicílios com número elevado de inadequações em relação às demais, reforçando a marcada delimitação geográfica verificada em diversos componentes da inadequação.

Tabela 43: Domicílios urbanos duráveis (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Total de Inadequações					Total
	1	2	3	4	5+	
<b>Norte</b>	<b>1.912.293</b>	<b>878.242</b>	<b>241.153</b>	<b>67.223</b>	<b>31.826</b>	<b>3.130.737</b>
Rondônia	222.067	55.585	12.443	1.332	453	291.880
Acre	87.128	52.732	17.086	8.685	1.886	167.517
Amazonas	369.102	178.053	60.478	14.295	12.941	634.868
<i>RM Manaus</i>	301.679	115.208	24.232	3.866	1.444	446.430
Roraima	64.100	24.132	7.642	1.421	353	97.647
Pará	914.555	450.410	118.981	39.015	16.193	1.539.154
<i>RM Belém</i>	317.012	167.545	55.861	16.187	4.968	561.573
Amapá	101.759	54.337	12.604	1.500	0	170.199
<i>RM Macapá</i>	81.437	38.854	8.333	1.500	0	130.123
Tocantins	153.583	62.994	11.919	975	0	229.472
<b>Nordeste</b>	<b>6.247.744</b>	<b>2.075.082</b>	<b>423.163</b>	<b>90.234</b>	<b>24.819</b>	<b>8.861.043</b>
Maranhão	622.015	246.713	73.528	23.365	8.214	973.833
<i>RM Grande São Luís</i>	178.107	67.318	20.255	4.112	1.139	270.932
Piauí	275.407	56.953	10.572	1.273	628	344.833
<i>RIDE Grande Teresina</i>	134.173	19.714	2.974	983	0	157.844
Ceará	797.310	222.264	61.515	17.773	3.333	1.102.195
<i>RM Fortaleza</i>	404.398	101.934	19.279	4.910	573	531.093
Rio Grande do Norte	405.074	211.141	21.039	4.457	1.127	642.839
<i>RM Natal</i>	183.060	56.198	10.000	794	0	250.052
Paraíba	491.025	150.152	28.059	5.665	2.830	677.731
<i>RM João Pessoa</i>	176.895	54.371	14.777	1.329	1.197	248.568
Pernambuco	1.549.875	511.153	104.764	16.833	3.128	2.185.755
<i>RM Recife</i>	618.192	320.910	72.604	11.861	3.128	1.026.696
Alagoas	341.310	138.194	34.764	7.357	1.463	523.088
<i>RM Maceió</i>	152.433	58.392	19.811	4.094	976	235.707
Sergipe	199.189	94.337	26.501	7.436	476	327.939
<i>RM Aracaju</i>	78.995	30.540	6.473	3.681	0	119.689
Bahia	1.566.539	444.177	62.421	6.075	3.619	2.082.830
<i>RM Salvador</i>	578.086	83.382	11.575	1.935	839	675.817

Tabela 43: Domicílios urbanos duráveis (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

Especificação	Total de Inadequações					Total
	1	2	3	4	5+	
<b>Sudeste</b>	<b>6.092.889</b>	<b>927.759</b>	<b>146.975</b>	<b>14.413</b>	<b>1.247</b>	<b>7.183.282</b>
Minas Gerais	1.009.200	148.308	29.302	5.209	464	1.192.483
<i>RM Belo Horizonte</i>	242.279	24.677	6.770	1.335	0	275.061
Espírito Santo	246.893	41.015	5.845	503	783	295.039
<i>RM Grande Vitória</i>	159.614	29.848	4.705	262	390	194.819
Rio de Janeiro	1.832.349	300.824	26.589	4.302	0	2.164.064
<i>RM Rio de Janeiro</i>	1.405.162	234.664	18.320	3.804	0	1.661.950
São Paulo	3.004.447	437.612	85.239	4.398	0	3.531.697
<i>RM São Paulo</i>	1.526.297	275.886	61.524	4.398	0	1.868.105
<b>Sul</b>	<b>3.131.988</b>	<b>720.747</b>	<b>97.557</b>	<b>11.170</b>	<b>3.211</b>	<b>3.964.673</b>
Paraná	1.016.797	198.151	25.227	1.602	444	1.242.221
<i>RM Curitiba</i>	239.993	45.872	10.460	0	0	296.325
Santa Catarina	572.009	112.934	13.590	1.163	0	699.696
<i>RM Florianópolis</i>	101.011	7.243	1.487	0	0	109.740
Rio Grande do Sul	1.543.183	409.662	58.740	8.404	2.767	2.022.756
<i>RM Porto Alegre</i>	656.463	132.353	23.248	1.978	0	814.042
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.436.940</b>	<b>273.070</b>	<b>37.876</b>	<b>4.476</b>	<b>1.863</b>	<b>1.754.226</b>
Mato Grosso do Sul	242.883	52.407	6.187	1.692	571	303.739
Mato Grosso	319.900	59.647	9.082	777	406	389.812
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	136.142	19.329	1.848	777	0	158.096
Goiás	646.432	133.270	19.366	2.007	886	801.961
<i>RM Goiânia</i>	253.701	58.556	4.272	0	0	316.529
Distrito Federal	227.725	27.746	3.242	0	0	258.713
<b>Brasil</b>	<b>18.821.855</b>	<b>4.874.900</b>	<b>946.723</b>	<b>187.516</b>	<b>62.966</b>	<b>24.893.961</b>
<i>Total das RM</i>	7.925.127	1.942.796	398.808	67.806	14.655	10.349.191
Demais áreas	10.896.728	2.932.104	547.915	119.711	48.311	14.544.770

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

Tabela 44: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Continua)

Especificação	Total de Inadequações				
	1	2	3	4	5+
<b>Norte</b>	<b>61,1</b>	<b>28,1</b>	<b>7,7</b>	<b>2,1</b>	<b>1,0</b>
Rondônia	76,1	19,0	4,3	0,5	0,2
Acre	52,0	31,5	10,2	5,2	1,1
Amazonas	58,1	28,0	9,5	2,3	2,0
<i>RM Manaus</i>	67,6	25,8	5,4	0,9	0,3
Roraima	65,6	24,7	7,8	1,5	0,4
Pará	59,4	29,3	7,7	2,5	1,1
<i>RM Belém</i>	56,5	29,8	9,9	2,9	0,9
Amapá	59,8	31,9	7,4	0,9	0,0
<i>RM Macapá</i>	62,6	29,9	6,4	1,2	0,0
Tocantins	66,9	27,5	5,2	0,4	0,0
<b>Nordeste</b>	<b>70,5</b>	<b>23,4</b>	<b>4,8</b>	<b>1,0</b>	<b>0,3</b>
Maranhão	63,9	25,3	7,6	2,4	0,8
<i>RM Grande São Luís</i>	65,7	24,8	7,5	1,5	0,4
Piauí	79,9	16,5	3,1	0,4	0,2
<i>RIDE Grande Teresina</i>	85,0	12,5	1,9	0,6	0,0
Ceará	72,3	20,2	5,6	1,6	0,3
<i>RM Fortaleza</i>	76,1	19,2	3,6	0,9	0,1
Rio Grande do Norte	63,0	32,8	3,3	0,7	0,2
<i>RM Natal</i>	73,2	22,5	4,0	0,3	0,0
Paraíba	72,5	22,2	4,1	0,8	0,4
<i>RM João Pessoa</i>	71,2	21,9	5,9	0,5	0,5
Pernambuco	70,9	23,4	4,8	0,8	0,1
<i>RM Recife</i>	60,2	31,3	7,1	1,2	0,3
Alagoas	65,2	26,4	6,6	1,4	0,3
<i>RM Maceió</i>	64,7	24,8	8,4	1,7	0,4
Sergipe	60,7	28,8	8,1	2,3	0,1
<i>RM Aracaju</i>	66,0	25,5	5,4	3,1	0,0
Bahia	75,2	21,3	3,0	0,3	0,2
<i>RM Salvador</i>	85,5	12,3	1,7	0,3	0,1
<b>Sudeste</b>	<b>84,8</b>	<b>12,9</b>	<b>2,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>
Minas Gerais	84,6	12,4	2,5	0,4	0,0
<i>RM Belo Horizonte</i>	88,1	9,0	2,5	0,5	0,0
Espírito Santo	83,7	13,9	2,0	0,2	0,3
<i>RM Grande Vitória</i>	81,9	15,3	2,4	0,1	0,2

Tabela 44: Percentual de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos (1) por número de inadequações, segundo regiões geográficas, unidades da Federação e regiões metropolitanas (RMS) – Brasil – 2019

(Conclusão)

Especificação	Total de Inadequações				
	1	2	3	4	5+
<b>Sudeste</b>					
Rio de Janeiro	84,7	13,9	1,2	0,2	0,0
<i>RM Rio de Janeiro</i>	84,5	14,1	1,1	0,2	0,0
São Paulo	85,1	12,4	2,4	0,1	0,0
<i>RM São Paulo</i>	81,7	14,8	3,3	0,2	0,0
<b>Sul</b>	<b>79,0</b>	<b>18,2</b>	<b>2,5</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>
Paraná	81,9	16,0	2,0	0,1	0,0
<i>RM Curitiba</i>	81,0	15,5	3,5	0,0	0,0
Santa Catarina	81,8	16,1	1,9	0,2	0,0
<i>RM Florianópolis</i>	92,0	6,6	1,4	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	76,3	20,3	2,9	0,4	0,1
<i>RM Porto Alegre</i>	80,6	16,3	2,9	0,2	0,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>81,9</b>	<b>15,6</b>	<b>2,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>
Mato Grosso do Sul	80,0	17,3	2,0	0,6	0,2
Mato Grosso	82,1	15,3	2,3	0,2	0,1
<i>RM Vale do Rio Cuiabá</i>	86,1	12,2	1,2	0,5	0,0
Goiás	80,6	16,6	2,4	0,3	0,1
<i>RM Goiânia</i>	80,2	18,5	1,3	0,0	0,0
Distrito Federal	88,0	10,7	1,3	0,0	0,0
<b>Brasil</b>	<b>75,6</b>	<b>19,6</b>	<b>3,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>
<i>Total das RM</i>	76,6	18,8	3,9	0,7	0,1
Demais áreas	74,9	20,2	3,8	0,8	0,3

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – (2019).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Apenas domicílios duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos. Foram excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do *deficit* habitacional.

A mensuração da inadequação de domicílios proporciona uma visão geral sobre os diversos critérios que interferem no bem estar das famílias do ponto de vista habitacional. A mudança da Pnad para a PnadC ofereceu a possibilidade de melhorar a apuração dos domicílios inadequados, uma vez que se ampliou o número de variáveis disponíveis nesse âmbito. Os resultados, em geral, mostraram alguns desafios para o Brasil, como o próprio aumento da inadequação no período analisado e as disparidades regionais evidenciadas em diversos componentes.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dicionário das variáveis da PNAD contínua**: 1ª visita com parte de características gerais dos moradores, rendimentos de outras fontes e habitação. [Documentação geral: visita 1: documentação]. 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Microdados/Visita](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita). Acesso em: 20 fev. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [**Dados PNADC**: visita 1: 2016]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Microdados/Visita](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita). Acesso em: 26 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [**Dados PNADC**: visita 1: 2017]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Microdados/Visita](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita). Acesso em: 26 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [**Dados PNADC**: visita 1: 2018]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Microdados/Visita](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita). Acesso em: 26 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [**Dados PNADC**: visita 1: 2019]. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Microdados/Visita](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita). Acesso em: 26 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. [10 p.]. Nota técnica. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Diferencas\\_Metodologicas\\_das\\_pesquisas\\_PNAD\\_PME\\_e\\_PNAD\\_Continua.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf). Acesso em: 3 abr. 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 71 p. Relatório.